This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

Stanford University Libraries
3 6105 024 479 656

Johnson

O ANTIGO REGIMEN

(HOMENS E COISAS)

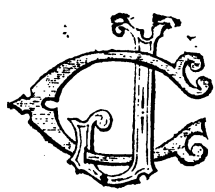
Zona e [illegible]

SUETONIO

O ANTIGO REGIMEN

(HOMENS E COISAS)

COM UM PREFACIO DE QUINTINO BOCAYUVA



CUNHA & IRMÃO — EDITORES
116, rua de S. José, e rua da Quitanda, 24
CAPITAL FEDERAL

1896

PREFACIO

Transportados e enfeixados neste livro, os artigos de *Suetonio* que tão vivo interesse despertaram quando publicados n'*O Paiz*, serão lidos e consultados, com maior interesse, pelos que no futuro intentem escrever a historia patria.

Si elles foram para muitos uma revelação pela cópia de factos ou ignorados ou mal sabidos ou quasi esquecidos—outra revelação delles resultará, quando o escriptor, que se occultou sob o pseudonymo de *Suetonio*, se resolva a apparecer com o seu nome real.

Ver-se-ha, então, que o jornalista modesto, mas tão consciencioso quanto illustrado, pertence pela sua origem, como p[illegible] brilho do seu talento, a uma raça illus[illegible]

geneologicamente póde apresentar os mais soberbos timbres—como espirito observador e como homem familiar ás boas lettras.

Suetonio não teve a pretenção de escrever a historia do periodo da monarchia que abrangeu o cyclo do segundo reinado.

Não lhe faltavam para isso nem elementos nem competencia; mas despretencioso, embora, colligiu rapidamente copiosos e interessantes subsidios que serão fonte de estudo para quantos, no futuro, se proponham a analysar os factos politicos occorridos nesse longo periodo historico, desvendando o mysterio de muitos acontecimentos e projectando intensa luz sobre muitos dos caracteres dos homens politicos que figuraram durante o imperio e tanta influencia exerceram sobre a vida nacional.

Soccorrendo-se á sua boa reminiscencia e a documentos e noticias esparsas nos jornaes contemporaneos, *Suetonio* teve a habilidade de desenhar com grande fidelidade a physionomia moral e politica do ex-imperador do Brazil, prescrutando com rara sagacidade os effeitos derivados da influencia

do seu caracter pessoal sobre os negocios publicos e sobre a politica geral da nação brazileira que elle dirigiu, sem contraste, durante meio seculo.

A historia, todos o sabem, para ser fiel e verdadeira, não póde limitar-se á apreciação dos actos tornados publicos, sem por uma severa investigação procurar descobrir a origem, o movel occulto ou desconhecido desses mesmos actos.

E esse genero de investigação, como é facil comprehendel-o, não póde ser efficaz senão depois que a morte e o tempo facilitam a liberdade da critica, permittindo a explanação de occurrencias não conhecidas do publico, e a approximação de factos e circumstancias cuja influencia se sentiu, mas cuja observação e exame ficaram prejudicados pelas convenções sociaes ou pelo constrangimento resultante das contemplações usualmente reclamadas pelas conveniencias do tempo e pelo respeito devido ás pessoas.

Desse modo, póde-se dizer que a historia não escripta, para os contemporaneos,

é a verdadeira historia que se deve escrever para os posteros.

Póde-se admittir que seja ainda cedo para escrever-se a historia do segundo reinado da dynastia de Bragança no Brazil, na qual o caracter pessoal do ex-imperador e as modalidades do seu temperamento individual tanta influencia exerceram; mas pelos escriptos de *Suetonio*, escriptos que serão certamente ampliados e refundidos com rigoroso escrupulo, póde-se adquirir um criterio seguro sobre a indole da politica que prevaleceu no nosso meio social, durante tão largo espaço de tempo, tendo conseguido affeiçoar ás suas exigencias os talentos e os caracteres de tantos homens politicos de merito superior, os quaes desappareceram da scena sem deixar um traço da sua individualidade impresso na tela aonde se desenrolaram os mais notaveis acontecimentos da sua época.

Tão absorvente era a entidade soberana á qual serviram e tão abafadiça a atmosphera no meio da qual respiraram e viveram!

Para sermos justos devemos reconhecer que esse deploravel effeito teve origem, menos na intenção pessoal do ex-imperador, para com quem aliás *Suetonio* procurou ser imparcial e cortez, do que na instituição de que elle foi, ao mesmo tempo, o representante conspicuo e a victima illustre.

A monarchia condemnada pela sua propria indole—tal é, em synthese, a observação resultante dos escriptos de *Suetonio*.

D. Rocayuva.

O ANTIGO REGIMEN

(HOMENS E COISAS)

Tem-se desenvolvido uma curiosidade contagiosa por tudo quanto pertenceu ao antigo regimen: moveis, livros, homens, etc., basta o rotulo de *ancien régime*, para subirem de preço, consideração e até de amor.

Quem no tempo do imperio fosse barão, commendador ou possuisse qualquer outra distincção honorifica, passava despercebido ou provocava a satyra, o ridiculo; hoje, ao contrario, é uma recommendação, é um motivo para acatamento, mas sómente no caso de não ter adherido. Os que são advogados veem a clientela accumular-se á porta dos seus escriptorios e derramar-se pelos juizos.

Um conselheiro do antigo regimen, no tempo do *encilhamento*, era rogado, implorado para ser presidente de companhias ou bancos: era uma garantia para a incorporação. Como era bello e promettedor lançar em lettras garrafaes nos prospectos: — Conselheiro F., presidente! Para isso davam-lhes grandes ordenados, além da parte que lhes tocava pela incorporação. Assim, os homens do antigo regimen foram enriquecendo, para supportarem com mais resignação a saudade — gosto amargo de infelizes — do imperio do sabio, prudente e omnipotente Sr. D. Pedro II, e amenisarem as agruras do ostracismo.

Alguns viram-se tão bem tratados que, já tendo adherido, tornaram-se *jacobinos*. Mas foram mal avisados deixando-se levar por este impulso de gratidão; perderam o valor. Elles eram procurados como são objectos velhos no *bric à brac*.

Um bronze antigo que se manda dourar de novo perde logo toda a estima; ninguem sacode a poeira da garrafa do velho Porto, quando é servido nas grandes mesas. Assim

aconteceu com os estadistas do imperio que se *jacobinaram*. Os que não adheriram, esses sim, valem o que pesam, mas fizeram-se muito rogados, por isso pouco tiveram, apezar de que um, puro *ancien régime*, teve tres ou quatro presidencias de bancos e companhias que davam uns miseraveis 80 contos annuaes.

Como a Republica foi boa para esta gente !...

Vão, porém, falar-lhes em restauração, que dirão : *não é tempo, deixa amadurecer* o fructo. Só não vê isso o Eduardo Prado, que não sabe o que ha de fazer do dinheiro que tem e o está esperdiçando para se tornar chefe do partido monarchista e nessa qualidade se apresentar em Pariz, no *Faubourg Saint Germain*, e ser admittido na intimidade das velhas duquezas, ouvir-lhes os *padre nossos*, piscando o olho para alguma condessinha, mas tudo do *ancien régime*.

Se isso aconteceu com os homens, menor não foi o enthusiasmo pelos objectos que pertenceram ao imperio. Os moveis que guarneciam os palacios imperiaes, quando ainda havia monarchia, provocava o riso de

uns, a censura de outros, mas não a cobiça nem a inveja. Proclama-se a Republica, morre a imperatriz, procede-se ao leilão do espolio; era então interessante ver-se com que encarniçamento disputavam uma cadeira de pé quebrado, um consólo de pinho dourado, uma moringa de gargalo partido. Oh! mas naquella cadeira sentava-se o imperador quando presidia o conselho dos seus ministros; naquelle consólo tinha o marquez de Paraná o costume de depositar a pasta emquanto esperava a hora do despacho; naquella moringa bebia agua o imperador, e pelo gargalo!

E assim foi o leiloeiro vendendo tudo aquillo, que attingiu á somma de 3 a 4 mil contos.

Se não fosse a Republica, não daria nem a terça parte.

Todos querem possuir um pedaço do edificio que ruiu por terra no dia 15 de Novembro de 1889.

Tambem contaminado pela mania, deliberei escrever sobre os homens e as cousas do passado.

Não são homens a Plutarco, nem mesmo a Timon.

O meu emprehendimento é mais modesto : quero contar a historia intima daquelles homens, o seu modo de vida, os seus costumes, as suas anecdotas. Os francezes têm uma phrase feliz, que dá idéa perfeita— *chez lui* — já li em livro francez — *Napoleon en pantouffe.*

Eis o que pretendo : apresentar os homens do antigo regimen em chinelos, para usar do termo portuguez.

Não tive tempo para pedir ao venerando mestre Dr. Castro Lopes uma epigraphe mais portugueza, ou antes, mais delicada.

Das cousas direi como ellas se faziam durante o imperio. Um despacho imperial, um ministerio, as eleições, as nomeações de empregados...

Por isso tomei por epigraphe : Os homens e as cousas do antigo regimen.

Começarei pelo visconde de Jequitinhonha.

O VISCONDE DE JEQUITINHONHA

Francisco Gé de Acayaba Montezuma—eis o nome que adoptou Francisco José Gomes Brandão, suggestionado pelo nativismo que reinava naquella época. Não queriam ser portuguezes nem no nome; pelo que se vê que o *jacobinismo* daquelle tempo era mais intransigente que o do cidadão Deocleciano Martyr.

O nome luzitano de Jequitinhonha era Francisco José Gomes Brandão, com o qual se matriculou e se formou na Universidade de Coimbra, onde aprendeu jurisprudencia, pois era doutor *in utroque juris* e a odiar os portuguezes, que para o inquizilar, diziam que elle tinha passado pelas ARGOLAS *lá da terra*.

A primeira vez que vi o visconde foi em casa de meu pai, de quem era amigo intimo.

Eu teria 10 annos; estava, portanto, muito satisfeito, pois ia essa noite ao theatro. Estavamos promptos para sahir, quando se annunciou o visconde de Jequitinhonha.

Era um homem de estatura alta, pardo escuro, calvo, olhos vivos, mesmo scintilantes, que denunciavam a vivacidade de seu espirito, a fronte altiva, magro. Todo o seu physico indicava um homem superior, que com effeito era. Estava embrulhado em uma capa hespanhola, que atirou sobre a cadeira, deixando vêr a sua *toilette* preta, com sobrecasaca da mais pura correcção britanica. A conversação se travou com grande alacridade por parte do visconde sobre um discurso que elle havia proferido no senado naquelle dia.

A minha impaciencia e a de meus irmãos crescia, para irmos ao theatro, á proporção que as horas corriam; e demonstravamos do modo o mais positivo e insistente junto ao nosso pai, que por deferencia á visita fingia não perceber. O visconde apparentava que tambem não percebia, deixando porém entrever, pelo seu sorriso, que se deleitava com a nossa desesperação.

O somno nos venceu por fim e o theatro ficou transferido.

A primeira impressão que tive do nosso Montezuma foi de má vontade contra elle, pelo logro que nos pregou.

O que elle fez comnosco gostava de fazer com os politicos. Era um espirito caustico, zombeteiro e mesmo perverso, servido por um talento genial de que deu provas durante sua longa vida.

Desde o primeiro dia que entrou para a Universidade, o seu ascendente sobre os collegas patenteou-se. Era o chefe da colonia brazileira, composta de homens superiores, que depois figuraram com elle na politica do Brazil. Era tambem o pontifice da troça na cidade universitaria; os calouros o temiam e os veteranos o respeitavam.

Um dia deu-se um facto da maior gravidade em que Montezuma, que nesse tempo era Brandão, representou papel tão saliente que mereceu as ovações academicas e o tornou o mais popular estudante do seu tempo.

Um dos lentes da Universidade caiu no desagrado dos rapazes, que aproveitaram uma

noite que elle se achava despreoccupado na janella de sua casa, para o apedrejarem. De modo tal o fizeram, que ficou ferido com gravidade.

O reitor da Universidade, em vista de tão tremendo caso, abriu devassa. Foi chamado a depôr grande numero de estudantes, e apezar disso a luz não se fazia. Brandão (o nosso visconde) dizia a todos, e especialmente áquelles que suppunha espiões, que havia presenciado o facto e sabia de todas as occurencias.

Chegada aos ouvidos do reitor esta nova, elle se alvoroçou e mandou chamar á presença da congregação, constituida em tribunal, o estudante Francisco José Gomes Brandão.

No dia e hora marcada, Montezuma compareceu perante tão respeitavel tribunal. Tinha o aspecto de quem ia fazer graves revelações.

Depois de qualificado e de ter prestado solemne juramento, o reitor perguntou-lhe:

— O que sabe relativamene ao facto criminoso, praticado contra o lente desta Universidade, Dr. F.?

Montezuma respondeu:

— O que tenho a dizer é tão grave e de tamanha responsabilidade que, estou certo, não serei acreditado, e como minha resposta poderá ser tomada como zombaria contra tão veneranda corporação, nada direi sem que o Sr. reitor e toda a congregação garantam que nada soffrerei pelo que tiver de dizer.

Depois de solemnemente outorgada essa garantia, Montezuma continuou:

— Na noite e no logar em que se deu o crime eu me achava, de modo a poder ver o Dr. F. na janella gritando muito e com as duas mãos em que tinha duas pedras, bater contra sua propria cabeça até fazer sangue...

Montezuma não pôde continuar; pois, apezar da garantia dada, o reitor e a congregação se puzeram em colera e o mandaram sahir.

Depois de tão estranho depoimento a devassa foi encerrada e nunca mais se falou no caso.

O visconde, ao contar o acontecimento,

terminou dizendo: que alguns lentes acreditaram no seu depoimento por serem inimigos do collega, que poucos amigos contava na congregação e que se aproveitaram das suas declarações para deixar impune o crime, com o que muito magoado ficou o offendido, a ponto de pedir jubilação.

O visconde de Jequitinhonha era filho da Bahia, que naquelle tempo não se contentava sómente em dar boas mangas, mas tambem produzia grandes homens. Hoje dizem os velhos que mesmo as mangas não são tão saborosas.

A pobre *mulata velha* já está cansada para criar aguias; agora só cria perús; e as mangueiras estão como as do major Quaresma, que de tão idosas ficaram malucas, a ponto de dar pitangas.

Jequitinhonha, porém, era aguia, e por isso desprendeu o vôo a Coimbra, onde fez seus estudos com grande brilho; sendo depois deputado á constituinte brazileira que foi dissolvida á força pelo primeiro imperador; foi deportado, não para Cucuhy, pois nesse tempo ainda não havia tal invento, mas

para a Europa, de onde veiu para ministro da justiça da regencia.

No governo não foi feliz. Os tempos eram muito agitados e a calumnia, se não o queimou, tisnou-o sobre um negocio de trafico de negros.

Não é nossa intenção estudar a época politica em que floresceu o visconde de Jequitinhonha, nem mesmo traçar o retrato do homem publico, por isso não respeitaremos datas nem unidade de acção. Iremos contando delle o que fôr vindo á memoria.

Montezuma foi senador pela Bahia depois de ter sido seu nome levado á corôa tres vezes.

Sobre esse facto vou contar o que se passou entre elle e o imperador.

O visconde morava em uma magnifica casa com grande chacara, no Rio Comprido, na rua chamada hoje Malvino Reis; a casa ainda existe muito estragada, mas apezar disso, mostra ter sido uma bella residencia.

O imperador ouvia falar muito da residencia do visconde, e uma vez indo elle ao paço, lhe disse: "Sr. visconde, tenho ouvido

falar muito de sua residencia; dizem que é uma bella vivenda!"

Montezuma, com o desembaraço que lhe era habitual, disse-lhe: "Vá Vossa Magestade almoçar lá e poderá ver que, se não é digna de receber a Vossa Magestade, é entretanto confortavel para um homem como eu."

O imperador acceitou o convite e no dia por elle marcado foi almoçar na casa do visconde.

Na mesa o imperador, no correr da palestra, perguntou a Montezuma:

— O senhor é fatalista?

— Sem duvida. E tenho motivos para o ser.

— Quaes são?

— Olhe, senhor, disse o visconde, a primeira vez que meu nome veiu a Vossa Magestade para senador, ao voltar do sertão da Bahia—onde fui pleitear a eleição, n'um sitio proximo da capital, o cavallo em que montava tropicou e eu cahi. Vossa Magestade não me escolheu. Pela segunda vez deu-se o mesmo facto e Vossa Magestade ainda desta

vez não escolheu o meu nome. Pela terceira vez deram-se as mesmas occurrencias e Vossa Magestade me escolheu.

— Mas onde está então a fatalidade? perguntou-lhe o imperador.

— E' que Vossa Magestade havia de me escolher, quer quizesse, quer não.

Era um remoque que o visconde atirava ao imperador, pois elle sabia que devia a sua escolha para senador ao marquez de Paraná, presidente do conselho de então, que nessa occasião dominava o imperador e que só com muito esforço pôde conseguir essa nomeação.

Montezuma casou-se duas vezes, sendo que a primeira mulher, além dos grandes cabedaes que lhe trouxe, era uma boa e santa senhora, não sendo por elle tratada como merecia. A segunda mulher, porém, vingou a primeira, vendo-se o visconde na necessidade de separar-se della por mais de uma vez. Passeando pelo salão de sua casa com um dos seus intimos amigos o visconde disse, apontando para o retrato da primeira mulher:—Esta era um demonio, o diabo a levou.

aquella, apontando para o da segunda mulher, é um anjo, Deus a carregou!

Tudo justamente ao contrario do que sentia.

Gostava muito de trocadilhos, principalmente para incommodar aos seus inimigos, modificando os nomes proprios de modo a produzir cacophonias. Um empregado da secretaria dos estrangeiros, Peçanha (não vá o typographo imitar o visconde) foi victima delle, como tambem um celebre Bulhões, por quem tinha especial birra.

Uma occasião um individuo o procurou em sua residencia para falar-lhe sobre negocio, que lhe estava affecto como conselheiro de Estado.

O sujeito falou muito tempo, sendo interrompido algumas vezes pelo visconde com esta phrase—*Diz muito bem.* O pretendente saiu muito satisfeito, suppondo que o parecer de Montezuma lhe seria favoravel, mas quando soube que tinha sido contrario, disse-lhe:

— V. Ex. approvou o que lhe expuz e entretanto foi contrario á minha pretenção.

— O senhor está enganado, o que lhe disse foi: *diz muito bem*, o que quer dizer —falava bem.

Isto nos faz lembrar o que se deu com um ilhéo que, indo á secretaria da agricultura saber do despacho que havia dado o ministro a respeito do parecer do conselho de Estado, que era favoravel á sua pretenção, viu no livro da porta—*Está bem*... Partiu para o seu advogado para lhe dar a boa nova; mas, quando disse os termos do despacho, o advogado explicou-lhe que era contra e não a favor a decisão; o ilhéo em furor exclama: No Brazil, então, está bem quer dizer *está mal!!*

A viscondessa de Jequitinhonha, apezar dos desgostos domesticos que obrigaram a sua ausencia do lar, tinha affecto pelo visconde, que se patenteava por mimos com que o presenteava e que elle acceitava com a descrença dominante, mas disfarçada por um humorismo repassado de causticidade implacavel e mordaz.

Em um dos dias em que elle recebia os seus intimos, appareceu na sala da palestra

um preto que trazia um pão de Loth em uma custosa bandeja de prata com artisticos lavores, coberto por uma rica toalha, de parte da viscondessa para o visconde.

Montezuma recebeu o presente e agradeceu com as phrases as mais ternas a lembrança da Sr. viscondessa (como elle chamava a esposa); e dando ao portador a gorgeta, disse-lhe que podia ir; mas não foi obedecido, dando o preto mostras que lhe faltava alguma coisa, o que fez o visconde perguntar:

— O que queres?

— A toalha, que é de *Sinhá*.

— Esta toalha não é minha?... disse elle duvidoso; mas, affirmando o preto que não, lh'a entregou.

Apezar disso, o portador não partia.

Ahi Montezuma encolerisou-se e clamou com voz forte:

— O que quer mais?

— A bandeja, que tambem é de *Sinhá*.

O visconde, resolutamente e de modo a não admittir réplicas, declarou que a bandeja era sua, que bem a conhecia.

Chamando pelo seu famulo de confiança,

mandou que tirasse o pão de Loth da bandeja de prata e que o levasse na salva mais velha da casa ao senador Chichorro da Gama, que era seu inimigo rancoroso.

Ao ouvir isto os amigos foram tomados de espanto, que foi comprehendido pelo visconde, que disse:

— Assim me vejo livre de ambos: do Chichorro, que é possivel, se comer do pão de Loth, seja envenenado; e da viscondessa, que terá de responder pelo crime.

Amava o ruido ao redor do seu nome e tinha como maxima: —*No Brazil, antes injuriado que esquecido.* Por isso, quando não se falava delle, escrevia, elle mesmo, artigos anonymos pelos jornaes, em que se faziam accusações e se levantavam aleivosias contra sua pessoa.

No dia seguinte o visconde respondia, rebatendo as accusações e desprezando as injurias; indo á *Petalogica*, onde se reuniam os homens mais salientes da politica, era recebido com demonstrações de estima e comprazia-se com a discussão que sobre o assumpto se travava.

Estando convalescente de molestia grave, que pôz sua vida em perigo, mandou chamar o Sr. Ferreira Vianna, seu particular amigo — o MEU DISCIPULO AMADO — como elle o chamava, e lhe disse: Consta-me que alguns amigos nossos querem mandar cantar um *Te-Deum* pelo meu restabelecimento; peço-te que os dissuadas disso; quero viver no meu retiro; preciso do esquecimento, estou cansado.

Ferreira Vianna foi á procura dos amigos e não encontrou nenhum com essa idéa; mas, espirito astuto, comprehendeu que o visconde o que queria era o *Te-Deum* e mandou-o celebrar com grande pompa em S. Francisco de Paula, e o convalescente assistiu satisfeito em sua vaidade e contente de ver que o seu muito amado discipulo o comprehendia.

O visconde de Jequitinhonha era um orador de effeito e de grande folego. Na questão bancaria, que o ministro fazia empenho que fosse approvada pelo senado nos quatro dias de sessão que faltavam, o visconde falou todos os quatro dias com grande

proficiencia, obstruindo assim a passagem do projecto.

Era um opposicionista tremendo ; elle só valia por uma legião. Mas, era espirito versatil que se comprazia com as contradicções ; o que o levara muitas vezes a proceder á feição da maledicencia e da inveja, que explicava de modo aviltante o seu procedimento.

Assim, conta-se que quando em uma sessão do senado trovejava em formidavel discurso contra o gabinete Paraná, este lhe escreveu um bilhete em que lhe fazia propostas vantajosas, o que fez o visconde perorar em favor do ministerio, atirando para os seus inimigos o que havia dito antes.

Mas no dia seguinte ao favor tornava para a opposição, o que fez o marquez de Paraná exclamar :—*Este preto não se vende, aluga-se !*

E' possivel que aquelle estadista, em occasião de máo humor e cedendo á irritação do seu caracter, tivesse lançado semelhante injuria, mas duvido que ella encerre a verdade.

Montezuma, que sacrificava o mais sagrado dos principios a um bom dito, sacrificaria tambem a sua reputação por um momento de impeto, mas era incapaz de uma baixeza, de uma vilania.

A calumnia e a injuria sempre foram as armas mais predilectas da panoplia dos politicos da nossa terra; portanto não se póde dar credito a esse vil sussurro, que ainda hoje cerca o nome do visconde de Jequitinhonha.

Tinha muitos inimigos, creados pela mordacidade de sua palavra e pelo esplendor de seu talento, augmentados pelos *engrossadores* do imperador, a quem elle causticava com os seus ditos.

Morreu bastante velho, mas com o espirito ainda novo e lucido. Não se deixou apodrecer em vida, como muitos outros.

AS ELEIÇÕES

As tão saudosas liberdades do imperio, diariamente proclamadas pelos monarchistas, podem ser consubstanciadas no modo por que se faziam as eleições monarchicas.

No manifesto dos restauradores de São Paulo, da lavra do Sr. João Mendes, doutor em eleições no imperio, ainda se fala em liberdade eleitoral, esquecida pela Republica. O Sr. João Mendes devia ter, ao escrever este topico, profundas saudades do tempo em que fazia as eleições na freguezia da Sé, em S. Paulo, seu quartel general; quando, em 1868, na primeira eleição do periodo conservador, encontrou meios para não deixar votar a José Bonifacio; e quando fez uma acta, á ultima hora, em sua casa, para excluir o nome do Dr. Pacheco, com o que muito enfiado ficou o visconde de Itaúna, então

presidente da provincia, por não poder explicar a derrota daquelle candidato, que lhe fôra tão recommendado pelo governo!

E as eleições do Botucatú?! Ali a liberdade era mais franca; não eram precisas actas feitas em casa; o bacamarte resolvia o caso.

Deixemos isso, que só falamos como reminiscencia, e vamos contar como se faziam as eleições na côrte, na cidade em que residia o imperador, e portanto nas suas barbas.

Logo que subia um partido ao poder, tratavam immediatamente das nomeações dos subdelegados de policia das freguezias. Eram escolhidos para esses cargos os mais temiveis cabos eleitoraes, que arregimentavam o seu pessoal, composto dos capoeiras os mais celebres, pertencentes ás *maltas* do partido que subia. Os *lápas*, *nagôs* e *guayamús* eram conservadores, os *lagôas* e os *benedictinos* liberaes. E' preciso dizer que o partido conservador era o que contava mais partidarios entre esses *bravi*; a pequena minoria liberal foi eliminada quando se fundou o gremio Flôr da Gente, tão conhecido nos fastos politicos do imperio, nesta capital.

Empossados os subdelegados, os seus supplentes e os inspectores de quarteirão, dava-se começo ao alistamento eleitoral, desenvolvendo-se uma perseguição atroz aos adversarios e protecção escandalosa aos amigos.

Os mais celebres neste officio eleitoral eram : o *Vota com nós* e o *Pinheiro bacalháo.*

O primeiro era um homem rico, ignorante, mas muito vaidoso, que despendia muito dinheiro, chegando mesmo a consumir a sua fortuna, para manter a sua clientela e ser chefe politico da sua parochia, conseguindo assim ser subdelegado, cuja rica farda tinha para elle fascinações.

O appellido por que era conhecido— *Vota com nós*, provinha do uso que fazia dessa phrase, tão offensiva á grammatica e ao ouvido, quando cabalava ou quando designava os seus amigos. Se era preso algum delles, o que acontecia quasi sempre, pois era gente muito rixosa, elle, como subdelegado, mandava soltar dizendo: *este vota com nós.* Assim ninguem o conhecia senão pelo cacophonico alcunha.

Tinha um grande amor á farda de subdelegado, que era toda bordada a ouro, muito semelhante aos fardões de almirante daquelles tempos. Procurava todos os pretextos para a envergar. Ia assim á baptisados e casamentos, e mesmo presidia com ella os *forróbódos* da sua clientela. Nos dias de grande gala não faltava ao cortejo. Essa paixão foi motivo de um grande dissabor por que passou e do despendio de avultada quantia.

Eis o caso:

Tinha chegado ao nosso porto uma fragata franceza, cuja officialidade amavel, como sabem ser os francezes, offereceu um baile, a bordo, á sociedade fluminense, e lá foi tambem o *Vota com nós*. Veiu para terra encantado pelo que tinha visto; mas entendeu ser do bom tom ir agradecer o convite, que aliás fôra arranjado por um amigo.

No dia por elle marcado, envergou o fardão e, de espadim á cinta e chapéo armado de plumas, tomou um bote e mandou aproar para o vaso de guerra francez. O patrão do bote, querendo ser-lhe agradavel, arvorou uma insignia de chefe, de modo que, ao

approximar-se a embarcação da fragata, a artilheria franceza troou com uma salva de 19 tiros, sendo o *Vota com nós* recebido, na escada de honra, que havia sido arriada, pelo commandante, officialidade, guarnição a postos e *tambour batant.*

O pobre *Vota com nós* estava a estoirar de vaidade e não encontrou no seu reconhecimento senão esta phrase: *La musique bien touchée.*

Mas ninguem o entendia; o que realmente era difficil, porque, além do francez de que usara não ser conhecido da officialidade, era por demais synthetico. Elle queria dizer que a musica do baile que tinha havido a bordo era boa.

Immediatamente reconhecido o engano por parte do commandante que tinha tomado o nosso heróe por um almirante, convidaram-no a subir, mas não pela escada de honra, sim por outra de mais difficil pratica, o que obrigou-o a movimentos gymnasticos que provocaram o riso dos presentes.

Não pararam ahi os seus dissabores—O consulado francez propoz-lhe uma acção de

indemnisação pelos tiros dados, o que importava em forte quantia. Depois de longa demanda, foi *Vota com nós* condemnado a pagar; fundando-se a sentença em ter elle usado da flammula de chefe a que não tinha direito.

Pinheiro Bacalháo era outro homem: sisudo, capitalista e de real influencia politica.

O seu appellido de *Bacalháo* provinha de sua extrema magreza. Era homem caritativo, bondoso, mas sómente com o fim politico. Era o chefe conservador da parochia da Gloria; e mesmo com os liberaes no poder vencia as eleições, salvo quando o não deixavam entrar na igreja, o que acontecia quasi sempre.

Preparada assim a machina eleitoral, procedia-se á eleição chamada do 1º gráo, no logar e dia designados. Presidia a mesa o 1º juiz de paz da parochia com o seu fitão verde e amarello a tiracolo e começava a chamada, que durava tres dias.

Só votava quem pertencia ao partido dominante; os adversarios figuravam como votando, mas representados pelos chamados

PHOSPHOROS, exercendo alguns delles cinco e seis vezes as suas funcções em diversas parochias.

Em uma eleição na freguezia do Engenho Velho chamaram para votar o duque de Caxias; apresentou-se um crioulo de grande *trunfa*, capoeira conhecido. Alguns ingenuos protestaram contra a identidade do individuo que tinha a impudente audacia de se apresentar em um comicio eleitoral com aquelle glorioso nome, digno de admiração e respeito por pertencer ao bravo marechal que naquella occasião commandava em chefe o nosso exercito no Paraguay, em operações contra o governo daquella republica.

Os cacetes, porém, fizeram calar os protestantes e a mesa decidiu, em sua alta impudencia, que o crioulo era o proprio duque de Caxias, e nessa qualidade votou.

E isto se praticava em logar muito proximo do palacio imperial, onde residia o Marco Aurelio do seculo XIX, o principe liberal e amigo do seu povo!!

Na primeira apojadura, o partido decahido não comparecia ás urnas em obediencia

a seus chefes, que, em manifesto á nação, recommendavam abstenção, apostrophando a falta de garantias e a oppressão á liberdade do voto.

Ninguem tomava ao sério esses manifestos, que eram assignados por aquelles que no poder tinham sido autores de actos iguaes aos que condemnavam.

A' proporção que o partido que governava ia se enfraquecendo, o da opposição apresentava-se a disputar o poder e, quando lhe era feito o signal pelo imperador, apparecia nas urnas.

Era então que havia as eleições chamadas disputadas. Os cabos eleitoraes conservadores e liberaes iam para a igreja acompanhados de seus clientes armados de cacetes e navalhas e, depois de marcarem a arena para o combate, começava a chamada.

Se o votante chamado era conservador, os liberaes protestavam, clamando que não era o proprio e com gritos: *não vota, não vota*, e vice-versa.

Travava-se então o conflicto. Era uma

scena canibalesca; esbordoavam-se, esfaqueavam-se, até que chegava a força publica, adrede estacionada na proximidade da igreja, que tomava a sahida do templo e expellia a opposição, e o vencedor fazia a eleição a seu gosto.

O Dr. Duque-Estrada Teixeira, homem de grande talento e verdadeiramente popular nesta cidade, cégo pela paixão partidaria, constituiu-se o chefe da capoeiragem politica. Fez della uma instituição, deu organisação a este elemento perigoso, que felizmente foi banido da cidade pelo primeiro chefe de policia republicano, o energico Dr. Sampaio Ferraz.

Duque-Estrada os exercitava no manejo das armas; tinham banda de musica, estandarte, officiaes de patente por elle assignada.

Os de maior estatura eram *capitães* e os menores *riscadores*, pois a sua funcção era riscar com a navalha as barrigas dos inimigos. Os capitães, os mais notaveis eram: o *Trinca Espinhas*, o *Bocca Negra*, o *Cá te espero*, o *Bijú*, que depois foi transfuga, passando-se para os liberaes e tentando em uma

eleição matar o chefe conservador, o que lhe valeu uma tremenda sova, que o inutilisou pelo resto da vida. Dos *riscadores* o mais celebre foi o *Chenchem*, conhecido pela sua destreza.

Os conflictos no recinto eleitoral eram muitas vezes provocados pelos dominadores, para na confusão da luta, *emprenharem* a urna, o que na gyria eleitoral queria dizer lançar dentro della uma porção de cedulas.

O famigerado chefe de cabala Cardoso tinha uma linguagem, que se póde chamar eleitoral, com que era comprehendido pela sua gente sem ser entendido pelos adversarios. Assim : quando elle dizia em altas vozes e em tom de indignação : *Haja moralidade*, era signal que se tinha realisado uma fraude combinada.

Peneira a cangiquinha, minha gente, era a senha para começar a pancadaria.

Assisti a uma destas revoltantes scenas na parochia da Gloria, em 1878. Foi uma hecatombe, onde pereceram nove pessoas, além das que ficaram gravemente feridas. A igreja ficou ensanguentada, mesmo nos altares havia sangue !

E era assim que se respeitava a lei, a religião do Estado e a liberdade do voto. Será isso que a gente de S. Paulo quer restaurar?

Pela subida ao poder do partido liberal, em 1878, Duque Estrada não pôde entrar na igreja, apezar de ser 1º juiz de paz e presidente da mesa eleitoral.

A sua gente tinha-se passado para o governo, capitaneada pelo capitão Ataliba, liberal e homem valente, capaz de fazer frente ao chefe conservador. Este, á hora regimental, compareceu no collegio eleitoral, mas foi recebido por Ataliba que, cercado da sua gente e da força publica municiada, declarou que na qualidade de *caboclo do governo*, titulo de que se vangloriava, intimava ao Dr. Duque Estrada a não entrar, pois sabia que elle ia perturbar a ordem e coagir a liberdade do voto.

Tendo Duque Estrada lhe falado em constituição, elle, brandindo o cacete, disse:

— A constituição é isto!

Em vista de tão terminante ordem e da tão positiva constituição, o chefe conserva-

dor partiu á procura do imperador para saber se com effeito a constituição de que lhe havia falado o chefe liberal era a do imperio.

O chefe da nação recebeu o reclamante com a conhecida phrase :

— *Já sei ; resigne-se ; feriram-n'o com as suas proprias armas ;* dando por finda a audiencia.

Eis como o imperador era o defensor perpetuo do Brazil, guarda da sua constituição, approvando que a substituissem por um quebra costellas.

Aquellas palavras eram uma approvação ás violencias feitas e um convite ao chefe conservador para excedel-as quando o seu partido estivesse no poder.

Felizmente Duque Estrada Teixeira, depois disto, só pleiteou a sua eleição a deputado durante o regimen da lei Saraiva, presidida por este, sendo eleito pelos seus concidadãos honestos e dignos, que assim reconheceram os seus talentos e as suas qualidades de homem popular.

Já nos ultimos annos do imperio come-

çou a vigorar a lei de 9 de Janeiro de 1881, conhecida pela da eleição directa.

A primeira prova foi boa; mas logo após foi deturpada e as violencias anteriores repetiram-se: os morticinios da Escada, em Pernambuco; os da cidade do Recife, onde morreu o celebre *Bodé*, que não queria a eleição do Sr. Joaquim Nabuco, hoje paladino restaurador e que naturalmente se horrorisa com a compressão da vontade dos cidadãos nos comicios eleitoraes da Republica.

Tambem com a eleição directa se deu a matança de Goyaz, mandada fazer pelo governo, para eleger o filho do Sr. Andrade Figueira.

Com esta mesma lei fez o Sr. visconde de Ouro Preto uma camara unanime, impondo ás provincias representantes que ellas nem sequer conheciam de vista. Um houve, tambem hoje campeão furibundo do sebastianismo, que foi eleito por duas provincias para ficar por duas amarras, tão necessario era aos grandes planos politicos da época.

A eleição directa foi, portanto, uma

burla, que só serviu para tirar o direito de voto á grande maioria da nação.

As violencias e as fraudes não se praticavam sómente nos collegios eleitoraes, mas tambem na camara dos deputados, tendo por chefe o Sr. Candido de Oliveira, que tal capacidade e aptidão mostrou, que mereceu o titulo de *pai da fraude.*

Realmente mereceu a denominação. Era de uma fertilidade de imaginação e de uma actividade espantosa para annullar diplomas. Uma occasião, sendo ministro da guerra do gabinete Dantas, foi pilhado n'uma escada adiantando o relogio da camara dos deputados para se abrir a sessão na ausencia da opposição.

O Sr. barão de Loreto tambem foi eleito por obra e graça de umas actas, que tinham sido afogadas em um rio do Piauhy.

Por isso se comprehende as saudades que esta gente tem da liberdade eleitoral do imperio e o odio que nutrem pela Republica.

O certo é que se a Republica tem alguma cousa a corrigir é herança ainda do *antigo regimen*, inoculada em sua adminis-

tração pelos *adhesistas*, que especulam com ella e a maldizem.

Façam a sua propaganda *sebastianista*, mas não se lembrem do passado, que é pouco edificante.

Os artistas são muito conhecidos, para serem tomados ao sério.

D. PEDRO DE ALCANTARA

Não é sem emoção que escrevo sobre o homem que governou meu paiz por espaço de meio seculo, e que, se reconheço nelle incapacidade para a alta posição que o destino lhe deu e que as suas absorpções dilataram, não posso, sem injustiça, indigna de quem promette dizer a verdade sobre o regimen passado, deixar de reconhecer tambem que, attendendo ao seu enorme poder, unico no Brazil, foi generoso e magnanimo mesmo, como querem os seus fervorosos adeptos.

Ao terminar o seu reinado poderia exclamar como um dos personagens da Conferencia dos Divinos: Diverti-me muito, fiz o que quiz e não matei um homem.

E' que a sua politica era mais amena,

mais doce; se bem que os philosophos, miseraveis, especuladores, a achem mais aviltante. Era a politica da corrupção—"infallivel como a ferrugem que consome o ferro o mais rigido".

Conseguiu sopear os impulsos generosos mas imprudentes; convenceu pela meiguice a alguns republicanos que elle tambem o era; ao Sr. Lafayette, que o seu republicanismo não o impedia de servir á nação como ministro, senador e conselheiro de Estado.

Tal era a sua habilidade politica, que os seus estadistas, fóra do governo, o invectivavam, censuravam-n'o, achando-o usurpador, e no poder desmentiam-se logo, reconheciam o erro em que estavam; é verdade que, ás vezes, para reincidir nelle.

Tinha tanta astucia o nosso ex-imperador que, sendo um homem de mediocre instrucção e acanhado talento, conseguiu convencer, á força de habitos da Rosa, aos sabios do Instituto de França que elle tambem era sabio; aos democratas da Europa e da America do Norte, que era democrata; ao papa, que era crente e filho obediente da

Santa Madre Igreja; aos maçons, que era maçon, e ao povo, que era seu pai, conservando-o em parte na escravidão.

Veja-se como é difficil a minha tarefa: eu que, apezar da sua astucia não me illudi, venho dizer o contrario de tudo isto, apresentar o ultimo imperador nas suas verdadeiras proporções.

Para isso tenho de espancar a nuvem de incenso que cérca o idolo, mostrando-o na sua nudez, provocando assim o odio dos seus adoradores.

Mas que importa. Quando as paixões, ainda frementes, cessarem, o tempo houver feito a sua obra de consolidação, se verá onde está a razão.

Para melhor estudar este vulto, que por tanto tempo projectou sua sombra sobre o Brazil, dividirei o meu trabalho do seguinte modo:

O homem publico—politica interna, politica externa—. O homem privado.

Antes, porém, de entrarmos no exame de sua politica, vejamos como elle subiu ao throno.

A subida de D. Pedro II ao throno foi um ataque violento á constituição, que elle horas depois jurou manter e defender; foi um golpe de Estado levado a effeito pelo partido liberal em minoria na nação, tendo á frente demagogos, que a nada olhavam para satisfazer as suas ambições e odios pessoaes.

A essa conspiração não era estranho o imperador, a quem os conspiradores dirigiram um memorial, expondo-lhe os planos para que elle entrasse no exercicio immediato do supremo cargo do Estado. Nelle declaravam nada promoverem, comtudo, que não fosse do seu agrado, e pediam por escripto a sua resposta.

Theophilo Ottoni, deputado naquella época, affirma, na sua circular ao eleitorado em 1860, que o memorial lhe foi devolvido com a palavra —*sim*— escripta pelo proprio punho do imperador.

Assim, portanto, começava a sua vida publica, constituindo-se chefe de uma conspiração contra a constituição, contra as leis e contra a vontade da nação expressa pelos seus representantes.

E disso ha documento escripto: um bilhete do imperador em resposta a outro que lhe foi entregue pelo veador Bento Bahia. O bilhete a que elle respondeu era o seguinte: "Os Andradas e seus amigos desejam fazer decretar pelo corpo legislativo a maioridade de sua magestade imperial. Mas nada iniciarão sem o consentimento de sua magestade imperial."

A resposta não se fez esperar, e nella transparece a alegria com que foi recebido o convite.

"Quero e estimo muito que este NEGOCIO seja realisado pelos Srs. Andradas e seus amigos."

Desse modo o Sr. D. Pedro II trahia o regente e o governo da nação, machinando com os seus amigos um trama de lesa-patria.

O projecto, que foi apresentado ao senado, foi rejeitado por 18 votos contra 16 no dia 20 de Julho de 1840. Os conspiradores, afim de porem em pratica o movimento que julgavam necessario para fazer cessar a agitação republicana, então ainda de

com o monarcha, planearam uma revolução. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e o deputado por Matto Grosso Antonio Navarro de Abreu, puzeram-se á frente do pronunciamento e levaram capangas assalariados para a camara dos deputados, onde Antonio Carlos havia apresentado novo projecto declarando maior o imperador; e com esse pessoal perturbaram a ordem, insultaram os deputados, até que, a um signal de Navarro, os agitadores invadiram o recinto da camara, em grande vozeria e ameaças; e Antonio Carlos na maior exaltação exclamou:

"Quem é patriota e brazileiro saia commigo para o senado; abandonemos esta camara prostituida."

Em tropel partiram para o senado, acompanhados de desordeiros conhecidos, que praticaram no trajecto toda a série de desacatos.

Chegados ao senado, encontraram alguns senadores que faziam parte do movimento, tendo á frente o marquez de Paranaguá; e depois de breve reunião nomearam uma commissão composta de Antonio Car-

los, Vergueiro, marquez de Lages, Alencar, Hollanda Cavalcanti, Martim Francisco e Montezuma, com o fim de ir a S. Christovão pedir ao imperador que tomasse as redeas do governo.

A commissão desempenhou-se de sua tarefa, trazendo em resposta que o monarcha *queria já*.

Eis como terminou esse drama, em que o ultimo imperador do Brazil representou tão bem o seu papel.

Nesta emergencia, o regente Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda, e o seu ministerio se mostraram fracos ou cumplices ; e, para transigir com a revolta, combinaram o adiamento das sessões das camaras para o mez de Novembro, afim de, com calma e socego, se decretar a maioridade para o dia 2 de Dezembro, em que completava o monarcha 15 annos.

Para pôr em pratica essa medida foi nomeado Bernardo Pereira de Vasconcellos ministro do imperio, e nessa qualidade foi á quinta de S. Christovão, onde conferenciou com o imperador, expondo-lhe o que o go-

verno, de accôrdo com o regente, havia decidido. O Sr. D. Pedro II deu o seu assentimento a todas essas medidas.

Mas não sabia Pereira de Vasconcellos que era victima de uma perfidia, pois o imperador estava de combinação com o movimento, pronunciando horas depois dessa conferencia o *quero já* como resposta á commissão revoltosa, sendo nessa occasião Vasconcellos insultado na presença do imperador por Antonio Carlos, sem que aquelle procurasse defendel-o.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, depois de findos os acontecimentos, publicou um manifesto á nação, do qual destacamos os dous trechos seguintes, para que se veja como aquelle grande patriota apreciava os acontecimentos que elevaram ao throno do Brazil o Sr. D. Pedro II:

"No meio do debate desta transcendente materia (a maioridade), debate que devêra ser notavel pela prudencia, sisudez e gravidade que o devia presidir, appareceram symptomas de coacção na camara dos deputados. Os que admittiam a idéa com modi-

ficações viram-se expostos a insultos e perigos, se não guardassem o silencio. Para prova desse facto offereço o *Jornal do Commercio* de n. 188 a 193, invoco, além disso, o testemunho dos deputados e espectadores imparciaes; deponham elles se, além do que tem chegado ao conhecimento do publico, não tiveram alguns dignos representantes do paiz, e principalmente os ministros da corôa, de soffrer vergonhosos insultos e ameaças. Pessoas do povo, reunidas em grande numero, invadiam o paço da camara, rodeavam os deputados dentro da propria sala das sessões, tomavam parte nos debates, applaudindo estrondosamente os oradores de um lado e suffocando a voz de outros com gritos atterradores; em uma palavra, quasi que havia de todo desapparecido a distincção entre galerias e legisladores; a população pacifica e industriosa, que ao principio esperava tranquilla a solução que os poderes supremos do Estado houvessem de dar á questão da maioridade, começava a affligir-se á vista de scenas tão desagradaveis representadas naquelle mesmo recinto

d'onde sómente deviam partir exemplos de ordem e obediencia ás leis..."

Outro topico é o em que elle refere a affronta que soffreu na presença do imperador.

"Não me é dado saber qual será a minha sorte por este acontecimento. O Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e Silva (hoje ministro do imperio), arrojou-se em ameaçar-me em particular e aos meus collegas em geral, na augusta presença do imperador, no momento em que sua magestade acabava de acceitar a difficil e espinhosa tarefa de dirigir os negocios publicos. Que lição!"

No dia 23 de Julho de 1840 a assembléa geral se reuniu no paço do senado e o presidente, sem nenhuma consulta á assembléa e sem admittir discussão, declarou que, comquanto não decretada por lei, era comtudo a declaração da maioridade immediata consequencia dos acontecimentos verificados, e levantando-se convidou os senadores e deputados a seguirem o exemplo, dirigindo-lhes as seguintes palavras:

"Eu, como orgão da representação nacional, em assembléa geral, declaro desde já maior a sua magestade imperial o Sr. D. Pedro II, e no pleno exercicio dos seus direitos constitucionaes."

E, assim, violando a constituição, as leis, opprimindo os representantes, injuriando e ameaçando os ministros da nação e contra sua vontade, subiu ao throno o muito alto e poderoso principe o Sr. D. Pedro II, no dia 23 de Julho de 1840.

Quem fala é a historia, não são os republicanos; e ella diz que o 2º reinado começou pela perfidia e dissimulação de um menino que se julgara apto para governar uma grande nação em nome de uma constituição que elle começava rasgando, e que não sabia ainda que era deshonesto trahir o governo de sua patria, conspirando ardilosamente contra o socego e segurança della.

Se o Sr. D. Pedro II tivesse os sentimentos que lhe emprestam, teria recusado o convite que lhe foi feito pelo bilhete que acima transcrevemos, communicando o facto ao regente.

Se o Sr. D. Pedro II tivesse a madureza e a circumspecção necessarias para tomar a direcção dos negocios publicos, como inculcavam, não consentiria que um homem da ordem de Bernardo Pereira de Vasconcellos fosse insultado na sua presença por um ministro seu.

Onde, pois, a legitimidade desse reinado que foi destruido pelo grande movimento republicano de 15 de Novembro de 1889?

Era elle constitucional?

Os monarchistas não cessam de dizer que a Republica foi o producto de uma revolta de quarteis, quando, entretanto, foi recebida pela nação com enthusiasmo, adherindo a ella quasi todos os estadistas do imperio.

O 2º reinado foi o producto de uma *arruaça*, com o protesto dos homens bons e com a reprovação e repulsa da maioria dos representantes da nação.

Onde as raizes dessa monarchia, que era denominada de governo legitimo pelos seus partidarios?

Na constituição imposta á nação pelo

primeiro imperador, quando ella foi o producto da sua violação ?

Não ; a monarchia não tinha raizes nem nas leis que ella mesmo fez, nem no coração do povo brazileiro.

POLITICA EXTERNA

Não é minha intenção escrever a historia da politica do ex-imperador, o que seria a historia do 2º reinado, porque elle foi o imperio e o imperio foi elle ; nem cabe neste genero de trabalho, nem confio na minha capacidade para emprehender tamanha tarefa. Quero sómente dar a conhecer ao futuro historiador o que se murmurava a respeito dos homens e coisas da politica imperial, para que lhe sirva de subsidio.

A politica exterior do ultimo imperador foi fraca, sem feição caracteristica e algumas vezes humilhante ao Brazil.

A monarchia no Brazil foi sempre considerada pelas côrtes européas como uma instituição sem raizes no sólo brazileiro e em

desaccôrdo com a indole e inclinações americanas.

Disso temos a mais completa affirmação na resposta dada pelo principe de Matternich ao nosso enviado, quando este pediu a mão de uma das archiduquezas austriacas para o ex-imperador.

—O imperador da Austria não confia, disse o principe, na estabilidade da monarchia no Brazil.

O grande homem de Estado austriaco foi mais uma vez propheta.

Uma outra prova foi a recusa da rainha Victoria da grã-cruz do Cruzeiro, que o imperador lhe havia dado quando subiu ao throno.

A rainha mandou ao Brazil, nos ultimos dias do anno de 1842, o Sr. Henrique Ellis, conselheiro privado de sua magestade britanica, na qualidade de seu embaixador extraordinario, comprimentar a sua magestade o imperador pela sua subida ao throno, que foi em 1840, e apresentar-lhe as escusas da rainha por não acceitar a distincção honorifica que lhe fez.

Os motivos dessa recusa ficaram em segredo; mas era corrente naquelle tempo que o governo inglez não considerava o segundo reinado como legitimo.

E' estranhavel que os monarchistas atirem á Republica a responsabilidade das violencias inglezas feitas em relação á ilha da Trindade, accusando o governo republicano de fraco, que aliás tem sido, quando na historia da politica externa da monarchia ha factos de verdadeira humilhação, que o imperador tragou sem a menor demonstração positiva de desagrado.

As offensas e vexames feitos pela Inglaterra em 1849 e 1850 pelos seus cruzeiros nas nossas costas a titulo de impedir o trafico de escravos, e que se constituiu um verdadeiro bloqueio, aprisionando os nossos navios mercantes, pilhando o seu carregamento, levando para a Serra Leôa as suas tripolações, onde morriam á mingua e victimas da insalubridade do logar, não podem ser esquecidos.

E o que fazia o imperador? Mandava grã-cruzes á rainha, que as repellia.

Em 1844 Sir Robert Peel lançara impos-

tos prohibitivos contra o nosso assucar, sob pretexto de ser producto de escravos, mas cujo fim real era proteger a agricultura das Antilhas inglezas.

Para cumulo das humilhações feitas pela Inglaterra ao Brazil no tempo do imperio temos o bill Aberdeen, com que a Inglaterra se arrogou o direito de fazer justiça por suas proprias mãos contra os brazileiros, enforcando-os nos mastros dos seus navios.

O governo imperial limitou a sua acção contra tão affrontoso acto, feito contra os brios do Brazil, em publicar, a 22 de Outubro de 1845, um protesto, conservando, porém, todas as relações com a nação que tão cruamente nos havia insultado.

A França de Luiz Felippe tambem praticou actos da mais acintosa insolencia, para perturbar o tratado de commercio que negociava na Prussia o então visconde de Abrantes; o que conseguiu pela substituição no ministerio prussiano do barão Bulow, que era favoravel ao tratado, pelo barão de Canitz, que fez o nosso plenipotenciario dar por finda a sua missão sem nada conseguir.

A questão chamada Christie, nome do ministro que representava a Iuglaterra entre nós, foi devida em grande parte á incuria e demora indefinida das reclamações que havia feito o governo britanico, motivadas pelo saque que fizeram nos salvados de um navio inglez naufragado nas nossas costas, e a prisão de alguns officiaes de marinha daquella nação, na Tijuca.

O governo imperial, absorvido em fezer eleições e em alimentar as miseraveis intrigas politicas, deixou correr á revelia essas reclamações, até que foi despertado pela nota *ultimatum* do Sr. Christie, em que, depois de acerbas phrases, declarava terminantemente que, se o governo, dentro em 24 horas, não désse as satisfações pedidas, faria bombardear a cidade por um vaso de guerra de sua nação, que se achava no nosso porto.

Para se fazer uma idéa do pouco caso com que se tratava de questão tão grave, basta saber-se o que se passou entre o nosso ministro de estrangeiros e o seu official de gabinete no momento em que foi recebido o *ultimatum* do representante inglez.

O official de gabinete, que em regra era o verdadeiro ministro, procurou em casa o seu chefe, que estava jogando o voltarete com alguns amigos.

O official de gabinete communicou ao ministro o facto, e este, não querendo abandonar a mesa do jogo, lhe disse:

— Qual, historias, bombardeado estou eu com os *codilhos* que tenho levado.

O empregado, porém, insistiu:

— Não, V. Ex. está enganado, esta é de *intuchar*.

No dia seguinte o porto estava bloqueado por pequeno vaso de gueara inglez, diante das nossas fortalezas, que não tinham um canhão para fazer fogo.

Apezar disso o governo imperial continuava na sua indolencia, e, se não fôra a insolencia do ministro inglez, que atravessou a rua do Ouvidor de chicote na mão, o que levantou o povo indignado, que em massa foi a S. Christovão exigir uma reparação a tantas affrontas, esta questão teria sido resolvida como as demais de que já falámos.

Felizmente o povo soube defender os

seus brios compromettidos pelo governo imperial.

A questão foi resolvida pelo rei dos belgas como arbitro, que julgou a modo de Salomão, metade para cada um:— O Brazil tinha razão quanto á questão dos salvados, e a Inglaterra quanto á prisão dos officiaes de sua marinha.

Eram estas as relações diplomaticas que tinha o imperio com a Europa, que se não póde dizer fossem muito amistosas e nem que a nossa diplomacia imperial levasse a melhor.

Vejamos agora com os nossos visinhos: Os *sebastianistas* nos seus discursos, nos brindes dos seus banquetes de propaganda, não se esquecem que a bandeira do imperio abateu as duas tyranias mais odiosas dos tempos modernos: Rosas em Buenos Ayres e Lopes no Paraguay.

Estudemos estes dois grandiosos feitos.

Se Rosas era um tyrano, a sua tyrania era sómente exercida contra os argentinos e em nada nos tocava, e, a não ser que o imperio quizesse fazer uma politica sentimentalista, de libertador dos opprimidos, mas

então não tinha só que combater Rosas, mas todos os demais despotas--o czar da Russia, o schah da Persia, uma especie de santa cruzada, que, além de ridicula, estava acima das nossas forças—o imperio devia deixar os argentinos com o seu Rosas, que, bom ou máo, era o chefe de sua nação.

Mas era um tyrano, e o imperio não queria um homem como este á frente de uma nação sua visinha.

Mas o imperador, que não podia ver impassivel os soffrimentos dos argentinos, subjugados pelo tacão da bota de Rosas, fez com este um tratado de amizade offensiva e defensiva, que em uma de suas clausulas o tyrano Rosas se obrigaria a auxiliar o imperador a esmagar os brazileiros rio-grandenses que tinham proclamado a Republica do Piratinin, e por ella se batiam.

Em 24 de Maio de 1843 era assignado pelo general Guido, representante de Rosas junto ao governo do imperador, um tratado, cujas estipulações eram :

1º Alliança offensiva e defensiva dos *dois governos* para o restabelecimento da paz

e a autoridade legal no Estado Oriental e no Rio Grande do Sul.

2º Determinação dos contingentes com que havia de concorrer cada uma das altas partes contractantes, bem como das condições para regularem commandos e serviços.

Rosas, assignando esse tratado, só tinha em vista conseguir do imperio auxilio para resolver a questão de Montevidéo antes da intervenção armada da Inglaterra e da França, que estava annunciada; dissipado, porém, o perigo da intervenção européa, Rosas rompeu o tratado.

O imperador, vendo assim frustrados os seus planos de alliança em Buenos-Ayres para esmagar o Rio Grande, praticou um acto de energia: resolveu voltar á politica da neutralidade; e convenceu-se que Rosas era um tyrano insupportavel.

Mas o bloqueio contra Montevidéo foi restabelecido por parte da Inglaterra e da França; e intimado este ao chefe de divisão Francisco Mariath, commandante da divisão naval do Brazil, pediu elle instrucções á nossa legação, que lhe respondeu que podia com-

municar a Brown, commandante argentino, que não podia reconhecer o bloqueio de novo intimado, sem ordens expressas do governo imperial.

Rosas enfureceu-se, e pelo seu ministro Arana mandou ao nosso ministro Duarte da Ponte Ribeiro, em 22 de Setembro de 1843, uma nota em que qualificava o acto do nosso ministro de *estupido e insensato*, phrases pouco diplomaticas, mas que estavam em uso quando se tratava do Brazil.

Emquanto isto se dava, a *Gazeta Official* de Rosas provocava o povo argentino a actos de violencias contra os residentes brazileiros e enchia as columnas dos jornaes de injurias e ameaças ao governo imperial. Praticavam todos estes attentados diante da esquadra brazileira surta no porto de Montevidéo.

A resposta que o imperador deu a estes desabrimentos foi enviar um navio a Buenos Ayres, não para responder pelo canhão todas estas insolencias, mas para levar as mais completas explicações, e a reprovação dos actos dos nossos ministros Sinimbú e Ponte

Ribeiro e a proposta de sepultar tudo no esquecimento, retirando as notas!!

Era assim que o imperador tratava o tyrano, que não ficou satisfeito sem a retirada do Sr. Ponte Ribeiro.

Esse homem, que teve a infelicidade de representar o imperador em Buenos-Ayres, foi d'ahi retirado com o epitheto de estupido e insensato, reprovando-se-lhe actos que nunca praticou, pois elle só disse que ia consultar o seu governo.

O facto é que Rosas metteu medo ao imperador, que não sabia que o povo brazileiro é bravo e patriotico para repellir qualquer affronta.

Mas o imperador não confiou na nação; foi mendigar á França e á Inglaterra a intervenção armada contra Rosas, missão de que foi encarregado o marquez de Abrantes, nada conseguindo.

E' preciso consignar que esse pedido foi dirigido a lord Aberden, contra quem o mperador tinha graves queixas e de quem tinha soffrido affrontas, e ao Sr. Guisot, que tinha sido o autor principal do máo successo

do tratado de commercio que o Brazil havia tentado com a Prussia.

Essas nações recusaram a intervenção; o que não impediu de fazerem mais tarde manifestação armada nos negocios do Rio da Prata, assistindo o governo imperial a ella com grande desdouro e em posição completamente passiva.

Depois de tantos desastres deliberou o imperador fazer a guerra a Rosas, que, vencido, fugiu n'um escaler com a bandeira ingleza e commodamente passou com toda a sua familia debaixo das baterias dos nossos navios de guerra, sem que delles partisse um acto com o fim de aprisionar o fugitivo.

Eis como o imperador abateu o primeiro tyrano.

Vejamos agora como procedeu em relação a Lopes.

A guerra do Paraguay teve como causa mediata um acto de politicagem, proprio da época, e que acarretou tão grandes prejuizos e sacrificios ao Brazil.

Em 15 de Janeiro de 1864 organisou ministerio Zacarias de Góes e Vasconcellos, que estava n'uma lista triplice para senador pela Bahia, tendo por companheiros José Antonio Saraiva e Antonio de Souza Espinola.

O presidente do conselho foi nomeado senador por carta imperial de 10 de Fevereiro do mesmo anno, o que melindrou a Saraiva, que guardou despeito contra Zacarias, a ponto de, na camara dos deputados, onde dispunha de prestigio, crear embaraços ao gabinete, não em franca opposição, mas com pequenas negaças e manobras parlamentares que faziam irritar o animo do presidente do conselho, que denominou a camara de "confraria de pedintes".

Zacarias procurava uma occasião de se ver livre do seu simulado adversario, a quem elle chamava de "Simão de Nantua".

Um dos deputados do Rio Grande do Sul, em discurso na camara, denunciou que a nossa fronteira com o Estado Oriental era invadida por pessoas armadas de procedencia oriental, fazendo [illegible]lias de toda a sorte,

sem que o governo brasileiro tomasse providencias, que entretanto urgiam.

Zacarias aproveitou esse incidente para afastar da camara o "Simão de Nantua" onde tanto o incommodava, encarregando-o de uma missão especial junto a Aguirre, presidente da República do Uruguay, para tratar dos factos denunciados pelo representante do Rio Grande do Sul.

Saraiva acceitou a commissão, levando como seu secretario a Aureliano Candido Tavares Bastos; não se esquecendo, porém, de encarregar os seus ajudantes na camara de garrotear o gabinete, o que fizeram em Agosto do mesmo anno, distinguindo-se nesta campanha o astucioso Souza Carvalho, que depois se tornou celebre na advocacia administrativa do imperio.

O ministro dos estrangeiros, João Pedro Dias Vieira, no officio que dirigiu á camara dos deputados pedindo licença para a nomeação dos dous representantes indicados, usou da palavra *ultimatum* que devia ser apresentado ao governo do Uruguay, o que mostra a inepcia com que ia se iniciar esta

negociação. *Ultimatum* é o resumo, o fim das negociações, é a ultima palavra, que não podia ser proferida sem ter havido começo de negociação.

Saraiva, de modo desabrido, exigiu de Aguirre medidas promptas e immediatas. Este ponderou que as mesmas medidas deviam tambem ser tomadas pelo governo brazileiro, pois que, se os orientaes invadiam terras brazileiras, os brazileiros invadiam as orientaes, praticando as mesmas depredações. Que, além disso, a Republica de que era presidente estava em guerra civil e o territorio das fronteiras em poder dos rebeldes, não podendo, portanto, a sua acção chegar até lá.

Saraiva a nada attendeu, apezar dos bons officios do ministro inglez junto a Aguirre, e mandou que o general Menna Barreto, barão de S. Gabriel, á frente de oito mil homens, invadisse o Estado Oriental e bombardeasse cidades ao alcance da esquadra, dando-se assim uma verdadeira occupação militar.

Francisco Solano Lopes, dictador do

Paraguay, que de ha muito se occupava com a idéa de se fazer imperador do Prata, para o que dispunha de um exercito de oitenta mil homens, dirigiu ao nosso governo uma nota estranhando o modo por que foi feita a occupação da Republica Oriental, que trazia o desequilibrio á politica platina.

Lopes tinha as melhores disposições em relação ao Brazil, com quem tentara um tratado de alliança e boa amizade, pois era seu alliado natural desde que elle tinha em mira estabelecer um imperio no Prata, para o que já havia occupado Corrientes; tratado esse que o imperador do Brazil recusou por um capricho pessoal.

A nota do governo do Paraguay foi respondida pelo visconde de Caravellas, ministro dos estrangeiros no gabinete Furtado, que succedeu ao de Zacarias, de modo fraco, incolor, ou, para usar da verdadeira phrase — tolo.

Estavam as cousas neste pé, quando chegou a Assumpção o vapor *Marquez de Olinda*, levando material de guerra, o que demonstrava as intenções do governo impe-

rial, e o presidente nomeado para Matto Grosso, Carneiro de Campos, irmão do ministro dos estrangeiros.

Lopes deixou que o navio sahisse do Porto de Assumpção, mas por suggestões de Sagastume, oriental, e que se achava junto ao dictador, mandou aprisional-o em viagem.

Eis o primeiro acto de hostilidade de Lopes.

Porém, antes de continuar a narrativa, façamos algumas considerações.

Se o imperador fosse um homem habil e estivesse na altura do papel que o destino lhe reservou, não teria agido de modo precipitado e impolitico, como fez, mas teria aproveitado a occasião para fazer uma politica forte e patriotica.

A situação da politica platina, antes dos acontecimentos acima narrados, era esta : A Republica do Uruguay em luta intestina — de um lado Aguirre, presidente legal, e de outro o general Venancio Flores, rebelde. A posição do Brazil em relação a esta nação devia ser de mera neutralidade, intervindo, se a isso fosse obrigado, de modo a satis-

fazer os interesses brazileiros. A Republica Argentina estava a braços com Lopes, contra quem nada podia. Nesta emergencia, aquella Republica acceitaria a intervenção do Brazil, mesmo com grandes concessões, aproveitando então este a occasião de liquidar os seus negocios pendentes, onde avultava a questão das Missões, que seria resolvida de modo satisfactorio, modificando ao mesmo tempo os planos gigantescos de Lopes.

Mas o imperador só tinha em mira vingar-se de Lopes, por este lhe ter pedido a mão de sua filha D. Leopoldina, o que tomou por uma affronta. Não fez guerra á nação paraguaya, mas a D. Francisco Solano Lopes.

A nação paraguaya, depois da tomada da sua capital, estava vencida, aniquilada; só restava um homem foragido, mettido nas mattas, acompanhado de um punhado de fieis servidores. D. Pedro, porém, não ficou satisfeito e mandou continuar as operações a que o duque de Caxias respondeu: — "Não sou capitão do matto para pegar

gente fugida", phrase que o ultimo imperador não perdoou ao grande general.

Caxias, que se havia carregado de louros nas brilhantes batalhas de Lomas Valentinas, Itororó e Assumpção, não podia tomar sobre si a missão de fazer montaria a um homem infeliz, como se fôra uma féra.

D. Pedro não achou no exercito quem se prestasse a esse papel e encarregou delle seu genro conde d'Eu, que commandou o *perrigosissimo combate de Pirrebebuy*, até que Lopes foi morto no Aquidaban, em 1 de Março de 1870.

A guerra do Paraguay serviu para pôr em evidencia o estado miserando da administração do imperio. Não tinhamos exercito, marinha, armas, nem munições.

Se não fôra a bravura até ao heroismo, e a abnegação até ao sacrificio dos brazileiros, D. Pedro teria o seu Sédan e o Brazil uma pagina triste na sua historia.

Continuando a não confiar nas forças da nação, o ultimo imperador fez o tratado da triplice alliança com as republicas Argentina e do Uruguay, tendo deposto Aguirre,

presidente desta, dando o poder a Venancio Flores, confiando o commando das forças alliadas a Mitre, quando devia pertencer a um general nosso, pois concorriamos com a maior parte dos elementos para a guerra.

E' preciso dizer a verdade, mesmo que pese ao nosso patriotismo ; a provocação desta nefasta guerra pertence ao Brazil, que infelizmente na historia internacional não póde ser destacado do seu ultimo imperador.

Foi um capricho imperial motivado, como já dissemos, pelo amor paterno offendido e pela vangloria que tinha D. Pedro de ser o unico imperador na America.

Estes motivos estão brilhantemente desenvolvidos em artigos escriptos pelo illustre Dr. Eunapio Deiró, que desta vez não nos contestará, a respeito de um livro publicado por um general paraguayo.

Ahi se poderá ver, de modo mais completo, que não podemos dar ao nosso trabalho, que a guerra do Paraguay foi um acto pessoal do ultimo imperador.

Elle poderia chamar — a minha guerra — como a imperatriz Eugenia chamava a do Mexico.

Os dados, porém, estavam lançados, a guerra começava.

Era preciso arranjar gente para o canhão por todos os meios. O recrutamento fazia-se em massa; o terror se espalhou em todo o Brazil.

Começou então a especulação torpe dos traficantes de escravos, que vendiam negros ao governo, vestindo-lhes a farda de soldado brazileiro, que alguns, entretanto, souberam honrar, portando-se com bravura nos campos de batalha.

Mas nesse negocio praticaram-se escandalos que muito comprometteram a reputação dos administradores do imperio.

Venderam-se negros velhos com a carapinha pintada de piche e com dentaduras postiças, por muito bom preço. Isto, porém, não era espantoso, pois o escravo nesse tempo era mercadoria; mas o que é estupendo é que o consul portuguez de entoã vendesse os seus patricios.

Nas redes do recrutamento sempre eram apanhados portuguezes, que se vendo presos reclamavam. Então o governo imperial mandava o protesto ao consul para informar, e este invariavelmente dizia á margem da petição—"Não é portuguez, nem nunca foi"; e desse despacho recebia uma quantia que havia sido de ante-mão estipulada. O governo portuguez soube do caso, demittiu o consul e o puniu.

Os recrutados eram levados para o quartel do campo de Sant'Anna, afim de serem examinados pelo medico encarregado desse serviço, excluindo os incapazes.

Uma occasião entrou em casa de uma alta influencia politica uma pobre mulher em pranto, pedindo a sua valiosa protecção em favor de seu unico filho, que acabava de ser recrutado. Ella prometteu interessar-se pelo caso e procurou o ajudante-general, que lhe disse nada poder fazer, mas aconselhou-a que se dirigisse ao medico que examinava os recrutas, no pateo do quartel.

O alto personagem chamou de parte o medico, com elle se entendeu, indicando-lhe

a posição que occupava entre os recrutas o seu protegido.

O medico deu começo á revista, fazendo um exame rapido a cada um dos que se achavam na linha, acompanhando o seu diagnostico com as palavras "magnifico soldado"—palavras que algumas vezes eram dirigidas a pobres homens que pelo seu physico mostravam impossibilidade de pegar em uma espingarda.

Chegou, afinal, a vez do afilhado do personagem politico. Era um rapagão, constituição robusta, pelas faces rebentava saude e vigor. O médico, sem attender muito no examinando, bateu-lhe com a mão no ventre e, com ar magestoso e encolerisado, bradou: "hydropico em ultimo gráo! saia fóra da fileira; quer roubar o dinheiro do governo; não chegava ao Paraguay". E como o rapaz não se retirasse, o medico, ainda mais enfurecido, lhe disse. "Saia, que póde morrer aqui mesmo". E o afilhado lá se foi com o padrinho.

Entre os escravos que serviram no exercito houve um que se alistou sem consenti-

mento do seu senhor. Feita a campanha, voltou n'um posto inferior, tendo-se distinguido em differentes combates. O senhor, logo que soube da sua chegada, o reclamou, exigindo em troca uma forte quantia. Houve grande discussão a este respeito entre o ministro e o imperador, entendendo este que se devia entregar o soldado, para não satisfazer a especulação do senhor, opinião que prevaleceu.

Felizmente o servidor da patria foi liberto por uma subscripção popular, se não nos falha a memoria.

O presidente do conselho do ministério de 31 de agosto de 1864 teve a feliz idéa de appellar para o patriotismo dos brazileiros, creando o voluntariado, idéa a que o ex-imperador se oppôz, por não confiar na sua efficacia.

Como o ministro previra, o Brazil se levantou, enviando seus filhos em grande numero para salvar a honra da nação, tão imprudentemente compromettida pelo seu chefe.

De toda a parte, e principalmente da

Bahia, Maranhão, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul, vinham cheios de enthusiasmo e de bravura homens e velhos e entre elles uma mulher — *Jovita* — a vivandeira, que fez toda a campanha e de volta a esta cidade suicidou-se por amor.

Dizer o que houve de heroismos, de sacrificios, de abnegação, para pagar este grande erro do imperio, é impossivel.

Esses sacrificios em grande parte foram augmentados pela desidia da administração, que deixava os nossos soldados morrer á fome, quando o dinheiro sahia em ondas do thesouro, que era devorado pelos fornecedores, quasi todos estrangeiros, que roubavam impudicamente, mandando farinha misturada com cal, algodão por quinino e praticando outras traficancias miseraveis.

Lá ficaram nesses campos, debaixo das ruinas das cidades, milhares de brazileiros; 600 mil contos se escoaram, que podiam ser empregados no desenvolvimento material do paiz, na creação de estradas, na navegação de seus rios, no desenvolvimento das industrias, etc.

O que tirámos de todos esses sacrificios?

Satisfazer ao capricho imperial, e nada mais.

POLITICA INTERNA

"Quarenta annos de mentiras e perfidias."

Em uma sessão das mais solemnes da camara dos deputados do 2° reinado, o Sr. Ferreira Vianna, n'um momento de desabafo patriotico, coruscante de eloquencia, sacudindo pelas orelhas aquelles pygmeus que tinha diante de si, atirou a phrase que vae nos servir de thema, phrase que é uma bella synthese, tanto mais bella quanto verdadeira.

Ella exprime tudo, e não podemos acreditar que de um espirito tão elevado e de um observador tão justo sahisse semelhante sentença, sem que fosse o producto de sua profunda convicção.

Se, porém, elle hoje a repudia, nós a *recebemos* e vamos demonstrar como nella

está consubstanciada toda a politica do ultimo imperador.

A perfidia foi a pedra angular da politica imperial do 2° reinado, como discordancia do 1°, que foi a força. O pai, se era despota, tinha a franqueza de o ser, tomava a responsabilidade de seus actos; o filho queria ser, mas não parecer. O pai estabelece as commissões militares, que assassinavam por processo summarissimo e verbal; mas o fazia publicamente por um decreto, o de 6 de Julho de 1824; o filho, porém, amnistia os revolucionarios do Pará por decreto de 22 de Agosto de 1840, em regosijo á sua exaltação ao throno; mas Eduardo Francisco Nogueira Angelim, um dos amnistiados, é preso a horas mortas da noite, arrastado á cadeia e d'ahi levado em segredo para a ilha de Fernando de Noronha. Apezar da reclamação feita á camara dos deputados, esse infeliz esteve no presidio 10 annos, tendo, nesse espaço de tempo, enlouquecido sua mulher de miseria e perseguição. O Dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, tambem um dos amnistiados, foi levado secretamente

para o forte do Principe da Beira, em Matto Grosso, onde morreu de fome!

O perdão foi publico, foi uma gyrandola de saudação pelo inicio de um reinado; a perseguição, a vingança, porém, foi no escuro, por emboscada. O pai, D. Pedro I, era o leão, atacava pela frente, affrontando tudo e a todos, mas sem simulações, com franqueza. Quiz um dia mostrar a sua paternal clemencia e baixou o decreto de 7 de Março de 1825, que rezava assim: "Mando que *promptamente* sejam *executados* todos os réos que já estiverem sentenciados pela commissão militar, como demonstração de *paternal clemencia!!*"

Que bello padrão de magnanimidade imperial!! O filho, D. Pedro II, é a raposa, espreita a occasião propicia contra a presa. Tem tambem paternal clemencia, mas não por decretos, mas pelo systema que seguiu contra Angelim.

O ultimo imperador serviu-se da popularidade e do caracter violento de Antonio Carlos para assaltar o throno, rasgando a constituição, como já dissemos anterior-

mente. Depois fel-o ministro; mas creou-lhe tantas difficuldades, empregou contra elle tantas perfidias, que um dia o ministro, deixando-se levar pela sua impetuosidade natural, exclamou em pleno conselho, dirigindo-se a seu irmão Martim Francisco:

"Não te disse, Martim, que quem se mette com crianças amanhece... molhado! Vamos embora."

O veneno produzia o seu effeito, como observava Iago quando via Ottelo enfurecido de ciume.

Em menos de sete mezes D. Pedro atirou fóra do poder o homem que o elevou ao throno, abandonando-o a seus inimigos, que foram seus successores no ministerio.

Antonio Carlos veiu tres vezes em lista triplice; a primeira vez pelo Ceará, em 1841, primeiro votado; a 2ª vez por Minas Geraes, em 1844, sendo escolhido o marquez de Itanhaem, mordomo e valido do imperador; a 3ª vez por Pernambuco, em 1845, sendo então escolhido depois de ter expiado os seus peccados.

O ultimo imperador n[illegible]uecia as

affrontas, nem mesmo pequenos beliscões que soffria a sua vaidade, salvo quando pediam perdão. E essa prova nos é fornecida por um tal *Anapurús*, que entoou louvaminhas ao seu ex-amo e senhor, no roda-pé da *Noticia*.

Diz elle: " Longos annos depois de morto o illustre brazileiro (José de Alencar), disse o monarcha em momento de expansão: Tive sempre José de Alencar no alto apreço que de todos mereceu pelos talentos, etc. (a redacção é de Anapurús) talentos e aptidões; mas, lamentando as circumstancias que o tornaram tão hostil a mim, não me arrependo da resolução que julguei dever tomar. " (De não o ter escolhido senador).

Vê-se que o portuguez imperial não é dos mais puros, o que faz crêr na anecdota; mas é bastante claro para se comprehender que o ultimo imperador escolhia os senadores sem attender aos requisitos do art. 45 da constituição que foi do imperio, mas tendo em vista as suas affeições pessoaes.

Isso é verdade. E mil factos podem ser lembrados; mas d'entre todos o de José Maciani é o mais frisante.

José Mariani, espirito superior, o luzeiro da magistratura brazileira, homem das mais altas qualidades, foi suffragado quatro vezes pelo Maranhão, que insistentemente mandara o seu nome em 1º logar nas listas triplices: em 1851, 1852, 1861 e 1871; e o imperador nunca o escolheu, porque não podia se accommodar com a altivez daquelle caracter.

José Mariani morreu sem que o Maranhão conseguisse tel-o por seu representante vitalicio.

No exercicio da attribuição de escolher senadores o ultimo imperador patenteou de modo o mais absoluto a dubiedade de seu caracter e a sua constante preoccupação de amesquinhar os brazileiros illustres.

E' preciso dizer que nenhum monarcha teve homens mais superiores que D. Pe ro. Mas a sua politica mesquinha, estreita e corruptora inutilisou a maior parte, obrigando-os a mutações instantaneas de opiniões, e á pratica de actos que na vespera haviam reprovado.

N'uma das ultimas nomeações que fez,

o ultimo imperador faltou á sua palavra, que os mais comesinhos principios de honorabilidade o obrigavam a manter, *maximé* quando ella não foi solicitada.

Estava na lista triplice de senador pela Bahia, na vaga do barão de Cotegipe, o Sr. visconde de Guahy, então ministro da marinha do gabinete de 10 de Março, quando esse ministerio foi exonerado.

O illustre presidente do conselho, o Sr. conselheiro João Alfredo, cujo nome está immorredouramente gravado na lei de 13 de Maio de 1888, pediu a exoneração do ministerio que presidia, allegando a necessidade que o imperador tinha de se apoiar nas classes conservadoras da nação, que haviam sido feridas pela abolição da escravidão; hypothecando elle o seu apoio e o de seus amigos á nova combinação que fosse feita nesse sentido.

O imperador não annuiu a esse pedido, que foi reiterado por sete vezes, chegando a dizer ao primeiro ministro:

"O senhor está sem coragem; não parece o ministro do gabinete Rio Branco."

Referia-se é attitude energica e decidida que havia assumido João Alfredo naquelle ministerio.

João Alfredo, porém, continuava a insistir na sua demissão, não só pelas razões acima ditas, como tambem porque sabia da conspiração que contra elle se fazia no paço, sendo chefe o conde d'Eu; do que não guardava segredo, pois em sessão do Instituto Polytechnico declarou sem reservas que não era preciso protestar contra um acto do ministro do imperio, motivo da reunião, porque o ministerio ia ser exonerado. Isto muito antes de se manifestar a crise.

Não podendo e não devendo João Alfredo communicar ao imperador esse facto, continuava a pedir a sua demissão, allegando ainda não ter maioria no senado.

— Pois dissolva a camara e convoque o conselho de Estado.

O ministro obedeceu e o conselho de Estado manifestou-se contra a dissolução, o que de antemão sabia D. Pedro, pois essa corporação era composta em sua maioria dos chefes da conspiração, chegando um delle

a atacar em linguagem desabrida a honradez do 1º ministro, repetindo as calumnias que seus inimigos haviam levantado.

O imperador, esquecendo tudo quanto havia dito ao ministro, tornou mais uma vez transparente a sua politica de perfidias, dando ao ministerio a demissão que tantas vezes lhe havia negado.

João Alfredo mostrando-se naturalmente agastado com semelhante solução, o imperador lhe disse:

" Ainda lhe hei de dar prova do meu apreço e consideração." Ao que o illustre pernambucano respondeu: " Que eu jámais receberei."

O imperador accrescentou: " Communique ao seu collega da marinha que o escolhi senador pela Bahia."

Dias depois o Sr. visconde de Ouro Preto organisava gabinete e era escolhido senador, não o Sr. Guahy, mas o Sr. Carneiro da Rocha.

E' possivel que hoje contestem o que acabo de narrar; mas confio na honradez do Sr. João Alfredo Correia de Oliveira, para

que o façam com a sua acquiescencia mesmo tacita.

Como se deve qualificar esse procedimento?

De sincero, de honesto, ou de perfido?

Não se póde levar isso em conta aos estadistas do imperador, pois era elle cioso dessa attribuição constitucional, exonerando os ministros que nella procurassem intervir; como fez a Zacarias, relativamente á nomeação de Salles Torres Homem, que deu em resultado a subida ao poder dos conservadores, em 1868.

O ultimo imperador sempre procurou nivelar todos os homens notaveis do Brazil á sua estatura moral e intellectual.

Assim como o avoengo Tarquinio abatia as papoulas mais altivas, elle por meio da sua politica de mentiras e perfidias cortava de um só golpe as azas daquelles que subiam acima da sua cabeça, fazendo-lhe sombra.

Euzebio de Queiroz cercou-se de grande

annex, e era considerado como chefe do seu partido.

Taes foram as torturas que lhe infligiu D. Pedro no seu ministerio, que, ao sahir, exclamava: "Um homem de bem não póde ser duas vezes ministro com o imperador!"

O visconde do Rio Branco, que se aureolou com o brilho da lei de 28 de Setembro de 1871, que se elevara ás regiões da gloria, tambem foi victima da perfidia imperial; aproveitando o momento em que seus inimigos lhe atassalhavam a honra na questão Mauá para o demittir do cargo de ministro, fazendo crêr assim que aquellas accusações eram a causa da quéda do ministerio.

De todas as glorias, porém, a que mais lhe pesou foi a de Caxias.

O grande general, que por varias vezes havia segurado a corôa vacillante, foi victima das suas mentiras e perfidias, a que elle denominava *guerra de alfinetes.*

No momento mais difficil da guerra do Paraguay, o imperador foi pedir, ainda, auxilio ao velho marechal, que não trepidou em abandonar os seus commodos e gozos, e

partiu para o theatro da guerra, afim de prestar mais este serviço que exigiam do seu valor e experiencia. Mal havia elle chegado ao Paraguay, guerra mesquinha se fazia nos conciliabulos imperiaes, tendo á frente o ministro da guerra de então, João Lustosa da Cunha Paranaguá, ex-marquez de Paranaguá, que feria a dignidade do marechal com avisos que affectavam a disciplina do exercito em operações contra o inimigo.

Um jornal inglez, subsidiado com dinheiros do erario publico, atacava desabridamente a Caxias.

Para melhor se avaliar dessas perfidias, vou transcrever alguns trechos de uma carta particular do duque dirigida ao ministro da guerra, datada de Tuyu-Cuê, em 4 de fevereiro de 1868.

E' preciso notar que o ministro da guerra era o *ex-marquez de Paranaguá, persona grata* ao ultimo imperador, seu valido, e incapaz de praticar um acto sem que, com antecedencia, désse sciencia ao seu protector, em nome de quem se achava no ministerio

fazendo o papel de *cabo avisador*. Dizia o duque:

"Illm. e Exm. Sr. conselheiro João Lustosa da C. Paranaguá. — Remettendo a V. Ex. o incluso officio, no qual peço minha exoneração do commando em chefe das forças de terra e mar, em operações contra o governo do Paraguay, em virtude de incommodos de minha saude, consideravelmente augmentados pelo rigor da estação calmosa que atravessamos, entendo dever na presente carta particular declarar a V. Ex. a verdade inteira ácerca desse passo, que muito reflectidamente dei.

Os jornaes recebidos da côrte e minha correspondencia particular me trouxeram a desagradavel noticia de que meu nome tem estado em plena discussão na imprensa, travando-se renhida luta entre os meus gratuitos detractores e aquelles que generosamente se têm apresentado tomando minha defeza.

A causa objectiva de tão grande celeuma é (ao menos ostensivamente) o prolongamento da guerra, em que estamos empenhados,

attribuindo um folicularío inglez, no Rio de Janeiro, á tibieza, frouxidão e não sei que mais de minha parte, dando-se a circumstancia notavel de ser elle acompanhado em suas observações a meu respeito pelo jornal politico que ahi se publica com a denomição de *Diario do Povo*, o qual com razão ou sem ella se diz inspirado por um membro do actual gabinete.

Estranhou-se, e com razão, que o aventureiro inglez, vivendo á custa de uma consignação pecuniaria sahida dos cofres publicos brazileiros, tivesse a ousada temeridade de falar pelo modo por que o fez da guerra, a que fomos provocados, apreciando a seu talante ou de quem quer que seja que lhe impoz, os homens e os factos, e pretendendo exercer impertinente iniciativa na mais grave e melindrosa questão para um paiz constitucional, isto é, continuação ou sahida de gabinetes e exoneração do general em chefe a quem se confiou o commando de todas as forças na presente guerra."

Assim, o ultimo imperador consentia que se désse dinheiro do thesouro a um

inglez para offender e desprestigiar o nosso exercito na pessoa do seu glorioso general! Além disso intervinha na politica do paiz, pedindo mudanças de gabinete e a demissão do general em chefe das forças.

Mas o que é espantoso é que o governo pelo seu orgão official confessasse a subvenção dada ao estrangeiro jornalista, dizendo que não podia intervir na opinião da imprensa, que elle entretanto pagava. O seguinte trecho da carta denuncía tão escandaloso facto.

" O gabinete a que V. Ex. pertence, que me confiou a alta missão,e que deve ter sempre presentes á sua memoria todas as circumstancias que precederam e acompanharam esse acto e que sabe que o seu empenho em me fazer partir para o theatro da guerra era tão grande que de mim dependeu sua modificação,o gabinete actual,com quem tenho constantemente entretido a mais franca e leal linguagem, se viu na forçosa necessidade de ordenar que seu orgão official falasse sobre a questão a meu respeito levantada, e este o fez confessando a subvenção

que se paga ao folicularío estrangeiro, o fim della, proclamando com maravilhosa ingenuidade que o governo imperial nada tinha que ver, nenhuma interferencia podia exercer sobre as apreciações que o jornal inglez fizera em referencia á guerra e ao general brazileiro de que ultimamente se occupou.

As phrases descoradas e estudadamente frias da gazeta official em tão solemne conjunctura e sobre assumpto de tão reconhecida e palmar magnitude vieram robustecer, senão confirmar, as suspeitas que nestes ultimos tempos nutria de que a meu respeito e da guerra que sustentamos não existe no gabinete actual a necessaria e indispensavel solidariedade... Talhado para a luta, eu nunca a provoquei, mas tambem nunca a temi nem a temo, quando franca e descoberta: tive, porém, sempre grande asco á simulação e a essa pequena guerra chamada de *alfinetes*."

Como o glorioso general conhecia o homem que então dirigia os destinos do Brazil, cuja arma predilecta era a simulação e que só sabia fazer a guerra de *alfinetes* e

não a franca e leal, digna dos homens de coração e de espirito!

Mas, não era bastante ferir a pessoa do general, os seus creditos de homem de guerra, era necessario plantar a indisciplina no exercito, enfraquecendo os laços de respeito e consideração dos commandados para com seu chefe. Dessa obra foi encarregado o ministro da guerra, como vamos vêr de outro trecho da carta:

"Acaba o coronel Agostinho Maria Piquet, que nomeei para interinamente commandar as forças brazileiras em Corrientes, de officiar-me remettendo-me os avisos da repartição a cargo de V. Ex. datados de 4 e 14 do mez de Janeiro. No primeiro desses avisos V. Ex. se dirige directamente a esse meu subalterno, ferindo todas as conveniencias da disciplina e subordinação.

No aviso de 14 de Janeiro, relativo ao vapor *Pedro II*, permittirá V. Ex. que eu descubra, além da falta de confiança, uma offensa que não posso deixar de repellir com a maior energia. Recorde-se que quando *V. Ex. me* officiou a respeito desse vapor, já

eu um mez antes, pouco mais ou menos, havia dado minhas ordens sem a menor solicitação da parte de V. Ex. para que fosse elle despedido do serviço, como o foi desde então, dirigindo nesse sentido a competente parte a V. Ex.

Recebel-a, ficar ao corrente do que eu havia praticado e dirigir-se agora V. Ex. directamente a um meu subalterno para ter noticia, por seu intermedio, ácerca do que eu havia já officiado a V. Ex., é querer offender-me gratuitamente e obrigar-me a declarar ainda uma vez que o não tolero e repillo.

O maior favor que o gabinete actual me póde fazer, Exm. Sr., é acceitar quanto antes a minha exoneração, indicando-me sem perda de tempo qual o meu successor, afim de tirar-me de uma posição que, á vista do exposto, julgo insupportavel, e me não compellir a qualquer acto que della me desembarace por violento que seja."

Nenhum espirito desprevenido e de boa fé poderá negar que o ultimo imperador era sabedor das graves offensas feitas ao homem que lhe tinha salvado a corôa por mais de

uma vez e que, apezar de velho e doente, se achava nos inhospitos campos do Paraguay para salvar a patria de um desastre na guerra provocada, como já demonstrei, pelo seu capricho pessoal.

D. Pedro, porém, já alimentava a idéa, que depois realisou, de dar o commando em chefe ao seu genro conde d'Eu, arvorado em marechal do exercito brazileiro, que elle nem sequer conhecia. Para isso era preciso desgostar o legendario guerreiro, o que elle procurava conseguir com a *guerra de alfinetes*.

Quando Caxias voltou da guerra, vencedor e glorioso, o ultimo imperador não o foi receber, nem o visitou; apenas lhe deu o titulo de duque, que em nada augmentou o seu renome.

O inclyto marechal estava gravemente enfermo na Tijuca; era presidente do conselho de ministros e ministro da guerra, quando D. Pedro, ao passar pela casa de sua residencia, fez-lhe uma visita.

Nessa occasião Caxias pediu um favor em troca de seus grandes serviços — que

não lhe désse para successor na pasta da guerra o general Osorio, de quem elle tinha queixas, não sei se fundadas ou não.

D. Pedro prometteu; tambem não sei se fez bem ou não em prometter; mas o que é fóra de duvida é que devia cumprir o que havia garantido a um moribundo na hora da despedida. Pois bem, quando o Sr. Sinimbú organisou o gabinete de 5 de Janeiro de 1878, que succedeu ao presidido por Caxias, o unico nome que o ultimo imperador lembrou ao organisador foi o do general Osorio!

Nessa visita que fez ao duque, ao despedir-se, deu-lhe o imperador um beijo, que é conhecido na familia de Caxias pelo beijo de Judas.

O duque morreu e D. Pedro não prestou a esse grande morto a menor demonstração de pezar; é verdade que não foi ao theatro, como na noite em que morreu o marquez de Paraná, que era seu primeiro ministro.

E' que as phrases vibrantes de dignidade e altivez da carta de que falámos ainda não se tinham apagado da imperial memoria.

Naquelles tempos não se era digno e altivo impunemente.

Para melhor reinar, dividiu os politicos em dois partidos, sem significação, sem idéas, sem orientação e que não passavam de verdadeiras *coteries*. Revezava-os no poder a seu talante, ameaçando um com o outro.

Se os conservadores estavam no governo, prestavam-se á vontade imperial, receiando serem substituidos pelos liberaes, que por sua vez faziam o mesmo, renegando no governo o que haviam prégado na opposição.

A ascensão de um partido politico não mudava a face dos negocios; somente se substituia o funccionalismo para dar logar aos parentes e amigos dos dominadores do dia.

Os programmas feitos durante o ostracismo eram esquecidos nas portas do palacio, no momento em que entravam para receber as pastas ministeriaes. Ahi obtinham do imperador o *santo* e a *senha*.

Era um verdadeiro prazer para D. Pedro assistir á luta encarniçada que travavam os dois partidos.

Os dominadores romanos divertiam-se com o combate dos gladiadores; D. Pedro tinha espectaculo mais bello: extasiava-se diante desses lutadores, que atassalhavam mutuamente a sua honra; que se assassinavam á portas das igrejas nos dias de eleição; que se injuriavam desapiedadamente na imprensa e na tribuna das camaras, vindo depois apresentar ao senhor os despojos para ver se assim mereciam as graças.

Alguns despeitados por não sentirem o bafejo imperial atiravam dardos á augusta pessoa, mas esta prelibava as delicias da vingança ou do arrependimento desses imprudentes. Os primeiros eram victimas do fatidico lapis azul—José de Alencar e José Mariani; os outros tinham o perdão, ferro em braza, com que eram marcados para exemplo—Inhomerim e Lafayette.

Fez da politica uma teia complicada, no fundo da qual elle se occultava como a aranha.

A accusação predilecta das opposições era o poder pessoal que, em vez de irritar D. Pedro, intimamente o lisonjeava, por fazer crer ao mundo que só elle governava; mas sem o confessar. Bella posição! Se realisava-se alguma cousa de util, era elle; se o desatre se manifestava, a obra era dos seus ministros.

Desde o inicio do seu reinado o poder pessoal se tornou patente de modo incontestavel.

Dirigia os negocios publicos o gabinete de 20 de Janeiro de 1843, de que era chefe Honorio Hermeto Carneiro Leão—marquez de Paraná—quando o inspector da alfandega, Dr. Saturnino de Souza Oliveira Coutinho, irmão de Aureliano, visconde de Sepetiba, valido do imperador e maioral do celebre *Grupo da Joanna*, manifestou-se em franca opposição ao gabinete publicando um folheto—*Projecto de suppressão de alguns impostos, e amortisação de parte da divida publica fundada*, folheto esse que fez fracassar as negociações com a Inglaterra, em que se achava empenhado o governo.

Além disso o inspector da alfandega, pelo *Jornal do Commercio*, de 5 de Dezembro de 1843, apresentou-se candidato á cadeira vaga no senado pela morte do padre Feijó, declarando-se em franca opposição ao ministerio de que era delegado.

Tão estranhavel procedimento por parte de um funccionario da confiança directa do governo, procedimento este que trazia grave perturbação na ordem do serviço publico, levou o chefe do gabinete a apresentar a demissão do empregado que havia enfrentado com os seus superiores.

Mas esse modo de proceder do inspector da alfandega era o inicio de um plano concertado entre o imperador e o *Grupo da Joanna*, que assim denominaram ao agrupamento dos validos do imperador, os quaes faziam as suas reuniões na casa do mordomo, que então era Paulo Barbosa, em cuja chacara corria um pequeno rio conhecido pelo rio da *Joanna*.

O imperador disse que ia pensar antes de assignar o decreto de demissão pedida pelo ministro. No seguinte despacho Ho-

norio Hermeto insistiu pela demissão do inspector da alfandega, e tendo o imperador repetido o que havia dito, o ministro arrebatou o papel dizendo: "Um menino não tem o direito de zombar de homens encanecidos no serviço da nação, ainda que esse menino seja imperador."

Desde esse momento Honorio se considerou demittido do cargo de ministro.

D. Pedro encarregou de formar ministerio ao visconde de Monte Alegre, que não acceitou a incumbencia sem a demissão do inspector da alfandega.

Diante dessa recusa, que era a do partido conservador, unico para o qual podia appellar na occasião, por estar o partido liberal desmantelado pelos desastres revolucionarios que havia soffrido, o imperador, lembrando-se que o odio póde mais que o amor, chamou para organisador do ministerio a José Carlos Pereira de Almeida Torres, visconde de Macahé—que estava em franca hostilidade aos chefes do seu partido, fazendo politica por sua conta.

José Carlos acceitou a incumbencia,

entregando-se aos liberaes, contra os quaes havia pouco tempo antes pedido, em discurso na camara, as mais duras penas da lei e tribunaes de excepção, como rebeldes que eram.

Um dos primeiros actos de José Carlos foi nomear presidente da provincia do Rio de Janeiro a Aureliano de Oliveira Coutinho, irmão do inspector da alfandega que havia dado causa á crise.

Mas o ministerio não tinha nem maioria na camara, nem apoio na nação. Para a primeira difficuldade havia a dissolução, que foi decretada; para a segunda, a compressão eleitoral, que vamos ver como se fez.

Os excessos praticados nestas eleições ficaram legendarios.

As 116 comarcas que então havia no imperio foram providas de novos juizes, fazendo-se em um só dia, 4 de Julho de 1843, 52 nomeações!

O presidente Aureliano, no Rio de Janeiro, foi o que mais violencias praticou. Em S. João do Principe foram presos os principaes proprietarios para não votar. No

Pirahy foram suspensos administrativamente os processos para serem os réos nomeados autoridades policiaes.

Dos nove juizes de direito que tinha a provincia, sete foram removidos.

O ultimo imperador tinha o maior empenho nesta eleição, como se vê do seguinte *memorandum*, que o presidente dirigiu ao ministro do imperio:

"Póde V. Ex. tranquillisar sua magestade quanto ao receio que hontem *me manifestou*. Nenhum dos Lobatos ha de vir deputado por esta provincia." (Este *memorandum* é transcripto da circular de Theophilo Ottoni.)

Por este documento verifica-se que todas as violencias praticadas eram por ordem do ultimo imperador, que designava os candidatos que deviam ser derrotados.

Em Saquarema o padre José da Cêa e Almeida, investido das funcções de delegado de policia, mandou prender por *capitães do matto* os votantes, que foram encarcerados até o dia da eleição, sendo levados a votar ainda presos.

Na provincia das Alagôas o chefe eleitoral era o faccinora Vicente de Paula, assassino e salteador, o terror das mattas daquella provincia, frequentando os bailes que o presidente Lopes Gama dava em palacio.

Empregaram todos os meios, desde a fraude até a violencia, para consolidar esta situação falsa creada por D. Pedro para manter o inspector da alfandega, o qual foi anteposto a todos e a tudo.

A vontade imperial impunha-se de modo desabrido, calcando a lei e a constituição, violentando a liberdade dos cidadãos, assassinando os que não se queriam submetter.

O inspector da alfandega, porém, não foi demittido, nada importando o sangue derramado e os attentados praticados.

O poder pessoal do imperador é incontestavel; a elle cabe, e sómente a elle, todos os males do seu longo reinado; os homens publicos eram instrumentos de facil manejo de que se servia.

Os amigos de D. Pedro, entretanto, imputam aos seus estadistas os males da

patria, guardando para o seu idolo o que julgam beneficios.

No dia da desgraça, a 15 de Novembro de 1889, no momento de partir do Brazil, o ultimo imperador despediu-se daquelles que o tinham servido—com esta phrase:—*levei toda a minha vida a carregar máos governos.* Phrase covarde e falsa. Elle fez os governos que quiz, manteve-os o tempo que bem entendeu.

Pelo mesmo modo por que fazia ministerios os desfazia, tornando os ephemeros e passageiros e tinham o apoio das mesmas camaras sem attender ás idéas com que se apresentavam. Assim vimos a mesma camara apoiar o gabinete Saraiva, que não cogitava da questão do elemento servil, que entretanto agitava a nação; o de Martinho Campos — 21 de Janeiro de 1882 — cujo chefe declarou em plena camara dos deputados ser escravocrata da gemma; o do marquez de Paranaguá — 3 de Julho de 1882 — que sómente representava o validismo imperial, e que havia sahido dos quartos baixos do palacio de S. Christovão,

na phrase do Sr. Silveira Martins; o de Lafayette—24 de Maio de 1883—que representava a apostasia politica, apostasia que D. Pedro tinha como um florão de glorias da sua politica de corrupção; o de Dantas —6 de Junho de 1884—que se intitulava abolicionista e que queria libertar os negros maiores de 60 annos para terem o prazer de morrer livres; o de Saraiva — 6 de Maio de 1885—que iniciou a lei que o povo denominou 28 de Setembro, placa.

A camara seguinte, no regimen conservador, apoiou o gabinete Cotegipe—20 de Agosto de 1885—escravocrata reaccionario, que mandava pegar negros para entregal-os á ferocidade dos senhores, raspando-lhes a cabeça e praticando actos da mais requintada crueldade, tendo como executor o chefe de policia da côrte, o famigerado Coelho Bastos—dando tambem o seu enthusiastico apoio ao ministerio João Alfredo —10 de Março de 1888, que aboliu a escravidão no Brazil!

Se a camara negava confiança ao ministerio, D. Pedro ou a dissolvia, preroga-

tiva de que abusou, ou chamava ao poder o politico que havia silenciado sobre o assumpto que produzira a crise.

O ministerio Paranaguá cahira a pretexto das franquias provinciaes, sendo chamado a organisar gabinete o Sr. Lafayette, que não havia tomado parte na questão e que escolheu para seus companheiros aquelles que haviam votado a favor do gabinete Paranaguá.

O Sr. Lafayette era um politico sem fé, nem crenças. Espirito superior, fazia da politica um passa-tempo, depois que, em poucos mezes, alcançou todas as posições—ministro, senador e conselheiro de Estado—tendo como principio basico que *a politica não tem entranhas.*

Chamavam a isto systema parlamentar.

A constituição do imperio não estabeleceu o systema parlamentar, desde que concedeu ao imperante a livre escolha de seus ministros.

Portanto este systema, mesmo que fosse bem praticado, seria inconstitucional.

Mas o systema de que usou D. Pedro

não era parlamentar; era a negação de todos os systemas, que servia para disfarçar o decantado poder pessoal. Com um aceno transformava a nação de conservadora em liberal e vice-versa. Os mesmos eleitores que haviam eleito camara unanime conservadora, no dia seguinte elegiam outra unanimemente liberal.

Fez da politica um theatro de "João Minhoca", cujas figuras de papelão representavam os papeis a que o cordel movido pela mão do chefe as impellia.

E esse homem, que com a sua astucia felina soube enfeixar em suas mãos todos os poderes e todas as forças vivas da nação, não soube usar delles em beneficio da patria!

Seria por máo caracter? Não; antes de tudo devo ser justo; quero crer que D. Pedro amasse o Brazil, que tudo lhe deu; se o seu reinado foi máo, foi devido á sua incapacidade, da qual infelizmente não tinha consciencia, porque se tivesse entregaria o poder a outros mais capazes.

Só tinha merito para a magia, pelo que

se não foi um grande imperador, foi sem duvida um grande magico.

Os magicos, porém, têm tambem máos dias; e o nosso teve o 15 de Novembro.

Isto faz lembrar um acontecimento que se deu n'uma das nossas cidades do interior, que pinta bem o 2º reinado.

Um dia annunciou-se na cidade um charlatão que, para explorar a boa fé daquella gente tão simples como credula, armou na praça uma barraca, onde fazia magicas.

O nosso magico exhibiu algumas sortes grosseiras, mas que surprehenderam os frequentadores da barraca, que não tinham visto nada igual. Foi victoriado, presenteado, e era tido como o maior homem do mundo, que tinha *parte com o diabo.* Cheio de si, conscio da sua superioridade, quiz no seu ultimo espectaculo fazer sortes assombrosas.

A uns pediu relogios que espedaçou em um almofariz, a outros cortou abas de casacos, barbas, bigodes, tranças de cabellos das senhoras; metteu tudo aquillo em um *canudo* que começou a soprar. Por mais que

soprasse, os relogios não se [illegible]
barbas e os bigodes não volavam [illegible]
de seus donos, as senhoras [illegible]
ficar sem as suas tranças, [illegible]
povo que enchia a barraca, [illegible]
magico a ponto de gritar em [illegible]
queci o processo: esqueci o [illegible]
logo foi uma grande sóva de [illegible]
o grande magico.

D. Pedro tambem tinha [illegible]
processo.

—

O *poder pessoal* thema [illegible]
tiradas da opposição dos politicos do [illegible]
rio, affirmando a sua existencia quando no
poder, seria um beneficio para a nação se
D. Pedro tivesse capacidade para o exercer.

O governo é collectivo em sua origem
e individual no seu exercicio. O governo de
muitos é a anarchia. Como poderia Luiz XI
unificar a França, esmagando a feudalidade
oppressiva, se partilhasse o poder e ouvisse
as sentenças e opiniões de todos que quizes-
sem intervir na direcção dos negocios?

Mas Luiz XI tinha genio: applicava a astucia e a força para levar a effeito a grande obra de construcção de sua patria.

D. Pedro, porém, não tinha orientação politica; não sabia para onde ir.

A sua idéa fixa era ser conhecido e falado na Europa: não attendia para as circumstancias de seu paiz quando tratava de chamar sobre si a attenção do antigo continente.

Quando a Inglaterra, não tendo mais fretes para seus navios, lembrou-se da liberdade dos mares, D. Pedro foi o primeiro a abraçar a idéa, matando a navegação de cabotagem, florescente no Brazil, impulsionadora da industria de construcções navaes, alimentando os operarios nacionaes nos seus estaleiros, que não eram poucos, espalhados por toda a nossa costa. Além disso a cabotagem era sementeira de marinheiros, que muitos delles ennobreceram por seus feitos a nossa armada, como Laguna e Tamandaré, productos dessa navegação. D. Pedro, porém, não olhava para essas minucias quando era *preciso cortejar* as idéas européas. Quando

Napoleão III lançou seus exercitos contra a Republica do Mexico, impondo-lhe um imperador, a primeira nação que reconheceu o imperio mexicano foi o Brazil.

Quando se tratou de observar a passagem de Venus pelo disco solar, o ultimo imperador mandou o ministerio pedir credito para que se fizesse essa observação. O corpo legislativo negou o credito para a expedição maritima. O imperador não se importou com isso e mandou um navio da nossa marinha com os astronomos e instrumentos necessarios para essa diversão astronomica, o que custou muitas dezenas de contos de réis, sem que se tirasse resultado algum, porque Venus correu as cortinas da sua camara para melhor ter os contactos com o sol, livre da curiosidade dos D. Pedros cá da terra.

A despeza se fez contra o voto das camaras, mas D. Pedro ficou tido na Europa como sabio astronomo.

O ultimo imperador sabia impôr a sua vontade. Quando o ministro era obediente, bastava uma simples ordem; quando, porém, era recalcitrante, elle recuava e procurava

livrar-se do ministro, que era substituido por outro mais a geito para satisfazel o.

O marquez de Monte Alegre apresentou ás camaras o projecto da creação da junta de hygiene, que foi combatido pelo Dr. Jobim, medico do paço e intimo do imperador. Jobim ridicularisou o projecto, chamando a instituição que se queria crear de *junta de bois*. Apezar dessa opposição, o projecto passou; e quando Monte Alegre o levou á sancção imperial, o ultimo imperador perguntou: "Já pensou na nomeação do presidente? O Jobim está muito bom." O marquez comprehendeu a affronta e desviou o assumpto, dizendo que não havia pensado nisso. No seguinte despacho D. Pedro voltou ao ponto, repetindo a pergunta e indicando Jobim.

O ministro, então, encolerisou-se e disse, com voz forte: "Não me fale em Jobim, senhor."

D. Pedro recuou; e foi nomeado o candidato do ministro, o Dr. Paula Candido.

Mas o ultimo imperador não se deu por vencido, e com outro ministerio nomeou

o Dr. Jobim presidente da junta de hygiene.

No momento, D. Pedro não procurava se vingar daquelles que lhe falavam com altivez, mas aguardava-se, com toda calma e simulação, para occasião opportuna, afim de melhor vibrar o golpe.

Com Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e Silva, que, como já contámos, no seu ministerio havia repellido com dignidade as imposições imperiaes, elle procedeu com submissão, naquella occasião em que temia o illustre paulista, no apogeu de sua força e prestigio, por ter sido o chefe do movimento que proclamou revolucionariamente a maioridade; mas quando percebeu que elle estava decaido e enfraquecido, não tendo em que ferir o velho estadista, mandou D. Pedro riscal-o do numero dos gentis-homens da sua imperial camara. O documento que se segue, encontrado depois da proclamação da Republica, dá disso testemunho official:

"Illm. e Exm. Sr. — Havendo sua magestade o imperador por bem, pelo decreto

da cópia inclusa, que V. Ex. não seja mais gentil-homem de sua imperial camara: assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento, prevenindo-o de que nesta data se expediu ordem ao almoxarife da casa das obras e paços imperiaes, para receber de V.Ex. a chave dourada, pertencente áquelle cargo. — Deus guarde a V. Ex. — Paço, em 12 de Setembro de 1842. — Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e Silva. — *Candido José de Araujo Vianna.*"

"DECRETO:— Hei por bem que Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada não sejam mais considerados como gentis-homens da minha imperial camara. Candido José de Araujo Vianna, ministro e secretario de Estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e faça executar, etc., etc.,,

Era assim que o ultimo imperador tratava os irmãos daquelle que foi seu tutor e a quem seu pai chamou em documento publico e solemne o seu melhor amigo.

A sua vingança não recuou diante da

velhice veneranda do patriota, que o maior erro politico que commetteu foi ter elevado ao throno aquelle que o feriu de um modo tão pequeno.

Antonio Carlos, porém, ainda teve a energia de dar a resposta que se segue, resgatando assim todos os seus erros.

RESPOSTA:

"Illm. e Exm. Sr.— Accuso a recepção do officio de V. Ex. em que me participa que S. M. o Imperador teve a bondade de riscar a mim e a meu irmão do numero dos seus gentis-homens, honra para nós nem sabida, nem pedida e só acceita por acatamento á augusta pessoa que nol-a concedera.

Fico inteirado do seu conteúdo e só me resta agradecer a V. Ex. o ter concorrido para deste modo se lavar a unica nodoa da minha vida publica, que *alguem* talvez quizesse nella enxergar. Deus guarde a V. Ex.

Rio, 16 de Setembro de 1842.—*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.*"

Era realmente uma nodoa na veste do

patriota a chave dourada de despenseiro da casa imperial.

A injuria resvalou da pessoa de Antonio Carlos, deixando-lhe na face um sulco luminoso.

Elle, ao receber esse officio do ministro do imperio, deveria lembrar-se do dia 23 de Julho de 1840, em que n'um momento de arrebatamento, violando a constituição, levou a corôa a um menino de 15 annos que dois annos depois, esquecido do quanto lhe devia, o riscava do numero dos gentis-homens.

Do marquez de Paraná elle se vingou indo ao theatro na noite do seu fallecimento, sendo o marquez presidente do conselho de ministros.

Ainda estava insepulto o cadaver e o ultimo imperador ouvia da sua tribuna alguma cançoneta livre, para, naturalmente, mitigar o pezar que tinha n'alma, por ter perdido um dos seus melhores servidores.

O marquez, se não tinha muitas das qualidades necessarias a um estadista, era um homem energico e altivo, a quem D. Pedro teve de submetter-se algumas vezes.

O barão de Uruguayana, que acabava de ser ministro da guerra, teve uma morte desastrada e em condições tão infelizes, não tanto para elle como para uma senhora muito conhecida em Petropolis naquella occasião, que seus amigos procuraram guardar profundo segredo desse lamentavel acontecimento.

D. Pedro, apezar do sigillo que procuravam guardar, soube do facto em todas as suas minudencias, e sobre elle e sem reservas fez commentarios desrespeitosos ao seu ministro morto, e compromettedores á senhora em casa de quem se deu o obito.

Immediatamente se espalhou por toda Petropolis a piccaresca nova com o cunho imperial, fazendo zumbir os tavões do escandalo sobre o feretro do mallogrado estadista.

Entretanto o barão de Uruguayana, pelos seus altos talentos, pela infatigavel actividade na gerencia dos negocios publicos, merecia mais respeito e veneração.

Mas D. Pedro não podia perder a occasião de mostrar que só elle era impeccavel e virtuoso.

O ultimo imperador sempre que podia não deixava de fazer publica a menor falta de seus concidadãos, mesmo que della tivesse noticia por cartas anonymas, de que era apreciador; lia-as com prazer, annotava-as a lapis e apresentava-as aos ministros em conselho.

Sobre isso devo contar o que se passou em conferencia entre D. Pedro e o ministro da justiça, que era então o Sr. Ferreira Vianna, o que muito honra ao ministro.

D. Pedro em despacho leu em voz alta uma carta anonyma contra um magistrado, na qual denunciavam factos deshonrosos; e fez menção de entregal-a, ao ministro dizendo que era preciso tomar providencias.

O ministro, sem recolher a carta, perguntou quem a assignava.

—E' anonyma.

—Peço licença a vossa magestade para não lêl-a, pois tenho por systema não ler cartas anonymas.

D. Pedro guardou a carta dizendo: "Faz mal."

Na secretaria da justiça havia um livro

chamado *negro*, onde lançavam-se todas as accusações contra os magistrados, sem ouvir os accusados.

Na occasião das promoções o livro era consultado, e infeliz daquelle cujo nome lá se achava: nunca mais dava um passo na carreira.

Este livro foi mandado queimar pelo mesmo ministro, que não admittia essa justiça veneziana, com o que muito incommodado ficou o ultimo imperador, quando soube.

Amesquinhar os homens, maculal-os mesmo depois de mortos, não é digno do chefe de uma nação grande e generosa como o Brazil.

A politica da delação, da intriga murmurada ao ouvido, era a preferida por D. Pedro.

As finanças do imperio, que são hoje apresentadas como um modelo pelos monarchistas de todas as côres, tinham como estado normal o *deficit*, o desequilibrio constante entre a receita e a despeza.

Os homens politicos annunciavam da tribuna das camaras e na imprensa a proxima banca-rota.

O primeiro reinado deixou o thesouro vasio, a ponto do gabinete de 7 de Abril apresentar ás camaras uma proposta suspendendo por cinco annos o pagamento dos juros e amortisação dos emprestimos externos.

Foi esta a herança que deixou D. Pedro I á regencia, que teve de lutar com a maior difficuldade para manter a honra da nação.

A sciencia dos financeiros do imperio consistia em emprestimos internos e externos, e emissão do papel-moeda em alta escala.

O visconde de Jequitinhonha, em um notavel discurso que proferiu no senado em 1860, fez a feliz distincção entre ministros da fazenda e ministros do thesouro.

"Ministros da fazenda são os que possuindo vastos conhecimentos da sciencia economica e das necessidades do paiz, estabelecem uma politica larga como base de planos scientificamente financeiros. Dessa

especie de ministros, disse elle, o Brazil nunca teve.

Ministros do thesouro são os que se limitam a assignar o expediente e a realisar as tres invariaveis operações : emprestimos internos e externos e papel-moeda. São estes os ministros que o Brazil tem tido."

Raro era o anno em que não se contrahia um emprestimo externo, cujo producto ficava em poder dos banqueiros para pagar os juros dos anteriores.

O Sr. Martinho de Campos, na apresentação de seu ministerio de 21 de Janeiro de 1882, descreveu o estado financeiro do imperio do seguinte modo :

"O estado do cambio ha muito tempo acabrunha o nosso commercio, e portanto a nossa industria; porque nas industrias sabe-se que a solidariedade é absoluta e inteira; uma não soffre sem que as outras soffram.

Nós temos 213.000:000$ de papel moeda, depois da guerra do Paraguay

A divida publica é um outro objecto da mais séria attenção para o ministerio actual.

A somma a que tem chegado a divida publica causa-me a mim e deve causar a todos os brazileiros as mais sérias apprehensões.

"*E' uma grande fraqueza de nosso paiz ter uma divida publica cujo serviço de juros nos absorve, sobre uma renda de cento e vinte e tantos mil contos, mais de quarenta mil contos.*"

Isto até 1882; d'ahi até 1889 ainda foram contrahidos mais emprestimos, não só internos como externos, de modo que só em juros de dividas o imperio deixou á Republica enorme compromisso.

Continúa o Sr. Martinho de Campos:

"Não ha razão para que o Estado pague juros maiores do que pagam os bancos aos particulares; nada justifica isso senão a necessidade e a contingencia desgraçada em que os governos se têm collocado de *prover todos os annos* (quem fala é o ministro da fazenda) por novos emprestimos, os *deficits*, algumas vezes extraordinarios, do orçamento annual."

Era este o systema financeiro do im-

perio, patenteado á nação por um dos seus mais distinctos estadistas.

Os emprestimos externos eram feitos em Londres pelos nossos ministros, que na questão das porcentagens deram má cópia de si.

E' uso entre os banqueiros concederem uma porcentagem aos negociadores dos emprestimos pela preferencia que lhes deram.

O governo ordenou que essas quantias fossem recolhidas ao thesouro, o que não foi cumprido pelo barão de Penedo, negociador de differentes emprestimos.

Por este processo accusa-se de ter feito o Sr. barão uma grande fortuna, chegando a chamar a attenção de Londres pelos esplendores de seus bailes, principalmente o que offereceu ao principe de Galles e que lhe custou em nossa moeda, cambio par, cento e tantos contos.

Estas e outras ostentações por parte de um homem que d'aqui sahiu sómente com o seu ordenado, feriram tanto a attenção publica, que, apezar da grande protecção que dispensava o imperador ao barão, elle foi demittido.

Foi então nomeado o Sr. Areias, director do thesouro, e que, creio, foi depois barão de Ourem. Do primeiro emprestimo que Areias negociou recusou elle a porcentagem. Não eram estas as ordens do governo, que mandava recolhel-as ao thesouro. Mas a razão deste procedimento é a seguinte:

O banqueiro, á vista da recusa do Sr. Areias, de accôrdo com elle ou não, levou á senhora do ministro um cheque contra o seu banco, da quantia proveniente da porcentagem, pedindo-lhe que acceitasse como uma recordação, como um presente, o que foi deferido.

Chegando este facto ao conhecimento do ministro de estrangeiros, que era o Sr. Manoel Francisco Corrêa, mandou este pedir ao Sr. Areias informações a esse respeito. O Sr. Areias em resposta limitou-se a pedir a sua exoneração, que foi concedida.

Este acontecimento foi recebido em Londres com grande reprovação, a ponto do Sr. Areias, que era muito bem recebido na *alta sociedade*, inclusive pela rainha, que

muito estimava sua mulher (grande cantora e que muitas vezes cantou no palacio real), ver-se obrigado a sahir daquella cidade para a de Pau, onde comprou um castello, em que morreu sem ter voltado ao Brazil.

A quem, porém, escolheu o imperador para substituir o Sr. Areas?

Ao barão de Penedo, que havia sido demittido pelo mesmo motivo.

O Sr. Corrêa não acceitou a indicação imperial e viu-se obrigado a sahir do ministerio allegando molestia, tendo por successor o visconde de Caravellas, que estava moribundo e impedido de falar pelos medicos, conforme declarou na camara dos deputados.

Esta recomposição ministerial deu occasião a um discurso humoristico do Sr. Ferreira Vianna, que produziu grande effeito, em que o espirituoso orador attribuiu o sinistro do *cutter* do ministro do exterior a um *penedo* que não estava nas cartas maritimas, que apparecia e desapparecia em certo ponto do mar.

Mas a vontade imperial foi cumprida,

sendo nomeado novamente o barão de Penedo nosso ministro em Londres, onde a Republica o suprehendeu.

E' hoje o maior inimigo que tem a Republica no estrangeiro.

Pudera não; não tem mais emprestimos...

Os emprestimos externos constituidos pelo imperio foram em geral desastrosos, salientando-se o feito pelo Sr. marquez de Paranaguá, conhecido pelo emprestimo turco, pelo qual o Brazil pagou juros antes de pensar nelle.

Os emprestimos internos eram negociados sempre em más condições para o thesouro, principalmente o de 1869, *bonds* em ouro pelo qual o governo se comprometteu a pagar em ouro os juros dô seu proprio papel.

Por essa operação foi conferido o titulo de grande financeiro ao Sr. visconde de Itaborahy, o tio rico do Sr. Paulino de Souza, na phrase do Sr. Lafayette.

O desequilibrio entre a receita e a despeza era o estado normal das finanças imperiaes.

Pela leitura dos programmas ministeriaes se verifica esta verdade.

Em 1859 dizia á camara dos deputados o Sr. Angelo Muniz da Silva Ferraz, ministro da fazenda e presidente do conselho do gabinete 10 de Agosto :

"A nossa situação financeira não é lisongeira, e não será emquanto actuarem certas causas que vos são conhecidas para desequilibrio entre a receita e a despeza."

Em 1864 o chefe do gabinete de 31 de Agosto assim se dirigia á camara :

"Será um dos primeiros empenhos do gabinete procurar equilibrar a receita e a despeza."

Em 1880, o Sr. Saraiva, apresentando ás camaras o seu ministerio de 28 de Março, dizia :

"A nossa missão agora, porém, é conseguir orçamentos normaes pelo equilibrio da receita com a despeza, sem necessidade de operações de credito."

Em 1884, o Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas, ministro da fazenda e presidente do

conselho do gabinete de 6 de Junho, declarava:

"E' conhecido, Sr. presidente, e demonstrou-o cabalmente o illustrado ex-ministro da fazenda no seu relatorio á assembléa geral, o desequilibrio entre a receita e a despeza publica."

O Sr. Saraiva, como chefe do gabinete de 6 de Maio de 1885, repetia: "O nosso estado financeiro não póde deixar de merecer os maiores cuidados do governo. Comprehende a camara que o melhoramento das nossas finanças exige grandes sacrificios. Sem que interrompamos o plano de nossas vias-ferreas; sem que porventura cheguemos ao extremo de paralysar algumas obras votadas e já em execução; sem rigorosa economia em todos os serviços, não falando em outras medidas que pertencem á iniciativa da camara dos Srs. deputados, talvez não possamos bem resolver a questão financeira por meio do equilibrio do orçamento."

Assim se vê, por esta rapida exposição, que o estado financeiro era tal que, como *unico meio* de salvação, o ministro da

fazenda propunha a paralysação de todo o serviço publico.

Os orçamentos eram falsos; já traziam no seu bojo o *deficit*, porque não só a receita arrecadavel não era verdadeira, como a despeza estava muito além da votada. D'ahi vinham os creditos supplementares, ordinarios e extraordinarios, que as mais das vezes excediam ao computo das verbas orçamentarias, além da celebre tabella *C*, que era um outro orçamento.

As garantias de juros a estradas de ferro e engenhos centraes, dadas a mãos largas aos afilhados e protegidos, consumiam grande parte da receita; e é tambem um dos grandes onus que o imperio legou á Republica.

Essas garantias eram concedidas sem estudo da região que as estradas de ferro iam percorrer, concessões que eram vendidas immediatamente pelos felizes concessionarios aos estrangeiros, quasi sempre aos inglezes, que exigiam os pagamentos em ouro.

Acontecia que essas estradas não davam

para o custeio, tornando-se um pesadissimo encargo para o thesouro.

Além disso as contas eram feitas de modo a nunca dispensarem a garantia do governo.

A estrada de ferro Minas and Rio conseguiu tres garantias de juros: das provincias de Minas, Rio de Janeiro e do governo geral, felicitando assim os inglezes, seus unicos donos.

Os engenhos centraes eram feitos em zonas que não produziam canna de assucar sufficiente para dar trabalho por um mez ás grandes fabricas; de modo que ellas ficavam paradas todo o resto do anno, fazendo despezas e sem produzir, pagando sempre o governo as garantias dadas.

Todas estas concessões eram doadas aos inglezes, ou directamente ou indirectamente, dando-as a individuos sem idoneidade, sabendo-se de antemão que elles as iam vender áquelles.

O serviço de esgoto desta cidade foi concedido á companhla ingleza *City Improvements*, por 90 annos! De modo que,

durante esse tempo, o governo não póde obrigal-a á introducção de melhoramentos applicados a outras cidades.

Para darmos úma idéa das finanças do imperio, faremos nossa a synthese do Sr. Affonso Celso de Assis Figueiredo — visconde de Ouro Preto que foi—, no seu estudo politico— As finanças da regeneração—offerecido aos mineiros, impresso na typographia da *Reforma* em 1876.

No prologo diz o illustrado estadista do imperio, signatario do manifesto restaurador de 12 de Janeiro:

"Addicionae a esta quantia (de Rs. 48.550:000$) quasi 34.000:000$, em que importam os juros e a amortisação da divida interna e externa; descontae esses 82.000:000$ da renda de 106 mil contos; deduzi della tambem o que custam os *caprichos reaes que se traduzem em ajardinamentos e cascatas*, ou em despendiosas *reconstrucções de palacios onde se aloja o cupim....*"

Nesses tempos S. Ex. via caprichos *reaes* despendiosos; hoje quer restaurar esse regimen caprichoso.

Mais longe exclama: —"Eis tudo; mas a infelicidade feita governo, é o regimen dos desastres, é o *infortunio-instituição.*"

Termina a carta aos mineiros com uma prophecia:

"E a nação que perde a fé, a nação que no dia da suprema provança não tem homens ou instituições de que possa esperar, ou é facil presa de qualquer ambicioso arrojado, ou desconjunta-se nas convulsões da anarchia."

A prophecia realisou-se, não do modo por que previa, mas com a Republica, achando-se o propheta á frente do governo do imperador caprichoso no esbanjamento do suor do povo nos seus ajardinamentos e cascatas.

Eis os fructos da politica imperial, na phrase de S. Ex., que em synthese apresentou na pag. 129 do seu livro:

Amazonas	— deficit	271:872$671
Pará	,,	540:113$110
Maranhão	,,	930:000$000

Piauhy—*falliu*, com um desfalque de 128:661$577; uma divida de 369:000$ e

sem poder pagar, ao menos, aos miseros empregados.

Ceará—deve 284:000$ e tem um deficit de 107:300$000.

Rio Grande do Norte—não possue um real.

Parahyba—deve 415:107$573—deficit, 109:885$551.

Pernambuco—deficit, 502:978$627—divida, 5.305:996$204.

Alagôas—deficit 200:000$000.

Sergipe—divida, 451:395$656—deficit, 225:932$425.

Bahia — divida, 1.800:000$ — deficit, 507:591$799.

Espirito Santo— 34:545$449.

Rio de Janeiro — divida consolidada, 6.330:809$000, e fluctuante, 847:000$— total, 7.177:800$000.

S. Paulo — deve 1.500:000$ — deficit annual, 200:000$000.

Paraná — deve 500:000$ — deficit 398:086$879.

Santa Catharina — divida, 72:053$102 —deficit 54:442$827.

Rio Grande do Sul — tem de divida 4.709:480$548 —deficit, 535:933$424.

Minas Geraes—divida, 282:000$000.

Goyaz — divida, 25:000$000 — deficit, 115:909$446

Matto-Grosso —deficit, 114:968$679.

Municipio neutro—divida, 2.000:000$.

As obras foram abandonadas por falta de pagamento.

Estado—divida externa, 173.925:333$; —divida interna 293.167:700$000, não falando nos bilhetes do thesouro, no papel moeda e depositos, nem na divida anterior a 1827.

Paga de juros e amortisação *annuaes* 33.637:391$666.

E' este o sudario que S. Ex. desenrolou.

E' esta administração financeira que os monarchistas desejam para a Republica como um salvaterio.

E para sanar todas estas difficuldades pecuniarias, denunciadas, como acabamos de *ver, pelos* seus estadistas, o Sr. D. Pedro de

Alcantara nunca se lembrou de diminuir a sua enorme lista civil.

Além da sua dotação de 800 contos, que já era pesadissima, tinha a de sua mulher, filhos, netos, genros, parentes e empregados de sua casa.

Em compensação o ministro da marinha Andrade Pinto diminuiu as bananas e os palitos no rancho dos aspirantes da escola naval.

A magistratura, que é o fundamento de toda sociedade culta, que é a garantia da vida, da honra e da propriedade do cidadão, foi sempre abandonada e esquecida por D. Pedro de Alcantara.

Os magistrados eram verdadeiros *judeus errantes*, que atravessavam este vastissimo paiz carregados de filhos, com miseraveis ajudas de custa que não cobriam as privações soffridas.

Um juiz municipal tinha de ordenado 83$ mensaes; um juiz de 3ª entrancia 300$, que não chegavam para sua subsistencia.

Os magistrados, se não se filiavam a um dos partidos militantes, eram removidos e substituidos por outros que servissem aos interesses da politica local, tornando-se verdadeiros cabos eleitoraes do partido dominante.

A magistratura, que deve ser collocada acima das paixões, pairando em uma região serena para julgar com acerto, era, no tempo do imperio, lançada no turbilhão das lutas politicas.

Era doloroso ver-se uma multidão de juizes, apinhada nas ante-salas dos ministros, solicitando comarcas ou remoções.

Uma occasião encontrei um velho magistrado sentado na soleira da porta da casa de um ministro, á espera de poder falar-lhe quando sahisse, pois era-lhe prohibida a entrada pelas ordenanças, por ordem superior.

As boas comarcas eram dadas aos amigos e parentes dos potentados, principalmente as da antiga Côrte, que pelos grandes emolumentos eram muito cobiçadas e para as quaes eram nomeados os que haviam prestado

serviços eleitoraes, ou parentes muito chegados dos potentados da terra.

Assim, D. Pedro mantinha o poder judiciario na maior dependencia, pois elle conhecia a maxima de Laplagnes-Bannis : "Um despota habil não augmentará nunca o poder da magistratura , procurará todos os meios de enfraquecel-a ; porque com uma magistratura forte, gozando de grande consideração, tendo uma grande dignidade na sua composição, haverá sempre um gráo de liberdade no paiz, a propriedade será salva e a liberdade individual garantida."

Trazel-a sempre pobre, abatida e pedinte era o systema imperial.

Apezar disso a magistratura teve titulares que a honraram pelo seu saber e caracter, mas que abandonaram a carreira.

Entre estes devo notar o grande Vaz Vieira, que foi juiz nesta capital e que deixou atrás de si um rastro luminoso.

Esse magistrado deu uma sentença contra um poderoso advogado, que tempos depois foi ministro da justiça. Abriu-se vaga n'um dos mais longinquos tribunaes de relação

do imperio; Vaz Vieira estava na lista e foi nomeado.

O illustre magistrado, vendo nesse acto uma vingança do advogado contra quem havia dado a sentença, pediu sua demissão e retirou-se para a Europa com toda a sua familia, dirigindo aos seus concidadãos uma carta em que declarava que um paiz em que a magistratura estava á mercê de vinganças daquella ordem, não podia ser habitado por um homem livre.

E' preciso entretanto fazer justiça: a magistratura, apezar do seu estado precario, teve magistrados dignos de figurar entre os mais illustres do mundo.

Essa carreira, em regra, só era procurada ou por bachareis ricos, ou por desesperados de terem outra occupação.

Ainda me lembro das palavras proferidas pelo illustre Nabuco de Araujo, quando em 1858 lhe fui pedir uma comarca: "Abandone essa idéa; a magistratura no estado em que está só póde servir aos incapazes e aos desesperados."

E isso era dito por quem havia sido

magistrado e um dos luminares da sciencia juridica no Brazil. Não só por esse conselho, como pela posição humilhante de pedinte em que me achei, abandonei a pretenção e até hoje não me arrependi.

Depois de percorrerem longo estadio de privações, os juizes chegavam ao supremo tribunal quasi em decrepitude e cansados de pedir, para terem 500$ mensaes de vencimentos.

Educados nesta escola da dependencia, esses pobres velhos só procuravam repouso e não se podia esperar delles nenhum acto energico de modo a conter as usurpações do poder permanente e unico no imperio.

Ai delles se tentassem enfrentar com o poder; eram aposentados violentamente com o estigma de venaes, como fez o ministro Sinimbú em 1863.

Eis por que, a Republica encontrou o supremo tribunal fraco e abatido, negando ordem de *habeas-corpus* ao Sr. Silveira Martins, preso sem as formlidades legaes, em occasião em que não estavam suspensas as garantias.

Quem assistiu á sessão do tribunal deve ter guardado penosa impressão, ao ver aquelles velhos tremulos em suas cadeiras, aterrorisados a ponto de causar dó mesmo aos mais exaltados republicanos. Só um manteve a dignidade da toga.

Sinto não ter de memoria o nome desse illustre magistrado, para cital-o como uma homenagem ao seu civismo.

Não é que eu reprovasse a prisão do tribuno rio-grandense, que com o prestigio que gozava em sua provincia e com seu genio irrequieto e ambicioso traria difficuldades ao regimen que se inaugurava, mas, sim, porque entendo que os tribunaes nada têm que ver com interesses da politica, mas sómente com os da lei.

Silveira Martins perante o supremo tribunal não era um politico perigoso ás instituições, mas um cidadão coagido illegalmente na sua liberdade.

E' verdade que esse cidadão como ministro havia tentado contra a ordem de *habeas-corpus* concedida por aquelle mesmo tribunal a um funccionario que elle havia

prendido ; e tinha como lemma de governo que "o poder é o poder" — lemma que lhe tem sido applicado.

Um dos julgados dos tribunaes do imperio que mais escandalo produziu foi a partilha, por motivo de divorcio, do marquez de Bomfim, um archimilionario que foi declarado pobre por sentença, para não entregar a parte de sua fortuna á mulher de quem se havia desquitado.

Este facto levou lord Palmerston a dizer no parlamento inglez que a justiça brazileira era de tal ordem, que havia declarado pobre o homem mais rico do Brazil.

A dureza destas palavras, que tanto offendem os nossos brios, é ainda producto da politica corruptora do ultimo imperador.

Tivesse elle elevado a magistratura á altura e ao esplendor a que tinha direito, fazendo della um posto ambicionado pelo merecimento, pelo talento e pelo caracter, e não teriamos soffrido mais esta humilhação.

E' esta a justiça que o manifesto restaurador lembra á nação, qualificando a magistratura republicana de inepta e incapaz.

Não se recordam, porém, que os magistrados de hoje são os mesmos de hontem, com poucas excepções, que a Republica conservou em seus logares.

Tenho percorrido todos os ramos da administração do imperio e mostrado com factos que D. Pedro tudo abastardou com a sua politica pequena e inervante.

Só me resta mostrar o papel que representou o ultimo imperador na solução da magna questão do elemento servil, que tanto agitou os ultimos dias do 2º reinado.

Os amigos de D. Pedro e os politiços restauradores dão-lhe a proeminencia na solução do problema, affirmando que delle partiu o impulso abolicionista.

Vejamos se assim é.

Desde 1831 o elemento servil occupava a attenção dos estadistas, e o padre Feijó, como ministro da justiça do governo regencial, com a energia que imprimia a todos os seus actos, decretou, em 7 de Novembro,

a liberdade dos escravos vindos de fóra e que entrassem no Brazil.

D. Pedro nunca deu cumprimento a esta lei, que, se houvera feito, como era o seu dever, teria dado um passo agigantado para a solução do problema que posteriormente devia agitar o paiz.

Em vez dessa lei conduzir á suppressão do infame trafico, determinou um novo escandalo á instituição dos *africanos livres*.

Esses infelizes, que por ironia a lei chamava livres, foram roubados em sua liberdade concedida pela lei de 7 de Novembro de 1831.

Sómente em 1850 e depois de desabrida intervenção ingleza, o ministro da justiça Euzebio de Queiroz assignou o decreto n. 581 de 4 de Setembro, que dava providencias para a repressão do trafico.

Estabeleceu-se então o cruzeiro em navios de guerra para a captura dos barcos negreiros.

Isso deu logar a uma nova especulação. Os negros aprisionados eram collocados em fazendas indicadas pelo governo, afim de serem remettidos para a Africa.

Nenhum desses infelizes voltou á patria, sendo todos escravisados pelos donos dessas fazendas.

D. Manoel de Assis Mascarenhas fez no senado accusações graves sobre este assumpto, denunciando aquelles que haviam escravisado estes desgraçados, travando renhido combate com o marquez de Paraná.

Euzebio de Queiroz deportou os dois mais importantes traficantes de escravos, Manoel Pinto da Fonseca e o *Maneta* (conhecido por esta alcunha), poderosos pela fortuna feita nesse indigno commercio.

Entretanto o trafico sómente cessou em 1856.

Sobre os *africanos livres*, que a lei de 1831 libertou, foi decretado que ficariam *emancipados* depois de 14 annos, quando o requeressem (decreto de 28 de Dezembro de 1853, referendado por Nabuco de Araujo, (pai do notavel abolicionista Joaquim Nabuco), e por decreto de 24 de Setembro de 1864, referendado por Francisco José Furtado, foi concedida a emancipação immediata.

Até aqui D. Pedro limitou-se a libertar a quem já estava livre por lei; vejamos, entretanto, como o monarcha philosopho procurava alliviar as amarguras dessas infelizes creaturas.

A mulher era vendida sem o marido, a mãi sem o filho e vice-versa. A lei criminal continha medidas de excepção para o escravo, as mais alvitantes.

D. Pedro negociou um tratado com a Republica do Uruguay, em 12 de Outubro de 1851, em que esta se compromettia a devolver os escravos que alli se refugiassem sob a invocação da Santissima e indivisivel Trindade, como muito bem faz notar o illustre Sr. Teixeira Mendes no seu notavel trabalho: — *Benjamin Constant, esboço biografico.*

Os escravos chamados da *Nação*, dados em usufructo ao Sr. D. Pedro de Alcantara, só foram libertados pela lei Paranhos, de 28 de Setembro de 1871. Vi muitas vezes estas creaturas, semi-núas, capinando o terreno da quinta imperial. Quadro edificante para os diplomatas que frequentavam o palacio.

E' este o grande libertador, que nem os seus escravos libertou.

Quando foi preciso, durante a guerra do Paraguay, de carne para o canhão, o governo baixou o decreto de 6 de Novembro de 1866, que libertava os escravos que estivessem em condições de marchar para a campanha.

Assim, aproveitando a bella synthese de Teixeira Mendes "o abolicionismo do ex-imperador levou (guardamos a orthographia do autor do esboço biographico) até 1856 para acabar com o trafico negreiro, apesar da enerjica intervenção da Inglaterra ; até 1864 para emancipar os africanos livres ; até 1871 para libertar os escravos da nação i os dados en uzofruto á corôa para inpedir de un modo inperfeito a dissolução da famillia escrava, i para decretar a liberdade dos nassituros da mulher cativa, sujeitando-os, porém, ao dominio corruptor do senhor até 21 annos."

Vimos que a repressão do trafico africano foi produzida pela intervenção estrangeira por parte da Inglaterra, praticando as

maiores violencias contra nós; agora vamos ver como se estancou a segunda fonte da escravidão—o ventre escravo.

De 1856 em diante, D. Pedro não cogitou mais da questão servil, até que, terminando a guerra do Paraguay, demittiu o gabinete Itaborahy e confiou a organisação do novo gabinete ao marquez de S. Vicente.

Entretanto nesse gabinete—29 de Setembro de 1870—entrou o visconde de Jaguary, grande fazendeiro e possuidor de muitos escravos, sendo, portanto, um elemento contrario a qualquer iniciativa emancipadora.

O presidente do conselho, na sessão da camara dos deputados de 30 de Setembro, apresentando o seu programma, declarou:

" O paiz demanda sem duvida algumas medidas ou reformas muito importantes, especialmente a que se refere ao elemento servil e á melhor distribuição da justiça.

A primeira exige uma solução prudente, previdente, que procure compor e harmonisar os valiosos interesses que neste assumpto estão incluidos. "

Como se vê, não havia nestas palavras senão uma promessa vaga, que entretanto foi repellida pelo ministro da justiça, visconde de Jaguary, com vehementes *não apoiados*, que patentearam o desaccôrdo em que estava o ministro.

O parlamento, poucos dias depois, se encerrou, e quando abriu suas sessões, no anno seguinte, já encontrou o gabinete Paranhos, que governava desde 7 de Março.

Esse gabinete, como todos sabem, libertou o ventre da mulher escrava, depois de uma luta titanica, que trouxe o paiz em verdadeira agitação.

Foi essa a occasião que o imperador encontrou para partir para a Europa em viagem de recreio, quando se ia travar uma grande peleja.

Parece que não era este o momento de se retirar de sua patria, que precisava ao menos da sua experiencia. Nas vesperas das batalhas, os generaes que têm a comprehensão de seus deveres não passam o commando dos seus exercitos.

Entretanto o ultimo imperador partiu,

deixando na direcção suprema dos negocios sua filha, sem conhecimento das coisas e dos homens.

A que considerações obedeceu D. Pedro quando tomou esta inesperada resolução?

De prestigiar sua filha com os louros da victoria da lei emancipadora, dizem os *pedristas*.

Mas se as glorias pertencem á filha, como querem hoje dal-as ao pai?

O calculo foi outro e mais astucioso.

D. Pedro sabia que a lei havia de produzir odios e rancores que não convinha cahissem sobre elle que governava, mas sobre a filha, que quando subisse ao throno, já estes odios deviam estar esquecidos. Se o projecto emancipador soffresse uma derrota, elle voltaria da Europa e sem compromisso inauguraria uma politica á feição do momento.

Esta é a verdadeira versão que está de accôrdo com os principios da politica tortuosa de D. Pedro.

As dubiedades do ultimo imperador neste assumpto pareciam demonstrar que seu cerebro já estava enfermo.

Quando o movimento abolicionista está na sua maior effervescencia, elle chama para organisar gabinete o Sr. Martinho de Campos, que declarou em pleno parlamento ser escravocrata da gemma; logo após vem o Sr. Paranaguá, que proferiu umas palavras banaes sobre a questão; depois o Sr. Lafayette, que propõe 500 réis por cabeça de escravo para augmentar o fundo de emancipação, até que chega o Sr. Dantas, que pretendeu libertar os captivos de 60 annos, que em breve seriam libertos pela morte.

Era com essas gottas d'agua que pretendia apagar o brazeiro abolicionista que ardia em todo o paiz e que illuminou o caminho do futuro em que transitou a Republica!

Muitas vezes o conselheiro Dantas me dizia com tristeza: "O imperador me trahiu; rompeu o pacto que fez commigo." Nunca pude saber qual tinha sido esse pacto. O que pude saber foi que D. Pedro muitos obstaculos lhe creou, como nas nomeações de presidentes das provincias, que deviam presidir ás eleições de que dependia a sorte do projecto apresentado pelo gabinete.

Basta dizer qne o Sr. Martinho de Campos foi presidir a provincia do Rio de Janeiro, a bastilha da escravidão.

Nas vesperas da eleição perguntaram-lhe alguns empregados da provincia em quem deviam votar, se no candidato do governo, se no da opposição, que era o Sr. Paulino de Souza, chefe do escravismo.

O Sr. Martinho de Campos respondeu: Se fosse eleitor deste districto, votaria no Paulino.

Um simples telegramma da opposição accusando compressão era motivo para mandar chamar, com toda urgencia, a palacio, o chefe do gabinete, e muitas vezes a altas horas da noite, para lhe fazer recriminações, obrigando-o a proteger os candidatos da opposição.

Isso me contava o saudoso Dantas, verdadeiramente compungido.

E o ultimo imperador era abolicionista!

Deixando de parte a lei cataplasma, 28 de Setembro (placa), vejamos como se fez a lei de 13 de Maio.

A propaganda já tinha alastrado por

toda a nação, já tinha entrado nos mais formidaveis reductos negreiros, augmentada pela reacção feita pelo gabinete Cotegipe. Os ultimos golpes já tinham sido dados pelos escravos recusando trabalhar e abandonando em massa as fazendas, e pelo exercito recusando captural-os, quando o gabinete 20 de Agosto cahiu por causa de tumultos havidos nesta cidade.

Subiu então o gabinete de 10 de Março, tendo por chefe o Sr. conselheiro João Alfredo.

Por maior que seja a minha sympathia por este illustre cidadão e do muito respeito que tenha ás suas eminentes qualidades, apezar do crime de leso-patriotismo que acaba de commetter assignando o manifesto restaurador, não posso me furtar de dizer que quando S. Ex. subiu ao poder não cogitava da abolição immediata e incondicional da escravidão; e que estava ainda com as idéas manifestadas no senado no anno anterior, de accôrdo com o Sr. Antonio Prado, como se vê do seu discurso-programma proferido na sessão da camara dos deputados de 7 de Maio de 1888.

"... mas, pedindo licença a Sua Alteza, ponderei que precisava de algum tempo para reflectir e consultar os amigos, principalmente o Sr. conselheiro Antonio Prado, então, como agora, ausente em S. Paulo...

No governo, eu não podia deixar de repartir com aquelle illustre cidadão e prezadissimo amigo a responsabilidade que *junto assumimos o anno passado nas discussões do senado.*"

Essa responsabilidade era a de fixar o prazo de tres annos á escravidão; e sob essas bases encarregou-se o Sr. Prado, já ministro, de formular um projecto de lei, que seria apresentado ás camaras pelo gabinete.

Dos membros do ministerio o que primeiro falou publicamente na abolição immediata foi o ministro da justiça, no banquete que lhe foi offerecido no Club Beethowen, em que disse que o programma do gabinete era reparar *injustiças seculares.* Dias depois, ainda o mesmo ministro, no theatro Phenix Dramatica, em uma festa feita em sua honra, em discurso que pronunciou nessa occasião, declarou que não deixaria o retir[illegible] que

se havia votado, para ser ministro, senão com o fim de realisar a libertação de seus irmãos.

Durante esse tempo, se manifestaram os maiores possuidores de escravos libertando em massa, como os condes de Friburgo, movimento que o ministerio impulsionava galardoando os libertadores.

Estes e outros factos decidiram o gabinete a dar o golpe decisivo na questão, tendo de vencer a reluctancia de alguns timoratos, que annunciavam grandes desastres.

Uma noite, estava eu em casa do ministro da justiça, quando elle chegou de uma conferencia ministerial. Ferreira Vianna mostrava pela sua physionomia que se achava fortemente contrariado, guardava silencio, completamente alheio ao que se passava ao redor delle. Eu e outros amigos, que nos achavamos reunidos no gabinete do ministro, comprehendemos que aquelle grande espírito estava preso de sérias apprehensões, que não podiamos decifrar, nem nos animámos a interrogar.

Depois o grande orador, ficando só

com alguns intimos, no numero dos quaes me achava, rompeu o silencio: Parece incrivel que estes homens não comprehendam que a solução não póde ser adiada.

A situação não permitte meios termos; não ha volta (phrase que lhe era familiar); a abolição não póde ser adiada nem por um dia. Ou o ministerio a propõe franca e desassombradamente, ou não serei mais ministro.

Tomei a liberdade, então, de dizer-lhe: Saia hoje para voltar amanhã glorioso.

Esta scena demonstra que havia reluctancia por parte de alguns ministros, contra o que teve de lutar o ministro da justiça.

Quando o chefe do gabinete apresentou em conferencia com os seus collegas o projecto Prado, que havia chegado de S. Paulo, ainda Ferreira Vianna declarou ser contra o projecto, antes mesmo de ouvir a leitura, pois era muito volumoso.

A lei deve conter um só artigo: Fica declarada extincta a escravatura no Brazil.

Fez questão sobre esta redacção, porque dizia elle: a escravidão já não existe de

facto, pois o governo não tem força para mantel-a; não é e nem póde ser obedecido na applicação das leis reguladoras desta nefanda instituição; portanto, só nos cabe abolil-a legalmente. Finalmente a sua opinião triumphou e a redacção do projecto foi acceita e foi depois a da gloriosa lei de 13 de Maio.

Nesta campanha Ferreira Vianna teve como companheiros Vieira da Silva e Costa Pereira.

A ex-princeza imperial regente teve o merito de acceitar o que os seus ministros haviam deliberado, e o fez com animo sereno e valorosa energia, apezar dos máos auguros de sua *entourage*, que conspirava contra o ministerio libertador, conspiração que depois venceu com o ultimo imperador, como já vimos.

D. Pedro, que nessa occasião estava quasi moribundo na Italia, recebeu as ovações do mundo inteiro por uma obra para que elle em nada concorreu.

Apezar disso, D. Pedro não se mostrou satisfeito com o glorioso acontecimento, e disso deu mais de uma prova.

Quando o ministerio o foi receber a bordo do paquete em que veiu da Europa, o ministro do imperio Costa Pereira saudou-o em nome do gabinete pelo seu feliz regresso á patria livre da negra instituição, elle em resposta disse:

—Sim, sim, mas se eu estivesse aqui não se faria como foi feita.

Sempre fugiu de falar sobre a lei 13 de Maio.

Um dia em que o Sr. João Alfredo passava com elle por uma das salas do paço da cidade, quiz mostrar-lhe a mesa em que a regente havia assignado a lei abolicionista, D. Pedro disse seccamente:

—Já sei, já sei, depois verei; e passou adiante, sem nem sequer olhar para o movel que lhe era indicado pelo presidente do conselho.

Interpretem como quizerem estes factos, mas com certeza elles não indicam satisfação por parte do ultimo imperador.

Onde está, pois, o abolicionismo de D. Pedro?

A gloria dessa lei pertence á propa-

ganda e á generosidade do povo brazileiro, compartilhando-a D. Isabel pela intuição nitida que teve do momento.

Os successos que se deram depois são recentes, estão na memoria de todos para serem contados.

A 15 de Novembro de 1889, D. Pedro terminou a sua vida publica, sem ter um amigo que o defendesse, que o amparasse naquella hora angustiosa, em que á sombra da noite deixava a patria que o repellia, por ver que elle não estava na altura de governal-a.

D. Isabel, a redemptora, não teria um mestre para seus filhos, se André Rebouças não se offerecesse.

Esse logar, que foi tão disputado nos tempos felizes era repudiado por aquelle mesmo que o exercia na occasião da *debàcle*. André Rebouças, descendente da raça africana, que tem a gratidão como uma virtude innata, partiu com a princeza, fazendo companhia a seus filhos, porque, com certeza, lembrou-se da gentileza que lhe fez D. Isabel em um baile do Cassino.

Rebouças, recentemente formado, e aureolado pelo brilhante curso que fez na escola central, foi a um baile do Cassino em que se achava a familia imperial. O joven engenheiro, confiado que os seus talentos fariam esquecer a côr de sua pelle, procurou tirar para dansar a algumas das senhoras presentes, sendo sempre repellido. O facto chegou ao conhecimento de D. Isabel, que mandou dizer a Rebouças que ella dansaria com elle a primeira quadrilha, o que fez com espanto e critica mordaz da sociedade do Cassino.

No infortunio elle tambem foi offerecer o seu braço, não á princeza imperial, mas a uma desventurada senhora que estava abandonada por aquelles a quem ella havia concedido, não uma quadrilha, mas honras e favores.

E' uma occasião esta em que os brancos devem ter pena de não serem negros, ou vergonha de serem brancos.

No exilio D. Pedro não teve uma palavra para dirigir á nação, nem para defender os seus direitos e os de sua familia.

Em Nice elle se queixava de não receber do Brazil uma carta!

Onde estavam os seus amigos, os seus conselheiros?

Estavam preparando os seus manifestos de adhesão á Republica para tirarem della o proveito que pudessem: "*Le roi est mort, vive le roi.*"

Eu fiquei no meu ponto de observador imparcial para contar o que vi e ouvi, como estou fazendo.

De D. Pedro de Alcantara, como homem publico, nada mais tenho a dizer; agora, o homem intimo.

HOMEM INTIMO

Parecerá a muitos estranho e mesmo censuravel que se traga a publico a vida intima de um homem, apezar de ter sido chefe de Estado, ou tenha figurado notavelmente na scena da vida.

O lar é sagrado e inviolavel, quer para

o desconhecido, quer para os heróes e grandes homens.

Mas é preciso attender que aquelles que se transformaram em figuras historicas não têm direito a essas venerações e reservas que tem qualquer pacato burguez.

O homem que salieutou-se dos mais pela posição que occupou, pelo brilho do talento, pelo esplendor das glorias, em compensação das muitas vantagens que essa saliencia proporciona, tem a desvantagem de ser mais visto e sujeito ao exame dos seus contemporaneos e dos posteros.

As altas montanhas recebem o sol antes que a planicie mas tambem, os raios as preferem.

A vida dos homens publicos pertence á historia, que os autopsia como o anatomista ao eadaver, sem attender a outras conveniencias que as da sciencia.

Pierre de Lano no *Secret d'un empire*, tratando de Napoleão III, entrou na sua vida intima do modo o mais franco e com tal minucia, que muitas vezes se torna de uma liberdade inconveniente. Mas elle se justifica

dizendo: Les faits intimes, accumulés, forment la philosophie, pour les âmes sentimentales; a des cruautés implacables, elle a, pour l'édification des hommes intelligents, des droits que l'on ne saurait negliger."

Essa tambem será a minha justificação, tanto mais acceitavel quanto o personagem de que me occupo nunca teve uma vida intima tão escandalosa como a do ultimo imperador dos francezes.

Soceguem, pois, os puritanos e os amigos de D. Pedro, que não vão ler factos escandalosos, nem anecdotas picantes. Vão conhecer a historia intima de um burguez pacato e bonacheirão.

D. Pedro nada herdou de seu pai, a não ser a corôa do Brazil.

Retrahido, nada expansivo, desconfiado, suspeitoso, procurando sempre occultar seu pensamento, teimoso, astucioso, invejoso, extraordinariamente vaidoso, se assemelhava mais ao avô, D. João VI.

Tinha, porém, virtudes que aquelle desconhecia, e, entre todas, primava pela sobriedade.

O avô era glotão a ponto de, ao partir do Brazil, decretar uma tensa (pensão), para toda a vida a uma negra que lhe assava os frangos, que saboreava, fazendo declarar no decreto que lhe concedia essa graça pela pericia que havia mostrado naquelle mister.

Delle conta-se que comia uma duzia de laranjas ao jantar, o que lhe foi fatal, pois, ssgundo refere Oliveira Martins, nellas lhe puzeram o veneno mortal, n'uma das merendas de Belém.

O neto, porém, era sóbrio; não deixando de herdar do avô a preferencia aos frangos, que em canja era o seu alimento predilecto.

Comia rapidamente, sem gosto nem arte, o que era o supplicio dos camaristas, que viviam esfomeados, por falta de tempo para comerem. Isso obrigava o visconde de Itapagipe, seu camarista mais estimado, a trazer sempre provisões nas algibeiras.

D. Pedro nunca teve na sua infancia vida de familia.

Orphão de mãi aos dois annos de idade,

foi abandonado á criadagem do paço, emquanto seu pai levava vida de aventuras amorosas, nos braços de suas amantes, sem se occupar com os filhos.

Se não fôra o padre Tilbury, que muito se affeiçoou ao menino, affeição que mais parecia de pai que de preceptor, D. Pedro teria sido criado como foi seu pai, á *rédea solta*, para usar da phrase popular.

O padre Tilbury tinha sido confessor da imperatriz, como tambem o mediador nas lutas intimas entre ella e o marido.

A vida domestica de D. Pedro I com a primeira imperatriz, mãi do ultimo imperador, foi tempestuosa por causa da vida licenciosa daquelle, que entregue ás caricias das amantes, abandonava sua mulher ás consolações espirituaes de seu santo confessor.

Felizmente para D. Pedro a vida debochada de seu pai não pôde influir no seu caracter, pois ao ser expulso do Brazil o deixou com 5 para 6 annos, idade que não é susceptivel de corrupção.

Entregue depois disso aos cuidados austeros de José Bonifacio, seu tutor, D. Pedro

recebeu uma educação regular, que, se não fez delle um bom imperador, fez um bom homem, que sem duvida foi. (*)

A sua primeira infancia foi sempre perturbada pelas commoções politicas em que

(*) Apezar da sua austeridade, José Bonifacio fazia odes, como a que se segue, transcripta da *Verdade* de 10 de Julho de 1832, que naturalmente não dava a seu pupillo para se exercitar na leitura.

ODE

As nitidas maminhas vacillantes
Da sobrehumana Eulina,
Se com fervidas mãos ousado toco,
Ah! que me imprimem subito
Electrico tremor, que o corpo inteiro
Em convulsões me abala!
O sangue ferve: em catadupas cahe-me...
Brotam-me lume as faces...
Raios vibram os olhos inquietos.
Os ouvidos me zunem
Fugir me quer o coração do peito...
Morro de todo, amada!
Fraqueja o corpo, balbucia a falla
Deleites mil me acabam!
Mas ah! que impulso novo, ó minha Eulina
Resistir-lhe não posso...
Deixa com beijos abrazar teu peito
Une-te a mim... morramos.

se agitava o imperio, principalmente a capital, tendo de sahir muitas vezes da quinta da Boa Vista para logares mais occultos, afim de ser garantida a sua pessoa, o que deu occasião a se propalar que haviam roubado o menino (como então chamavam o ultimo imperador), o que levantou o povo. Não foi senão uma ballela inventada pelos inimigos da regencia para mais irritar os animos.

Depois de ver sua mãi morrer, de assistir á fuga de seu pai, ainda testemunhou a prisão do seu tutor, accusado de restaurador do primeiro imperador.

Assim, a instrucção de D. Pedro não teve os cuidados que merecia; e, quando ainda não tinha completado 15 annos, tomou as rédeas do governo, cujos negocios não lhe deram tempo para se instruir sufficientemente.

O seu casamento foi feito como se fazem os casamentos dos soberanos: á vontade dos interesses dynasticos, sem affeição, sem mesmo ver a sua noiva.

A impressão que D. Pedro teve ao ver sua mulher foi de surpreza, porque Thereza

Christina, a par das suas virtudes, tinha um physico pouco convidativo, sendo, além do mais, defeituosa. D. Pedro não conhecia ainda as virtudes da sua noiva. Pelo que elle podia apreciar, julgou-se prejudicado e dedicou a mais decidida má vontade ao negociador do casamento.

D. Thereza foi, não ha que duvidar, o modelo das esposas e das mãis. Criada quasi ao abandono, n'uma côrte pobre e feroz como a de Napoles, não tinha as exigencias do luxo nem da ostentação. Acostumada a não conhecer da politica de seu paiz, pois que seu irmão, o tyranno Fernando (o *bomba*), não conhecia outra politica senão o assassinato e o roubo, D. Thereza Christina facilmente habituou-se ao seu papel de dar herdeiros ao throno e commensaes á mesa do orçamento brazileiro.

Se chegou a ter amor a D. Pedro, não tenho elementos para affirmar ou negar; sei que, se ciume é prova de amor, ella amava apaixonadamente a seu marido.

Não negando que era italiana, D. Thereza Christina não deixava D. Pedro soce-

gar: perseguia-o com recriminações, fazendo scenas de ciumes sem escolher logar nem occasião.

E' preciso dizer que D. Pedro algumas vezes deu motivos aos zelos de sua esposa, não do modo escandaloso de seu pai, mas com cautelas que nem sempre são bastantes nesses assumptos.

D. Pedro teve algumas conquistas, sendo as mais conhecidas a de Mme. B., Mme. G. P. e viuva M. N.

Uma noite que D. Pedro foi visitar a primeira em companhia de dois de seus confidentes, na rua da Princeza do Cattete, causou suspeitas ao inspector do quarteirão, que obrigou D. Pedro a se fazer conhecer para não fazer escandalo, com apitos de alarme.

O pobre inspector ficou aterrorisado e partiu áquella mesma hora, 2 da madrugada, para a casa do subdelegado, a quem communicou o facto, julgando-se perdido.

Isto me foi contado pelo proprio cidadão que então exercia aquellas funcções policiaes, cujo nome não estou autorisado a declinar.

Não cito isso para fazer escandalo, nem como censura ao procedimento de D. Pedro, que sempre nesse particular foi cauteloso e bem educado; mas sómente com o fim de demonstrar que a ultima imperatriz tinha razões para o seu zelo; e tambem para salientar a differença entre elle e seu pai.

D. Pedro I era desbragado e atrevido; a ninguem respeitava, não se importando com o escandalo, nem com os cacetes maritaes, de que uma vez experimentou a rijeza.

Uma noite o primeiro imperador recolheu-se á quinta da Bóa Vista com o corpo moido; guardou o leito, aos cuidados dos medicos.

Os esculapios imperiaes perceberam, ao primeiro exame, do que se tratava, mas não tiveram a coragem de communicar ao seu augusto cliente qual o verdadeiro diagnostico, attribuindo as manchas negras que sua magestade tinha por todo o corpo a manifestações hepathicas, que com pannos embebidos em agua salgada desappareceriam.

D. Pedro não ficou contente; e voltando-se para o Dr. Ferreira França, que

apezar de não ser medico da imperial camara, era um distincto facultativo e seu amigo particular, perguntou lhe: "Que pensas disto, França?"

"O que vossa magestade tem, é proveniente de uma grande sóva de páo que levou."

"Tu, sim, és medico; vem me tratar. E' isso mesmo."

O ultimo imperador nunca precisou desses cuidados.

Sempre gozou de rija saude; a unica molestia que teve foi a que levou-lhe ao tumulo.

Soffria, entretanto, de uma dyspepsia intellectual; lia muito, mas não digeria.

Vivia na sua bibliotheca, que era um mundo de livros, sem ordem nem nexo.

Tinha um bibliothecario, muito bom homem, mas o maior inimigo dos livros que tenho conhecido.

Como elle sempre perguntava e nuuca respondia lhe, era-lhe facil mostrar sciencia, sem receio de contestação.

Se tinha de ir visitar uma fortaleza, na

vespera lia tratados sobre fortificações e artilharia; e na visita discorria sobre o que havia lido, com admiração dos ignorantes e condescendencia dos entendidos.

E assim sempre se preparava sobre a materia que dizia respeito ao estabelecimento que pretendia visitar.

Conquistou por essa fórma os fóros de sabio, que não era, não só porque não tinha capacidade para ser, como tambem porque nunca teve tempo para fazer estudos sérios.

Era, como se diz vulgarmente, uma *gaveta de sapateiro.*

Desde menino tinha a mania de erudito.

Quando esteve em S. Paulo, logo depois que assumiu o governo, foi assistir á aula de direito civil, na academia, de que era lente o celebre Cabral.

Cabral era o que se chama um *pancada*, mas conhecia a materia que leccionava.

O ultimo imperador ouviu contar casos do Cabral, os mais extravagantes e originaes, e quiz assistir á sua aula.

Cabral começou por não ceder ao imperador a sua cadeira, o que era de pragmatica,

e fez a sua prelecção como nos dias communs, sem attender para D. Pedro nem para o seu sequito.

Terminada a aula, o ultimo imperador disse ao lente: " Gostei muito da sua prelecção."

" Vossa magestade, disse-lhe o illustre professor, não podia ter gostado, pois não conhece do assumpto da minha prelecção, nem tem o preparo necessario para comprehendel-a."

D. Pedro não gostou da *piada*, mas não se deu por agastado.

Não se conhece delle uma phrase feliz, um dito de espirito, uma palavra memoravel.

Quando as tropas voltaram victoriosas da guerra do Paraguay, D. Pedro só encontrou esta phrase para receber aquelles bravos:

" Servi o paiz na paz como o servistes na guerra."

Phrase que sempre usou todas as vezes que teve de receber os batalhões no arsenal de marinha.

Dizia-se protector das lettras e das artes; entretanto não se conhece um acto seu

de animação aos artistas, nem aos litteratos.

Nunca comprou um quadro do seu bolso, deixando entregues ao abandono alguns que tinha em seu palacio, que pertenceram a seu avô.

Na sala dos despachos do paço da cidade havia um retrato de sua mãi, de mão de mestre, que estava roído de ratos e com a moldura partida, sem que elle se lembrasse de mandar restaurar, não tanto por amor ás artes, mas em respeito á imagem que representava.

D. Pedro tinha alma fria, sem affectos, a menos que demonstrasse. E um só facto basta para comprovar.

No convento de Santo Antonio estão depositados os cadaveres de dois filhos seus.

Estão em uma capella á direita do claustro, em duas urnas de marmore, insignificantes. Antes dessas urnas, que são modernas, estavam em caixas de páo grosseiro, e só a muitos rogos do Rvdm. provincial foram ellas mudadas pelas de marmore.

Cheguei a ver os primitivos tumulos; era uma profanação: immundos, cobertos de

excrementos de morcegos, e exhalando um cheiro nauseabundo, o que obrigou o provincial a fazer instantes reclamações, que deram em resultado a reforma feita, que deve estar hoje no mesmo estado de immundicie, porque ninguem da familia dos mortos jámais se occupou com elles.

E D. Pedro nunca lá foi!

Ninguem conheceu um amigo de D. Pedro; servia-se dos homens á sua vontade; mas não lhes guardava affeição.

Nenhum brazileiro, por mais illustre, mereceu delle um affecto.

Era insensivel á dor e á alegria.

O ultimo imperador foi um máo : ono de casa. Deixava correr á revelia os seus negocios, entregues a funccionarios na mór parte pouco escrupulosos, desleixados e desidiosos até á improbidade.

Os palacios imperiaes eram sujos, as tapeçarias, moveis e mais ornatos, ainda do tempo de D. João VI e Pedro I, já estavam

quebrados, rôtos, esfrangalhados, indignos da habitação de um homem limpo.

Os trens eram indecentes ; os cavallos inferiores aos de carro de praça, esqueleticos, com arreios partidos e emendados grosseiramente.

Conheci um cidadão, ex-ministro do imperio, que depois de usar de um carro do paço na abertura do parlamento, teve necessidade, ao chegar em casa, de mandar fazer rigorosa limpeza na sua farda, pois estava invadida dos mais asquerosos parasitas.

Um outro tambem me relatou que a cadeira em que o imperador presidia o conselho de ministros tinha um pé quebrado que o obrigava a ficar contrafeito, para guardar o equilibrio ; e só foi mudada a instancias desse ministro junto ao mordomo.

A roupa que D. Pedro usava, sempre velha e estragada, parecia que as comprava em adelos ; entretanto as contas do alfaiate eram avultadas.

O fallecido Cabral, chefe da alfaiataria Raunier, me disse que o imperador era o seu melhor freguez.

Mas, então quem lhe vestia a roupa ?

D. Pedro nada tinha de elegante ; a sua toilette era invariavel : casaca, chapéo alto, calças e collete pretos, já muito usados, não se esquecendo nunca de trazer a insignia do Tozão de ouro.

Mesmo no campo, em Petropolis, era como se exhibia, accrescentando um enorme guarda-sol.

Nunca deu um baile, uma recepção ; sómente offerecia, uma vez ou outra, jantares ao corpo diplomatico ; o que nos ultimos tempos tinha supprimido.

Era uma côrte em liquidação ; sem pragmatica, sem elegancia, mesmo sem limpeza.

Quando o governo republicano teve necessidade de occupar a quinta da Bo-Vista, foi que se viu, em sua nudez, a immundicia que por lá havia. A capella era um ninho de morcegos e ratos ; chovia no seu recinto ; as imagens partidas e carregadas de limo e lama.

Parecia uma casa abandonada ha muitos annos.

Entretanto a sua dotação e as rendas

da casa imperial eram consumidas, e sempre fechava o anno com *deficit*, além das dividas contrahidas.

Dava tudo aos pobres, dizem os *pedristas*. Mas o imperador não tinha o direito de dar aos pobres a consignação outorgada pela nação para a decencia e magestade do cargo que exercia.

Esse dinheiro tinha um fim certo e determinado e não podia ser desviado em detrimento da nação, que via com vergonha o tratamento do monarcha, que a amesquinhava aos olhos dos estrangeiros.

D. Pedro era um prisioneiro dos seus criados, contra os quaes não tinha a coragem de uma reprehensão ou censura.

Ainda está na memoria de todos o celebre roubo das joias.

Os diamantes e mais pedras preciosas da corôa foram roubadas, depois de uma cerimonia em que foram usados pelos imperantes.

A policia descobriu o criminoso, um criado do paço de nome Paiva; e o ultimo imperador não consentiu que se procedesse

contra esse empregado, conservando-o no emprego que exercia.

Será isso moralisador e digno ?

A viagem de D. Pedro á Europa é cheia de peripecias e de anecdotas interessantissimas, que me foram contadas pelo seu mordomo, o visconde Nogueira da Gama.

Quando se tratou da viagem, faltou dinheiro; contrahiram um emprestimo. Depois de muitas desculpas e negativas de alguns capitalistas, o conde de Bomfim emprestou a quantia pedida, que nunca foi paga senão com um titulo de marquez.

Em Lisboa D. Pedro foi recebido pelo seu sobrinho D. Luiz, que então reinava em Portugal, e que offereceu suas carruagens, não sendo acceitas por D. Pedro, que correu pelo cáes fóra com a imperatriz aos trambolhões, até tomar uma *tipoia*, que os levou a um hotel.

Por que o tio recusou a hospedagem do sobrinho e foi se metter em um hotel de segunda ordem para depois ser perseguido pela hoteleira, que queria haver o dinheiro da pensão ?

O ultimo imperador sempre fez timbre em não acceitar os obsequios da côrte portugueza, não só desta vez, como das demais que esteve em Lisboa, inclusive quando foi banido.

Coisas de parentes; elles lá se entendiam.

Este facto da hoteleira foi escandaloso.

Esta mulher quiz embargar a bagagem imperial como de um devedor remisso. Fez berreiro na occasião do embarque. Veiu até cá cobrar o dinheiro, e voltou sem elle. Diziam que ella pedia uma exorbitancia; mas não era digno de um monarcha regatear uns miseraveis mil réis que lhe pediam de mais, cuja recusa trazia um certo desaire á corôa do Brazil.

Logo que chegou a Portugal, procurou os homens de lettras, o que não fazia aqui. Fez uma visita a Alexandre Herculano, na quinta do Val dos Lobos.

Encetou a conversação dizendo ao grande litterato portuguez:

" Gostei muito do seu *Monge de Cister*" (tornando breve a ultima syllaba). "Cister

escrevi eu, e tive o cuidado de collocar o respectivo accento, redarguiu o autor."

A' vista disso a conversação foi curta, e D. Pedro sahiu mal impressionado com a correcção que lhe deu aquelle a quem elle procurou distinguir. Viajava com o nome de Pedro de Alcantara—professor. Joaquim Serra, na *Reforma*, disse maliciosamente que era professor de direito constitucional.

Chegando a Paris foi visitar o presidente da Republica, em toilette impropria, esquecendo a casaca, que no Brazil não largava, nem mesmo em Petropolis, cidade de recreio. O visconde de Bom Retiro, que o acompanhava, apresentou-se de sobretudo, *cache-nez* e sapatos de borracha.

Que idéa não fariam os francezes do nosso paiz, vendo o chefe do Estado e sua comitiva com semelhantes trajos!

Hospedou-se no Grande Hotel, porém em aposentos de segunda ordem.

Um dia, esquecendo-se que era o professor Pedro de Alcantara, annunciou recepção solemne.

A sala em que se deu esta solemnidade

era pequena, de modo que os grandes personagens que acudiram ao convite viram-se na contingencia de ficar na escada, de envolta com os criados e *grooms*.

A confusão era medonha: D. Pedro não sabia como se sahir de semelhante embrulhada, vindo em seu auxilio um camarista seu amigo, visconde e senador, de modo desastrado.

Vendo este que não se retiravam aquelles que já haviam falado ao seu imperador, deliberou dar o *congé* a alguns.

Dirigiu-se primeiro a um figurão de grande fardão, archiduque austriaco que se achava em Paris e que aproveitava a occasião de ver o imperador americano.

O visconde com o mais amavel dos seus sorrisos e com o mais estropeado francez que pôde arranjar, disse:

" *Vu l'empereur pouvait se retirer.*"

O austriaco ficou estupefacto, não sei se do francez de uso do visconde, se do desembaraço com que o convidava a retirar-se, e em resposta entregou ao nosso compatriota o seu cartão de visita, pedindo o delle para

que as suas testemunhas pudessem regular o encontro que deviam ter como reparação ás palavras proferidas pelo visconde, que o archiduque julgava injuriosas.

Felizmente, um addido da nossa legação, tendo ouvido a altercação e comprehendendo a situação, veiu em soccorro do camarista, pedindo desculpas ao fidalgo e dizendo "que o camarista de sua magestade não manejava bem a lingua franceza, e que não teve a menor intenção de injurial-o."

O archiduque custou a accommodar-se e retirou-se de modo brusco.

Pobre Brazil! O que não diria delle esse archiduque!

Em uma grande solemnidade publica que houve em Paris, D. Pedro apresentou-se de casaca, mas de gravata preta, o que era uma *gaucherie* para a sociedade de Paris, que liga grande importancia a estas pequenas coisas.

Foi motivo para commentarios pouco amaveis ao Brazil, que, na sua ignorancia, a maior parte daquella gente suppõe terra de selvagens.

E têm razão para isso. Se ha exposição na Europa, nós mandamos pennas, arcos, flexas, tacapes, etc.; se lhe dão um livro de litteratura brazileira, a scena passa-se com caboclos; se ha uma opera de maestro nosso, lá vem a Cecy e o Pery!!

Que mania em suppôr que o Brazil é uma reunião de tribus: guaranys, botocudos, etc.! Além disso mandavam para lá os retratos do imperador em papos de tucano, como um cacique.

Em Londres D. Pedro fez diabruras. Uma noite quiz entrar na platéa do Convent Garden sem casaca, sendo-lhe negado o ingresso, por ser contra os costumes inglezes.

Esquecendo se ainda uma vez que era o professor Pedro de Alcantara, declarou ao porteiro que era o imperador do Brazil.

"Nesse caso, disse o porteiro, com grande mesura, vou mandar abrir o camarote de sua magestade a rainha"; o que D. Pedro recusou e sahiu do theatro.

Uma outra occasião lembrou-se de ir fazer um passeio em Londres, de madrugada,

hora em que ninguem sahe á rua naquella cidade.

Foi em companhia de um dos seus camaristas ver os grandes armazens das docas, que achou fechados, limitando-se a examinar as portas e as mercadorias que alli se achavam, causando suspeitas a um *policeman*, que o acompanhou até ao hotel.

Por causa das suas vertiginosas viagens e de passeios tão matutinos, D. Pedro constantemente cochilava.

Foi á conferencia de um professor inglez, sendo recebido com grande contentamento por parte de seu collega, professor, que lhe deu um logar distincto e saliente dos demais, pondo-o assim em evidencia.

D. Pedro no meio da conferencia não pôde resistir ao somno e dormiu escandalosamente.

Acordou com o ruido das palmas, e, vendo todos applaudirem com acclamações, D. Pedro julgou do seu dever tomar parte naquella manifestação e o fez freneticamente. As acclamações e os applausos, porém, não eram para o conferente, mas a D. Pedro,

a quem havia-se referido aquelle com palavras de honra!

Convidado para assistir á inauguração de uma mina de carvão de pedra, o director da solemnidade pediu-lhe para dar o nome á mina. Outro homem daria um nome popular na Inglaterra, mas o ultimo imperador lembrou-se do seu e baptisou a mina "D. Pedro II"!

Chegando a Roma, antes de ver o Papa, foi ver o observatorio astronomico dirigido pelo celebre padre Secchi. Recebido pelos astronomos como um collega illustre, levaram-n'o para onde estava a grande equatorial e convidaram-n'o a observar os astros, pois era noite.

D. Pedro, depois de longa observação, largou uma exclamação que sobresaltou os assistentes, que em tropel o interrogaram. Suppuzeram que era alguma descoberta feita por D. Pedro, que tinha fama de astronomo.

Qual não foi o espanto delles quando D. Pedro com a voz ainda intercortada pela

commoção, disse com ar de profunda admiração:

"La luna, la luna !!..."

Tableau.

Foi a unica demonstração, que deu na Europa, dos seus conhecimentos astronomicos.

Passava por um polyglota e, entretanto, durante a sua viagem, só falou francez, e isso mesmo com má pronuncia.

Muitas outras anecdotas me contou o visconde de Nogueira da Gama, mas que já não me lembro.

Esteve em toda a parte e nada viu, pois a sua unica preoccupação era andar.

Nos museus, passava diante de obras primas, objectos raros, sem parar, sem uma palavra ou observação de valor.

De volta da Europa, procurou D. Pedro democratisar-se.

Aboliu o beija-mão, cerimonia aviltante que esteve em uso até essa época; continuando com o regimento de cavallaria atraz do carro, mas dispensando o clarim que antes annunciava a sua passagem.

Em compensação fez seu batedor (soldado que ia na frente do carro abrindo caminho) a seu sobrinho o principe D. Felippe, que de gran cruz ao peito, no posto de cadete, exercia essas funcções, espaldeirando os transeuntes e commettendo outros desacatos.

Nas horas vagas esse principe falsificava as firmas dos capitalistas, para fazer dinheiro, que gastava nos bordeis da cidade.

Era filho do conde d'Aquila, cujas dividas o Brazil pagou, livrando assim a irmã do ultimo imperador de ficar sem mobilia e joias, penhoradas pelos credores.

Esse facto foi um dos grandes escandalos do imperio, explorado pela opposição liberal na camara dos deputados, tendo á frente o Sr. Silveira Martins.

D. Pedro, de volta dos Estados Unidos da America do Norte, quiz se popularisar, frequentando até os cafés cantantes da cidade.

Uma noite fui ao theatao Cassino com um rapaz francez, que me havia sido recommendado por um amigo commum.

Era um moço distincto, bastante lido e viajado, conhecedor, portanto, do mundo.

Representava-se um entremez bastante livre, que mais ainda o faziam os actores em esgares indecentes, só toleraveis naquelles theatros; fazia beneficio uma actriz mais conhecida pela sua vida mundana que como artista.

Qual não foi a minha surpreza, quando vi chegar o imperador e a imperatriz com a sua comitiva!!

O meu amigo ficou surprezo, não fazendo commentarios por delicadeza. A vergonha que de mim se apossou quando a beneficiada veiu cantar uma conhecida cançoneta—*Qu'é della a chave que te dei para guardar*—com accionados e gestos os mais desbragados, accentuando algumas phrases de *argot* de taverna, foi tal que não me pude conter; e pretextando um incommodo, convidei o meu amigo a sahir.

Nessa occasião tive vexame de ser brazileiro; e o meu amigo, comprehendendo o meu desgosto, não me deu uma palavra sobre o facto.

Dias depois houve cortejo no paço da cidade, por ser data de gala; o meu recom-

mendado mostrou desejo de ir e pediu-me que o acompanhasse. Procurei dissuadil-o, pois queria privar-me de mais um desgosto de patriota perante um estrangeiro; mas nada consegui e tive de acompanhal-o.

Logo ao entrar o meu amigo foi empurrado, brutalmente, por um negro de enorme estatura, fardado, de monoculo, chapéo de sol e bengala, acompanhado de uma negra grotescamente vestida. Era o principe e a princeza Obá!

" Esse seu imperador é muito original ", disse o meu companheiro, extremamente surprehendido de tudo quanto viu; e eu, ainda mais desconcertado, respondi machinalmente com estas palavras: " E' um philosopho... é um philosopho. "

Se não estivesse falando a um estrangeiro, diria coisa muito differente; mas contentei-me em leval-o ao hotel do Globo, a ver se com um bom jantar fazia mudar as suas impressões sobre o Brazil.

Ao mesmo tempo que D. Pedro ia a esses theatros, não falhava ás conferencias da Gloria e á presidencia do Instituto Historico

e Geographico, duas das mais suporiferas e inuteis instituições que tenho conhecido.

Ahi elle regalava-se de dormir, e quando terminava a conferencia, procurava, em conversa com o orador, sempre estar em desaccôrdo com as suas opiniões, sendo que muitas dellas o conferente não havia expendido.

O Sr. Ferreira Vianna, porém, fel-o desertar da sala da Gloria com duas memoraveis conferencias sobre Machiavel e Francisco Bacon, que fizeram grande rumor pela belleza litteraria da fórma e finura na satyra.

Já nos ultimos tempos o unico orador dessas conferencias era o maior falador desta terra, o ex-senador Corrêa, que por falta de assumpto já repetia os discursos anteriores.

Outro estabelecimento da predilecção do ultimo imperador era o collegio D. Pedro II, que visitava com assiduidade, assistindo ás aulas, sem interpelar sequer aos alumnos sobre o assumpto da lição. Disse-me um distincto empregado da bibliotheca nacional que D. Pedro quando lá ia nunca se referia a um *livro* sem trocar o nome do seu autor ou da

materia que tratava; e quando era colhido em erro, desculpava-se dizendo: "Leio muito, por isso me confundo."

Realmente D. Pedro lia muito e fazia grande esforço de aprender, mas sem resultado, porque, além de ser de pequena intelligencia, não tinha os preparos necessarios.

Além disso não teve mestres capazes de incutir-lhe no espirito os principios das sciencias modernas.

Frei Pedro, que foi seu mestre, tinha algum cultivo intellectual, mas o seu espirito estava na sua primeira phase theologica, de modo que tudo quanto pôde ensinar ao seu discipulo era atrazado, velho e carunchoso.

A verdade é que D. Pedro era incapaz para o papel que lhe coube por sorte na scena da vida. Não duvido que tivesse desejo de bem desempenhal-o, mas ninguem resiste á sua inhabilidade.

No principio de sua vida ainda tinha alguma vivacidade que lhe dava a juventude, mas depois que a molestia, herdada de sua familia, começou a se revelar, tornou-se apathico, insensivel a todo sentimento por mais

forte que fosse, restando-lhe sómente a actividade physica, que desenvolvia n'uma agitação doentia.

A revolução de 15 de Novembro deu-lhe o ultimo golpe, tornando-o um inconsciente.

No simulacro de conselho de Estado que se reuniu no paço da cidade na noite daquella data, D. Pedro articulava palavras sem nexo, parecendo alheio a tudo, repetindo sempre: "*Não ha nada; os senhores são marinheiros de primeira viagem.*"

O Sr. Andrade Figueira, com a franqueza rude que o caracterisa, foi quem o pôz a par dos acontecimentos, dizendo-lhe: "Vossa magestade está illudido; não ha viagem, ha naufragio; vossa magestade não tem exercito, armada, telegrapho... Vossa magestade está preso; a Republica está proclamada e já tem governo constituido."

Foi então que D. Pedro acordou, como se fôra um somnambulo, para novamente recahir no somno de que nunca mais sahiu.

No exilio foi um indifferente; não fez um protesto, não dirigiu ao mundo uma palavra explicando a sua quéda.

Sómente se queixava de não receber do Brazil nem uma carta, uma lembrança, uma pequena recordação daquelles que o cortejavam no tempo do seu reinado.

Mas se elle não deixou um amigo, nunca deu força a uma corporação que no momento do perigo pudesse resistir. O imperio era elle e elle era o imperio levado na sua mala de viagem.

Os seus estadistas viviam dos empregos que tinham e que perderam com a Republica, que teve de dar pensões a alguns para não morrerem na miseria, emquanto que outros se arranjavam no *ensilhamento*.

A maior corporação do imperio, o senado, no momento que devia agir pelo orgão do seu presidente, declarou que não podia tratar dos acontecimentos do dia, porque o regimento não permittia semelhantes discussões em sessões preparatorias.

Que differença do senado do imperio francez, depois do desastre de Sédan, com a communa governando Paris ! Rhouer, seu presidente, á frente de seus collegas, se retirou á força, dando vivas ao imperador !

Depois de longos seis annos é que se lembram de restaurar uma instituição que elles mesmos destruiram ; e mais, com todas as cautelas e prevenções covardes.

Aqui finaliso o estudo sobre D. Pedro de Alcantara, ultimo imperador do Brazil.

Contei delle o que ouvi dos seus estadistas, o que li nos annaes do imperio. Não inventei factos, nem calumniei a sua memoria.

Nenhum contradictor appareceu a destruir os factos que fiz reviver, e se algum ha, que venha, mas sem odios nem prevenções, sómente com o animo de dizer a verdade, com o que muito lucrará a historia politica do nosso paiz.

Não injuriei ninguem ; e se alguem se julgou offendido, fique certo que não houve intenção de minha parte.

De D. Pedro, como homem intimo, póde se dizer como o poeta :

" Non raggionar de loro
ma guarda e passa. "

Como homem publico, como imperador, o seu epitaphio está feito ha 12 annos por um grande orador parlamentar do imperio :

" *Omnipotencia, boa vontade e esterilidade.* "

UM DESPACHO IMPERIAL

O ultimo imperador, como chefe do poder executivo, presidia a reunião dos ministros, que faziam parte do mesmo poder com a bizarra differença de serem os unicos responsaveis pelos actos que praticavam, excluindo-se, porém, dessa responsabilidade o cabeça que como tal sempre predomina.

E' uma das muitas filagranas do systema monarchico constitucional representativo, que ou reduz o chefe da nação em uma simples decoração e, portanto, inutil, além de ser dispendiosa, como na Inglaterra, ou em usurpador de todos os demais poderes, com a aggravancia de ser irresponsavel, como foi entre nós.

D. Pedro estava talhado pela sua incapacidade para representar o primeiro papel, se não fôra dotado de astucia felina; e se não encontrasse a nação desarmada dos elementos de resistencia e, principalmente, sem homens que enfrentassem com as suas absorpções. D. Pedro foi um habil corruptor, que soube aproveitar-se da flexibilidade de caracter de seus estadistas, como já tivemos occasião de mostrar.

Vejamos como elle exercia as suas funcções de chefe do governo nos despachos com seus ministros.

Esses actos, em via de regra, tinham logar duas vezes na semana nas férias parlamentares e uma quando funccionava o corpo legislativo; os primeiros eram de dia e os segundos á noite, todos na quinta da Boa Vista, e raras vezes no paço da cidade.

Nunca tive occasião de ver a sala dos despachos no palacio de S. Christovão, mas alguns ex-ministros me descreveram o seu aspecto, que era identico á do paço da cidade, de que já falei quando tratei do ultimo imperador.

A' hora ajustada compareciam os ministros, que esperavam por D. Pedro em um compartimento do palacio, onde não havia um movel para descanso, nem sequer uma cadeira. D. Pedro, que tinha por habito conferenciar previamente com o presidente do conselho, conferencias que duravam longas horas, obrigava seus ministros a uma demora incommoda e humilhante.

Esse costume de não dar assento aos conselheiros da corôa foi abolido depois de energica reclamação do marquez de Herval, quando ministro da guerra em 1878.

O illustre general, que, como todos sabem, soffria dôres n'uma das pernas quando se conservava muito tempo em pé, proveniente do ferimento que recebeu em campanha, retirou-se antes de começar o despacho, declarando que lá não voltaria emquanto não lhe dessem as commodidades a que tinha direito, não só como um homem enfermo, como pela posição que exercia.

A' vista disto foram collocadas umas cadeiras, as peiores da casa, mas que emfim eram um allivio para aquelles que se viam na

obrigação de montar guarda por tantas horas.

Os despachos começavam pela pasta do imperio e terminavam pela da agricultura, por ser de mais recente creação.

As grandes questões quasi nunca occupavam o espirito de D. Pedro, principalmente as financeiras, de que elle nada entendia e que fugia de falar para não patentear a sua ignorancia. Mas, quando se tratava de nomeações ou demissões de funccionarios, elle tomava parte principal e sempre unica nas deliberações.

Se tinha candidato, passava em revista a vida publica e privada daquelle que o ministro apresentava; descía ás menores minudencias, ia até os recessos mais intimos do lar do infeliz que pedia o logar, contando o que sabia por meio de cartas anonymas ou pela intriga dos demais candidatos.

Se o ministro era *caloiro* ou timorato, recuava; e então D. Pedro fazia chegar-lhe por modos indirectos o nome do seu candidato; se o ministro, porém, era traquejado e teimoso, elle buscava adiar a nomeação;

mas, se não conseguia, assignava-a dizendo: — Bem; a responsabilidade é dos senhores; já cumpri o meu dever...

Uma vez o visconde de Inhaúma, como ministro da marinha, apresentou quatro nomes de officiaes para capitães de portos, e como o ultimo imperador não approvasse nenhum, porque tinha candidato que não estava na lista, o bravo almirante guardou a proposta na pasta e não falou mais nisto.

Passados alguns dias, D. Pedro perguntou-lhe pelas nomeações; Inhaúma respondeu: — Já as fiz interinamente, por portarias.

As nomeações para diplomatas eram da exclusiva iniciativa do ultimo imperador, que nesse ponto não transigia de modo algum, pois tinha em attenção nomear aquelles que lhe eram do peito, para que no estrangeiro fizessem crer que elle era o unico brazileiro capaz e digno; e com os quaes se correspondia intimamente.

Foi um dos grandes erros da Republica ter conservado, principalmente na Europa, esses funccionarios, que são os maiores ini-

migos das instituições, procurando desacredital-as, por meios reservados, perante os governos em que estão acreditados.

São elles os chefes dos syndicatos de diffamação contra o governo republicano, na Europa.

Ainda não ha muito tempo, li uma carta de um diplomata nosso, acreditado junto ao governo de uma grande potencia européa, que dizia:—... *quando nos veremos livres desse systema de governo, que nos envergonha perante o mundo civilisado!* Consegui ver essa carta, praticando uma pequena indiscrição.

Não declino nomes, porque a minha missão não é denunciar, mas contar o que sei; e se falei nisso foi para mostrar que D. Pedro nesse particular tinha mais zelo que os governos republicanos, procurando nomear gente de sua confiança.

Os despachos se prolongavam de um modo fatigante não só pelo systema, adoptado pelo imperador, de biographar os candidatos a empregos, como principalmente pelo somno que o assaltava constantemente de modo a interromper os trabalhos por

muito tempo, pois seria uma affronta á ninguem tocar na sagrada pessoa do monarcha, mesmo para acordal-o.

Ainda foi o general Osorio quem tirou os seus collegas da difficuldade, tornando mais uma vez verdadeiro o rifão: Que soldado velho não se aperta.

Nos despachos seguintes ao que se deu uma somneca imperial, o general apresentou-se fardado e de espada, que, quando se sentou, teve o cuidado de separal-a do talim. No meio da conferencia D. Pedro começou a dormir; Osorio deixou cahir a espada com estrondo de modo a acordal-o. Isto deu-se mais de uma vez, o que fez D. Pedro dizer ao marquez:—General, no campo de batalha nunca cahia a sua espada. Ao que o marquez respondeu:—E' porque lá ninguem dormia.

D'ahi por diante elle procurou vencer o somno, o que fazia tocando tambor com os dedos sobre a mesa, como praticava no rebordo do camarote no theatro Lyrico para se livrar dos beliscões que a imperatriz lhe dava para o despertar.

O marquez do Herval sempre nas con-

ferencias imperiaes mostrou o seu genio folgazão e franco, como fazia em todos os actos de sua gloriosa vida. Em um dia que o despacho entrou pela noite, D. Pedro suspendeu-o para o criado accender as velas dos candelabros; e, como este se demorasse, Osorio tirou uma caixa de phosphoro do bolso e accendeu as velas.

Nos ultimos dias do imperio raramente havia despacho collectivo motivado pela molestia de D. Pedro, indo os ministros em dias differentes a Petropolis levar as suas pastas, assignando-se sómente materia urgente, ficando o mais para ser enviado depois que o conde de Motta Maia conseguia a assignatura imperial.

A princeza D. Isabel, quando regente, só intervinha, quando tinha uma resolução tomada e então era de modo positivo e categorico, como quando não consentiu na nomeação do desembargador Coelho Bastos para presidente do então Tribunal da Relação, como queria o gabinete Cotegipe, como ficha de consolação pela demissão que lhe foi dada na mesma occasião de chefe de policia da

capital, por causa de violencias feitas a um official de marinha, Leite Lobo, o que produziu disturbios na cidade, dando em resultado a quéda do gabinete.

E' preciso confessar que ahi D. Isabel praticou um acto patriotico.

Tinha, entretanto, um defeito grave a regente: ter sempre candidatos aos cargos publicos, que os impunha, não pelos meios astuciosos de seu pai, mas com meiguice feminil, o que coagia os ministros.

PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ

A agitação politica que, desde a dissolução da constituinte pelo 1º imperador, se iniciou, foi augmentando com o tempo, e o facho revolucionario começou a se accender, alimentado pela direcção violenta, absoluta, tyranica mesmo, que D. Pedro I dava aos negocios publicos.

Os homens politicos mais notaveis da época, educados nos principios politicos de 89, democratas na mais lata accepção da palavra, saturados das doutrinas reinantes em França, onde alguns delles tinham estado, difficilmente acceitaram um principe oriundo de um paiz atrazado e de uma familia de despotas, cujos feitos ennegrecem a historia da humanidade.

Sómente com o fim de facilitar a nossa emancipação da metropole se alliaram com elle para a realisação da obra patriotica.

Mas, logo que ella foi uma realidade, o antagonismo entre esses homens e o imperador foi manifesto; antagonismo que rebentou em hostilidades, desde o golpe de Estado de 12 de Novembro de 1823.

D'ahi em diante se tornou cada vez mais profunda a divergencia, tornando-se um duello de morte.

O imperador, quanto mais vehementes eram os golpes que a opposição lhe atirava, mais despoticos e violentos actos praticava, alliando a isto uma vida licenciosa, de um verdadeiro sultão debochado.

O descontentamento lastrava e os elementos revolucionarios fermentavam em todo o Brazil, ameaçando fazer explosão.

D. Pedro I, ao iniciar o seu reinado, dedicava odio feroz a Portugal e aos portuguezes. Na primeira fala do throno com que abriu a assembléa, dizia de sua patria: "... mas a nação não conhecendo ha mais *tempo* os seus verdadeiros interesses, ou

conhecendo-os, mas não podendo patentear visto a força e predominio portuguez que, sabendo mui bem a que ponto de *fraqueza, pequenez e pobreza* Portugal já estava reduzido...

Quando em S. Paulo surgiu dentre o brioso povo daquella agradavel e encantadora provincia um partido de portuguezes e brazileiros degenerados, totalmente affectos ás côrtes do *desgraçado e encanecido* Portugal..."

Esse paiz, ao qual D. Pedro mimoseia com semelhantes epithetos, é sua patria e tinha como rei seu pai, cuja corôa elle pouco depois iria conquistar com as armas na mão, para sua filha, fazendo uma guerra fratricida.

D. Pedro, porém, vendo-se abandonado pelo partido nacional, voltou-se para os portuguezes, com o que mais irritou o sentimento popular.

Ao começar o anno de 1831 os horisontes politicos se achavam pesados, ameaçando borrasca, que rebentou em 7 de Abril, levando no turbilhão o primeiro imperador, que abdicou em favor de seu filho.

Emquanto reinou o enthusiasmo popular, a ordem não foi perturbada. Parecia que o novo estado de cousas estaria a coberto de novas *bernardas*, como já naquelle tempo se denominavam as agitações populares.

Arrefecido, porém, o enthusiasmo, os odios vieram á tona e se derramaram pelas ruas desta cidade, produzindo espancamentos e assassinatos de portuguezes e dos que eram suspeitos de sentimentos favoraveis ao imperador decahido. Em outros pontos do paiz se deram motins, principalmente na Bahia e Pará.

O partido que havia feito a revolução de 7 de Abril se dividiu em dous grupos: um entendia que a obra da revolução não estava completa e não podia se limitar á mudança do imperador, de ministros de Estado e autoridades superiores; visava reformas mais radicaes que não podiam ser dadas pelas camaras, compostas de deputados eleitos pelo regimen antecedente e de senadores, que eram creaturas do imperador expulso.

Não queriam continuar sob a regencia

de uma constituição doada de senhor para escravos.

Chamavam a este partido *exaltado*.

O outro achava mais prudente se conseguir tudo pelos meios legaes, votando as reformas, as camaras que funccionavam, independente de novas eleições, fazendo-se tudo com estudo, prudencia e reflexão. Era o partido *moderado*.

O que se verifica é: que ambos estavam de accôrdo quanto ás reformas, mesmo as mais radicaes, o que daria em resultado a Republica; mas, sómente, estavam em divergencia quanto aos meios.

Assim separados os campos, a luta se travou renhida, com talento, confiança na causa e, principalmente, com grande patriotismo.

Todos tinham sinceridade na peleja, suppondo cada um servir a patria.

Differentes jornaes foram creados por ambos os partidos, onde diariamente se degladiavam com azedume cada vez mais crescente.

Os *exaltados* tinham: *A Nova Ir-*

Brazileira, *O Exaltado*, *Jurujuba*, etc., na capital. Nas provincias: *A Bussola*, em Pernambuco; a *Sentinella* e o *Echo da Liberdade*, na Bahia; *O Observador*, em S. Paulo.

Os orgãos dos *moderados* eram: a *Aurora*, redigida por Evaristo Ferreira da Veiga; o *Independente*, redigido por Joaquim José Rodrigues Torres, e o *Astréa*, por José Joaquim Vieira Souto; todos na capital. Além dessas gazetas havia o *Republica*, e muitos outros, não só na capital como nas provincias, que francamente advogavam a causa da Republica.

A luta, porém, não se limitava aos jornaes; tambem estava fortemente empenhada nos *clubs*, sendo os mais importantes a *Sociedade Defensora da Independencia*, fundada por Evaristo da Veiga, que pertencia aos *moderados*, e o *Federal*, do partido *exaltado*.

A peleja, porém, que havia começado incruenta, tendo como armas a tribuna parlamentar, popular e a imprensa, degenerou em motins mais ou menos cruentos, tendo por theatro as ruas e praças da capital e outros pontos do Brazil.

Todas as tardes grupos armados percorriam as ruas, apedrejando as casas dos portuguezes, que eram espancados quando não podiam escapar á sanha popular, como tambem áquelles que julgavam ser ou eram seus adversarios politicos, provocando assim represalias, de que resultaram grandes conflictos, obrigando o commercio a fechar as portas. Denominavam estes disturbios —*rusgas*.

A maior parte da população estava empenhada nestas lutas politicas; e a outra parte, indifferente politicamente a ella, vivia em constante sobresalto, de modo que o commercio paralysava, o cambio baixava e as casas, com o exodo para a Europa dos partidarios de D. Pedro e dos que disso eram accusados, desvalorisavam-se, de modo a tornar assustadora a situação do paiz, que necessitava de um governo energico e activo para restabelecer a paz e a ordem.

A regencia não se mostrava capaz; e muito menos o seu ministerio, composto de homens sem prestigio e suspeitados de amigos de D. Pedro I.

Nessa emergencia, era preciso encontrar um homem capaz de arcar com todas estas difficuldades, que, com medidas energicas e promptas, refreiasse a corrente da anarchia que ameaçava destruir o Brazil.

Mais uma vez se verificou a verdade do ditão popular: "Os grandes homens apparecem nas grandes occasiões."

Foi no meio desse cháos que surgiu a figura collossal do padre Diogo Antonio Feijó, deputado por S. Paulo, exclamando: *Tudo, todavia, agora, tudo se póde e deve fazer legalmente; nada, porém, pela violencia e pela desordem.*

O padre Feijó não era um homem desconhecido. Nascido na cidade de S. Paulo em 1784, e não em Itú, como tenho lido em livros escolares de historia patria, já havia se salientado na politica, representando o Brazil nas côrtes portuguezas e na opposição que fez ao 1º imperador, merecendo por isso ser vigiado de perto por ordem delle, como homem perigoso, e refinadamente *simulado*, como o chamam no documento

que se segue, encontrado na *Verdade*, folha que se publicava nesta cidade em 1832:

"Serenissimo senhor—Com summo respeito recebi a portaria imperial expedida em data de 11 de Junho proximo preterito pela secretaria de Estado dos negocios do imperio, ordenando-me que por todos os *meios occultos* que estiverem ao meu alcance procure conservar debaixo da maior vigilancia ao padre Diogo Antonio Feijó, ex-deputado por esta provincia de S. Paulo ás côrtes de Lisboa, por ser constante a sua magestade imperial que elle aos sentimentos anarchicos e sediciosos de que é revestido, une a mais *refinada dissimulação*, da qual sem duvida resultará grande perigo á tranquilidade e união dos povos desta fidelissima comarca, se não se empregarem todas as cautellas na sua perniciosa influencia; e outrosim que informe eu, pela mesma secretaria de Estado dos negocios do imperio, qualquer resultado que obtiver das minhas investigações.

Com o cabal conhecimento que vossa magestade tem do meu intensissimo e pu-

rissimo amor e incontrastavel lealdade, exarado em a referida portaria, que nimiamente me honra, me eleva e me engrandece, concebo inexplicavel jubilo, prazer, contentamento e alegria: e a funesta certeza que agora tenho dos delirios e degeneração do ex-deputado brazileiro paulista, padre Diogo Antonio Feijó, constantemente reconhecido por anarchico, sedicioso, da mais refinada dissimulação e perniciosa influencia, me constitue mui ferido e magoado: porém é mundo; e o leão rugiente não cessa de cercar a misera humanidade, para a perverter e devorar, e infeliz aquelle que se deixa prender de seus laços infernaes.

Chegou o dito padre a esta villa annunciando que fôra bem recebido nessa côrte; e que não aceitára o canonicato da capella real, que se lhe havia offerecido, por querer entranhar se neste sertão, desgostoso dos negocios politicos da côrte. Mostrou ao diminuto corpo dos seus sectarios um manifesto e mais papeis que elle compoz; e alguns destes espalharam ao publico as suas noticias, e este obsequio não lhe mereci

talvez por conhecer elle que não tenho vista para ler as suas composições, nem juizo para as perceber.

Depois de sua chegada houve algum orgulho entre os seus sectarios, e mudança dos seus sinceros sentimentos anteriores, e conhecendo eu isso, dei logo por todos os meios occultos, que me occorreram, as mais effectivas e energicas providencias, para não fructificar a pestifera semente daquella perniciosa influencia.

.....

Digne se vossa magestade aceeitar o mais puro sacrificio do meu muito humilde e muito leal coração, todo entregue e rendido a vossa magestade imperial, que Deus guarde com as maiores prosperidades por dilatados annos, como para bem deste sagrado imperio nos é mister—Itú, 9 de Agosto de 1823. Muito alto, muito poderoso Sr. D. Pedro I, imperador constitucional—De vossa magestade imperial o mais humilde, obediente e leal subdito—*Vicente da Costa Taques Góes Aranha*"

Por aqui se vê que Feijó já nesse tempo

era inimigo temeroso do despotismo e poderoso amigo da verdadeira liberdade.

Vejamos como elle conseguiu ter mão á anarchia.

O governo da regencia não podia encontrar outro homem, para o momento, que o padre Feijó; dotado de energia mascula, de poder de vontade inquebrantavel, honestidade sem mancha e além disso com a comprehensão exacta do poder, que não deve ser um logar de gozo, mas um posto de combate e dos mais arriscados. E essa comprehensão lhe era tão nitida no espirito, que não acceitou o convite para o cargo de ministro da justiça senão depois de muito reluctar, e de acceitas, pela regencia, as condições que impoz.

Essas condições são constantes do seguinte documento.

(Conservo a orthographia do original.)

" Condições com que acceito o ministerio da justiça :

1ª —Conservarem se os Membros da Regencia na maior armonia, sem outras vistas em suas resolusões, que a prosperi^de^ do Brazil

2ª —Tomarem-se todas as resolusões relativas a escolha, e dimissão de Empregados; á medidas geraes e casos particulares em conselho de Ministª, prezidido pela Regencia; ficando livre ao Ministro da repartisão, a que o negocio pertencer, qª seja desidente, fazer o que entender; ficando porém os mais dezonerados de defender semª acto; e autorisados mesmo a sensuralo em qualquer das Cameras quando nelle setoque. As orden tendentes a mandarei..... "

(Aqui, pelo estado em que está o documento original, não podem ser lidas algumas palavras; tornando-se legivel das seguintes palavras... dadas por cada ministro independente de conselho.)

Continúa o documento:

" 3ª—Dentro de um ano, se por motivo de molestia me fôr indispensavel largar a Pasta por algum tpº, será esta interinamª substituida, ou ocupada pelo Mnº. que eu indicar a Regencia; mas se o encommodo durar mais 4 mezes; em depois deste prº. ano, a Regencia nomeará outro Mnº. se quizer.

4ª — Si fôr neces. demitir alguns dos Min^os^. actuaz; o que só terá lugar q^do^. estes opesão, ou a verdad^a^. opinião publica se declare contra eles; os q^e^. os substituirem serão da aprovasão do Conselho pela maioria de votos dos min^os^. e Regentes.

5º—Averá um periodico derigido por mim."

Empossado do cargo, sem perda de tempo tomou as mais urgentes medidas, chamando para junto de si os mais capazes e energicos auxiliares, notando-se logo a acção vigorosa de um homem de pulso.

Organisou a guarda municipal para as rondas nocturnas da cidade; creou uma policia preventiva encarregada de vigiar os inimigos da ordem.

Era de deliberação rapida e vigorosa, não se intibiando diante de difficuldades que as leis lhe pudessem crear, passando por cima dellas quando protegiam os turbulentos.

Ia direito ao seu fim com força e resolução.

O partido exaltado, que tinha Feijó por

seu co-religionario, por adoptar muitas das idéas que esse partido propagava, mas que de nenhum modo approvava as agitações e desordens, exasperou-se com a nomeação do novo ministro, por ver nelle um formidavel inimigo, que faria abortar todos os seus planos sediciosos.

O ministro estava apparelhado e prompto para receber os seus inimigos, que não se fizeram esperar.

Na madrugada de 12 de Julho, o 26° de infanteria, aquartelado no morro de S. Bento, levantou-se, desobedecendo os officiaes, tomaram as armas, que disparavam para a rua com grande alarido, incutindo terror á visinhança do quartel, que se espalhou em pouco tempo por toda a cidade. Logo que o ministro soube do facto, reuniu 600 municipaes e á frente delles marchou para o quartel em revolta; assediou-o e compelliu pela força os soldados a renderem-se.

Tão rapido, energico e prompto foi o movimento por parte de Feijó, que elles se entregaram á discrição do governo, que os mandou immediamente seguir viagem para a Bahia,

O panno de amostra, como se diz vulgarmente, em vez de amedrontar os inimigos, os exacerbou mais.

No dia 14 de Julho, o corpo de policia abandonou os quarteis, espalhando-se pelas ruas e praças da cidade, saqueando as casas, assassinando e praticando os mais horrendos crimes, causando terror em toda a população.

A tropa de linha, em magotes, sahiu tambem á rua e fraternisou com a policia. Pela tarde, o movimento foi engrossado por muitos paisanos, adeptos do partido exaltado, que, formando um grupo temeroso, foram para o campo de Sant'Anna, em posição hostil.

A situação era grave e perigosa, pois que toda a guarnição armada estava com os rebeldes; não tendo o governo forças disponiveis para fazer frente ao movimento; contando apenas com os guardas municipaes, sem disciplina, bisonhos e sem armamento, e com cidadãos sem habito de lutas armadas.

O animo do ministro não se intibiou nem se amedrontou.

Disposto a cumprir o seu dever de qualquer fórma e a não transigir de modo algum com os rebeldes, pediu Feijó aos regentes, aos collegas de ministerio e ao tutor da familia imperial, que se reunissem no paço da cidade para que, com mais facilidade, pudesse tomar as medidas necessarias.

Determinou que os municipaes tomassem a rua Direita e o largo do Paço. Mandou que os arsenaes fornecessem armas e munições aos cidadãos que quizessem auxiliar o governo na patriotica missão de dar batalha aos inimigos da ordem. Solicitou aos presidentes das duas camaras que reunissem a assembléa geral para, de accordo com o governo, agir, tomando medidas urgentes que dependessem dos dois poderes.

Os rebeldes ficaram senhores de parte da cidade, do largo do Rocio ao campo de Sant'Anna, com um effectivo de 4.000 homens armados, ficando o governo do lado do mar.

O terror era indescriptivel; os habitantes da cidade, em multidão, transidos de horror, com gritos descompassados, prantos de

crianças e mulheres, percorriam as ruas em procura de abrigo. Ao raiar do dia 15, Feijó, á frente de 3.000 homens que conseguiu reunir, mais ou menos bem armados, partiu para o campo de Sant'Anna, onde encontrou já pequeno numero de rebeldes, tendo os demais fugido amedrontados com as medidas tomadas pelo ministro da justiça. Os que ficaram foram destroçados e presos pelas forças do governo.

Vencida a revolta e restabelecida a ordem, Feijó foi inexoravel no castigo aos revoltosos, não attendendo a empenhos nem a supplicas, punindo-os summariamente sem se inquietar com as leis, que não foram feitas para proteger a desordem e desarmar o governo dos meios de defeza, como elle dizia.

Dois de seus collegas, Souza França e Moraes, tentaram intervir nos seus actos de repressão, que classificaram de violentos, illegaes e attentatorios á constituição.

Feijó declarou-lhes que o seu programma para restabelecer o socego era: *páo, páo e páo;* e que desde aquella occasião se

considerassem demittidos, pois que com elles não continuaria no ministerio.

No dia 16 de Julho a regencia exonerou aquelles ministros, que foram substituidos: na fazenda, por Bernardo Pereira de Vasconcellos, e Lino Coutinho, no imperio.

Vasconcellos redigiu, em nome do gabinete, um manifesto ás camaras, declarando-se solidario com o ministro da justiça.

A camara dos deputados approvou todos os actos do padre Feijó, formando-se uma maioria compacta, que adoptou as medidas que pediu: dissolução do corpo de policia, a baixa dos soldados que haviam terminado o seu tempo; passar para as provincias os batalhões de linha que se haviam revoltado, e os officiaes, reformados e presos nas fortalezas.

O padre Feijó não descansava, entretanto, em punir os revoltosos, instaurando processo contra os paisanos compromettidos nas revoltas, prendendo-os mesmo, antes da pronuncia.

O grande ministro, com ardor febril, recommendava, em instrucções aos juizes de

paz, a maior vigilancia nas suas parochias, tornando-os responsaveis pelo que houvesse.

A grande difficuldade com que teve de lutar Feijó, foi a que a magistratura lhe creava por ser restauradora, como hoje, obrigando-o, por aviso de 29 de Julho de 1831, a suspender as cartas de seguro, tirando assim a fiança de que abusavam os magistrados em favor dos revoltosos.

Como é natural, o ministro havia creado grande numero de inimigos, que não descansavam em guerreal-o por todos os meios, principalmente na camara dos deputados, onde se formou um nucleo de opposicionistas que tinha por chefes os Andradas, inimigos do padre Feijó desde o tempo da independencia.

Propuzeram a amnistia aos criminosos dos movimentos de 14, 15 e 16 de Julho, e ordem para retirar as forças para fóra da capital cinco leguas.

Era um plano para entregar a cidade aos revoltosos para assim exercerem as suas vinganças, de que seria a primeira victima o ministro da justiça. Além disso o deputado

Montezuma propoz a responsabilidade do ministro por haver suspendido a garantia individual do *habeas-corpus*.

Felizmente a camara rejeitou esses projectos, que só obtiveram 13 votos.

Como os tempos se parecem! Essas mesmas difficuldades foram creadas contra o marechal Floriano que, como Feijó, conseguiu vencer a anarchia que ameaçava destruir o Brazil, como em 1831.

A magistratura, representada pelo Supremo Tribunal, concedia em massa ordem de *habeas-corpus* aos mais conhecidos revoltosos; votando-se a amnistia para que elles viessem occupar as posições de confiança junto mesmo do governo.

A camara de 1831 foi mais patriotica negando tudo aos rebeldes e cercando Feijó do maior prestigio.

Assim procedendo, deu ao ministro a força necessaria para reprimir os novos motins, que logo depois rebentaram, como vamos ver.

Na noite de 28 de Setembro, ás portas do theatro S. Pedro de Alcantara, houve um

conflicto por causa da prisão de dois officiaes do exercito, tomando parte saliente o major Miguel de Frias, que arrancou das mãos da policia os dois presos, entrincheirando-se dentro do theatro com os seus partidarios.

Prevenido, Feijó se apresentou no logar do conflicto, acompanhado da força publica sob o commando de Sebastião Rego Barros, procurando convencer aos amotinadores que deviam entregar os presos ás autoridades e dispersarem-se.

Sendo desobedecido, mandou Feijó, depois das intimações legaes, fazer fogo, conseguindo assim evacuar o theatro, prender Frias e 30 de seus companheiros, tendo havido mortos e feridos.

Mais uma vez o grande ministro pôde domar a anarchia, para infelizmente recomeçar a luta, pois a teimosia dos anarchistas era igual á sua energia.

No dia 6 de Outubro levantou-se contra o governo o corpo de artilheria de marinha, que estava aquartelado na ilha das cobras, batalhão que até então se tinha conservado *fiel* á disciplina.

O movimento era temeroso, tendo como cabeça Cypriano José de Almeida Barata, ex-deputado ás côrtes portuguezas, que estava preso na fortaleza como compromettido em anteriores revoltas.

Esse movimento tomou caracter serio pela adhesão da armada, que tinha como navio capitanea da revolta a fragata *Paraguassú*.

Os revoltosos, durante toda a noite de 6, fizeram fogo de artilheria da fortaleza da ilha das Cobras e dos navios de guerra contra a cidade, com o fim de tomarem o arsenal de marinha, sendo sempre repellidos pela sua guarnição.

No dia 7, Feijó deu ordem ao general José Maria Pinto Peixoto de tomar a ilha de assalto, entregando a seu commando cerca de dois mil e quinhentos homens.

Immediatamente Pinto Peixoto expediu dois lanchões com tropas sob o commando de João Paulo dos Santos Barreto e Luiz Alves de Lima, depois duque de Caxias, com o fim de tomarem a ilha por dois pontos.

Emquanto isso se praticava, o general fez

subir a artilheria para o morro de S. Bento, de onde metralhava a ilha, protegendo assim o desembarque das forças legaes.

As forças legaes marcharam contra a ilha das Cobras em duas divisões, uma que devia atacar pelo norte e outra pelo sul, emquanto os navios que se conservavam leaes e as baterias do morro de S. Bento bombardeavam a fortaleza.

A divisão commandada por Lima e Silva foi a primeira que pôz pé na ilha, fazendo voar a machadadas o portão da fortaleza, que foi tomada de assalto; tendo os revoltosos arvorado a bandeira de rendição, cessou o fogo, ficando suffocada a revolta.

Feijó dissolveu o corpo de artilheria de marinha, exigiu a demissão do ministro da marinha José Manoel de Almeida, que foi immediatamente concedida, sendo substituido pelo lente da escola militar Joaquim José Rodrigues Torres.

O exemplo revolucionario da côrte foi imitado pelas provincias; arrebentando a revolta do Ceará, tendo á frente Joaquim *Pinto* Madeira, restaurador de D. Pedro I.

O grande ministro não tinha um momento de socego; a tudo attendia e aprestava os meios de resistencia.

O partido restaurador, que a principio parecia eliminado da scena politica, tendo adherido ao novo regimen, espreitava a discordia dos partidos da politica dominante, para tambem dar combate ao governo.

A reacção foi iniciada methodicamente e com astucia, apresentando, como meio de propaganda, os males que soffria o povo por causa das constantes perturbações de ordem, e do estado precario das finanças, e imputando aos governos regenciaes.

Installaram um club com a denominação de *Conservador*, a que se filiaram deputados, senadores, capitalistas, officiaes generaes, grande numero de portuguezes ricos e preponderantes.

Tinham como orgãos na imprensa o *Diario do Rio de Janeiro* e o *Caramurú*, que faziam o trabalho da propaganda, levantando-se por esse modo a bandeira restauradora entre os dois partidos: o moderado, que governava, e o exaltado, que estava em opposição.

Declararam-se restauradores muitos cidadãos que depois de 7 de Abril tinham acceitado os factos consummados e que occupavam posições officiaes.

Não se mostraram menos pressurosos a enfileirar-se no novo partido quantos, durante o reinado de D. Pedro I, auferiam vantagens e honras, cuja fonte se extinguira. (*)

Esta descripção parece ser a da situação actual do Brazil.

Os monarchistas que depois de 15 de Novembro acceitaram os factos consummados, adherindo em massa, com muito pequenas excepções, aproveitam-se hoje, como em 1831, das dissenções republicanas, para levantarem a cabeça e desdobrarem a bandeira anti-patriotica e criminosa da restauração, creando orgãos na imprensa, fundando clubs secretos e, o que é mais grave, procurando por todos os meios alliciar aquelles a quem está confiada a honra da patria e o estandarte da Republica.

(*) Pereira da Silva—*Governos regenciaes.*

Ha, porém, uma differença: é que hoje o governo republicano está entregue a alguns homens incapazes, sem fé nas instituições que dizem servir como auxiliares do presidente da Republica, que é um cataleptico politico, que vive em profundo somno, sem poder ouvir os rumores subterraneos que annunciam grave commoção politica.

Em 1831, porém, estava á frente do governo um homem da envergadura do padre Diogo Feijó, sempre vigilante e prompto a repellir os ataques, sem perder de vista os inimigos, acompanhando-os com interesse, providenciando á proporção que ia descobrindo ou adivinhando seus intentos.

Organisara a guarda nacional pela lei de Agosto de 1831, e na occasião de entregar as armas aos batalhões formados por parochias, proclamou-lhes a necessidade e o dever de se tornarem dignos da confiança do governo, defendendo as leis, as autoridades e a ordem publica. (*)

Creou novo corpo de municipaes per-

(*) Pereira da Silva—Obra citada.

manentes, em substituição ao antigo corpo de policia, entregando o commando a Luiz Alves de Lima e Silva, depois duque de Caxias, que chamou para seus auxiliares officiaes da maior confiança.

Não tardou que o partido restaurador começasse a pôr em pratica os seus planos sediciosos.

Na noite de 1º de Abril de 1832 foi communicado a Feijó que o partido exaltado, como guarda avançada dos restauradores, em poucos dias poria em campo uma revolta planeada na maçonaria.

Realmente, a denuncia verificou-se, rebentando a revolta na fortaleza de Villegaignon, onde se achavam presos muitos militares, tendo por cabeça o tenente-coronel Miguel de Frias e Vasconcellos, que tambem estava preso, o qual seduziu a guarnição dessa praça de guerra a tomar armas, soltar os presos, afim de depôr a regencia e proclamar outra.

Na madrugada de 3 realiasaram o desembarque na praia de Botafogo e seguiram para o coração da cidade, estabelecendo o

centro do movimento no campo de Sant'Anna. Ahi se embarricaram e em attitude de guerra aprestaram os meios de defeza, sendo então lida por Miguel de Frias uma proclamação em que se declarava depostos os regentes e substituidos por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Manoel de Carvalho Paes de Andrade e João Pedro Maynard; dissolvida a camara dos deputados; extincto o senado e convocada uma assembléa constituinte.

Feijó, porém, com a energia e promptidão que já havia dado muitas provas, mandou marchar contra os revoltosos o corpo de permanentes e a guarda nacional, commandados pelo tenente-coronel Theobaldo Sanches Brandão, auxiliado por Luiz Alves de Lima e Silva, Francisco de Lima e Silva, filho, e Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

Pela rua do Hospicio subiram para o campo, onde ao chegar fizeram fogo de fuzilaria e artilheria, que os rebeldes responderam, até que a força legal tomou a posição a bayoneta, sendo destroçados aquelles, que se puzeram em fuga.

Foram mortos e presos muitos dos rebeldes, sendo assim novamente restaurada a ordem publica com mais esta derrota dos anarchistas.

Chegou a vez aos restauradores de medirem as armas com o grande ministro.

Contando com as classes ricas e independentes da sociedade, com officiaes generaes do exercito e da armada, os restauradores se julgavam invenciveis, pois além disso contavam com a população da capital.

Mas Feijó ha muito estava a par dos planos e movimentos, e sabia que na quinta da Boa Vista diariamente se faziam exercicios sob as vistas do tutor da familia imperial, que era o chefe da conspiração.

Na madrugada de 17 de Abril soube o ministro da justiça que na quinta se formavam forças para marcharem para o campo de Sant'Anna, pelo que fez seguir para ahi o corpo de permanentes, a guarda nacional, o batalhão de caçadores e o de artilheria de posição, dando o commando em chefe das forças de terra ao general José Maria Pinto Peixoto e das de mar ao vice-almirante João Taylor.

Emquanto isso se passava em terra, no mar os coroneis revoltosos Conrado Jacob de Niemeyer e Affonso Henrique Tota tentaram um desembarque no cáes da Gloria, sendo repellidos pelas forças legaes.

Os rebeldes de terra marcharam da quinta em numero de 400, sob o commando do barão de Bulow, official allemão contractado por D. Pedro I, sendo embaraçada sua marcha no Aterrado pela vanguarda das forças legaes, travando-se ahi o combate.

Foram os rebeldes destroçados e perseguidos, tendo morrido a maior parte nos pantanos que ahi existiam.

O tutor foi obrigado a mudar de residencia, com a familia imperial, para o paço da cidade. Feijó mandou dar busca na quinta da Boa Vista, onde encontrou grande quantidade de armamento bellico.

Verificada assim a cumplicidade, senão a autoria do tutor, o ministro da justiça apresentou ás camaras a proposta de demissão do conselheiro José Bonifacio desse cargo, que depois de debate tempestuoso, foi approvada e remettida ao senado.

Esta corporação, composta em sua maioria de partidarios de D. Pedro I, a quem deviam a posição que occupavam, depois de uma rapida discussão rejeitou a proposta por um voto.

Feijó immediatamente declarou á regencia que não permaneceria no ministerio, sem que se tomassem medidas extraordinarias, necessarias á situação.

Entendia o ministro da justiça que o partido restaurador, dispondo do senado, de personagens que occupavam altas posições officiaes e de portuguezes que o auxiliavam com as suas fortunas, conseguiria destruir a obra de 7 de Abril, effectuando a restauração do primeiro imperador.

Pediu reformas radicaes, que seriam votadas pela camara dos deputados, convertida em assembléa nacional, com exclusão do senado.

Em reunião prévia decidiu a regencia, de accôrdo com os seus amigos deputados, acceitar o alvitre lembrado por Feijó.

A guarda nacional, estudantes das escolas superiores, empregados publicos e

cidadãos de todas as classes, em grande numero, se reuniram ao redor do edificio em que funccionava a camara, manifestando a sua adhesão ao governo.

O parecer da commissão especial foi lido no mais profundo silencio que, depois de muitos considerandos, terminava adoptando as medidas pedidas pelo governo.

O parecer foi combatido por Martim Francisco, irmão de José Bonifacio, e Montezuma, affirmando que a approvação do parecer equivaleria á proclamação da Republica.

Depois de forte e longo debate, a commissão retirou o parecer e apresentou outro, propondo que a camara nomeasse uma deputação para pedir á regencia a continuar na gerencia dos negocios, não acceitando a renuncia pedida.

Accrescentando que com urgencia votariam o projecto do codigo do processo criminal e varias outras medidas necessarias.

O parecer foi approvado quanto á primeira parte.

A deputação, de volta do paço, declarou que os regentes agradeciam os sentimentos da camara e que continuariam no exercicio dos seus cargos.

Os ministros, apezar da insistencia dos regentes, recusaram retirar o pedido de demissão, sendo então organisado novo ministerio, depois de grandes esforços por parte da regencia.

Assim terminou Feijó o seu ministerio, onde grangeou o nome de notavel estadista e a gratidão dos posteros.

Pouco depois sentiram a sua falta e foi escolhido para candidato a regente, cuja eleição ia se proceder.

O systema da regencia trina dividia a acção e a responsabilidade do governo, tornando as suas resoluções demoradas e a engrenagem do governo difficil em uma situação em que precisava ser prompta, expedita e energica.

Attendendo a isto e á extrema fraqueza do governo o acto addicional estabeleceu a regencia una. Por esse motivo ia se proceder *á eleição.*

Os partidos estavam desmantelados, sem direcção, não obedeciam aos seus chefes, ou por outra, eram tantos os chefes que não se sabia a quem obedecer. Cada grupo em que se dividiam os partidos apresentou o seu candidato, de modo que a luta tornou-se formidavel, não se poupando a honra, nem mesmo a vida dos combatentes.

Os bons patriotas, que comprehendiam a gravidade da situação, deliberaram escolher um cidadão sobre quem recahisse a maioria dos votos, afim de salvar o paiz de um completo esphacelamento.

O nome preferido foi o do padre Feijó, a quem foram convidar para acceitar a candidatura; conseguindo Evaristo Ferreira da Veiga que elle publicasse o seguinte manifesto:

"*Declarações de Feijó para acceitar a regencia*

1.º Animar o partido que me elegeu contra o partido contrario; evitar assim reacções, franccionamentos, etc.

2.º Purgar as repartições de empre-

gados ineptos e prevaricadores; crear o espirito de ordem e de justiça por meio de uma administração severa e imparcial.

3.º Dar estabilidade ao governo pela uniformidade de vistas e de sentimentos em seus membros e marcha regular em seus trabalhos.

4.º Manter as reformas com lealdade, sem espirito de ciume, que se observa presentemente no governo central.

5.º Obrigar a assembléa geral, já por meio conciliatorio, já com prorogações indefinidas, a tratar dos negocios urgentes e de vital interesse á nação.

6.º Exhortar e ensinar os presidentes sobre os objectos mais importantes a propôr ás assembléas provinciaes.

7.º Promover dentro das quantias do orçamento todos os melhoramentos materiaes, vinda de colonos agricultores, machinistas, etc.

8.º No caso de separação das provincias do norte, segurar as do sul e dispôr os animos para aproveitarem esse momento para as reformas que as necessidades de então *reclamarem*.

9.º Evitar com a acceitação o descontentamento, o desanimo e a indignação contra mim, a que quererão attribuir todos os males que soffrerem os nossos, taxando-me de teimoso, caprichoso, etc., etc.

Advertencia. — Os contrarios, se eu acceitar a regencia, farão o seu officio, continuando a dizer mal de mim, como têm feito; se não acceitar, dirão o que já principiam a dizer:—que o medo das resistencias, a consciencia de minha nullidade, o conhecimento de que muitos dos moderados não me querem para o emprego, o desejo da dictadura de que fosse rogado, é que me pôz na necessidade de rejeitar a regencia.—*Feijó.*"

Nesse programma de governo, leal e franco, está traçado de modo indelevel o caracter do homem que o fez. Declarando governar com o partido que o elegeu, elle tinha a comprehensão nitida do systema de governo estabelecido pelo acto addicional, que é a fórma republicana na sua expressão mais pura, somente empanado pelo espectro da monarchia representada por um menino que, se não fôra a desorientação dos homens po-

liticos da época, teria se dado suavemente o desapparecimento do throno, inaugurando-se francamente o governo republicano.

Quanto não teria lucrado o Brazil, se tivesse havido essa transição?

Mas os movimentos politicos se desencadeiam de modo tal, que não é dado a ninguem dirigir.

O deputado Antonio Ferreira França, como um vidente, comprehendeu o momento, apresentando na camara dos deputados, em 1835, dois projectos que, se tivessem sido approvados, teriam feito a felicidade do Brazil. O primeiro projecto declarava livres quantos individuos nascessem no Brazil. O segundo determinava que o Brazil cessasse de ser o patrimonio de uma familia, que o imperador e sua familia cedessem de seus privilegios, recebendo por uma vez um subsidio para completarem a sua educação e principiarem um estabelecimento industrial; que a nação fosse governada desde logo por um presidente nomeado de dois em dois annos pelos eleitores das provincias.

Não foram, porém, esses projectos julgados materia de deliberação.

Mas, voltando á eleição do regente, o padre Feijó foi eleito tendo-se dado grande dispersão de votos.

A apuração dos votos deu o seguinte resultado:

Padre Diogo A. Feijó	2.826	votos.
Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque	2.251	„
José da Costa Carvalho	847	„
Pedro de Araujo Lima	760	„
Francisco de Lima e Silva	629	„
Manoel de Carvalho Paes de Andrade	605	„

E outros menos votados.

O padre Feijó tomou posse do cargo, perante a assembléa geral, na sessão de 12 de Outubro de 1835.

Os inimigos que o padre Feijó tinha conquistado com os actos energicos que foi obrigado a praticar como ministro da justiça para reprimir a anarchia, lançaram-se contra elle, logo ao iniciar o seu governo, formando uma tremenda opposição que não escolhia armas para o ataque.

O regente, porém, conscio do seu dever, procedia com calma e energia em todas as emergencias, cada qual mais critica, sendo a mais grave a luta que teve de sustentar com a Santa Sé.

O Papa, depois de dois longos annos de explicações, resolveu não acceitar a nomeação do bispo para a diocese do Rio de Janeiro.

Essa luta era difficil para o regente, porque por um lado tinha, como chefe da nação, o dever de zelar a sua soberania, e por outro era obrigado a reverenciar o seu chefe ecclesiastico na sua qualidade de sacerdote catholico.

Annunciando este conflicto ás camaras, elle disse na fala do throno :

" Não posso comtudo occultar-vos que Sua Santidade, depois de dois annos de explicações reciprocas, resolveu não acceitar a apresentação imperial do bispo eleito desta diocese. O governo tem de seu lado a lei e a justiça, mas Sua Santidade obedece á sua consciencia. Depois desta decisão julgou-se o *governo* desonerado de ter condescenden-

cias com a Santa Sé, sem comtudo faltar jámais ao respeito e á obediencia ao chefe da igreja universal."

Assim procurou elle alliar o respeito que devia ao chefe da igreja com o zelo de patriota em relação ás prerogativas do Estado.

As camaras, porém, por espirito de opposição, não auxiliaram o regente, que reiteradamente pedia ao corpo legislativo meios necessarios para manter a ordem no interior do paiz.

Na fala do throno, no encerramento da assembléa geral em 31 de Outubro de 1836, o regente declarou o seguinte, que demonstra o espirito de hostilidade em que se achavam as camaras:

"Seis mezes de sessão não bastaram para descobrir remedios adequados aos males publicos; elles, infelizmente, vão em progresso: oxalá que na futura sessão o patriotismo e sabedoria da assembléa geral possa satisfazer ás urgentissimas necessidades do Estado!

"Está encerrada a sessão."

Na sessão seguinte accentuaram-se as manobras opposicionistas, obrigando Feijó a dirigir as seguintes palavras á commissão da camara que lhe levou o voto de graças:

"Como me interesso muito pela prosperidade do Brazil e pela observancia da constituição, não posso estar de accordo com o principio emittido no segundo periodo da resposta á fala do throno; e sem me importar com os elementos de que se compõe a camara dos senhores deputados, prestarei a mais franca e leal cooperação á camara, esperando que ao menos desta vez cumpram as promessas, tantas vezes repetidas, de tomar em consideração as propostas do governo."

Por este e outros motivos resolveu Feijó resignar o cargo de regente, dirigindo em 17 de Setembro de 1837, a Pedro de Araujo Lima, ministro do imperio, o seguinte officio:

"Illm. e Exm. Sr. — Estando convencido de que a minha continuação na regencia não póde remover os males publicos que cada dia se aggravam por falta de leis apropriadas, e não querendo de maneira

alguma servir de estorvo a que algum cidadão mais feliz seja encarregado pela nação de reger seus destinos, pelo presente me declaro demittido do logar de regente do imperio, para que V. Ex., encarregando-se interinamente do mesmo logar, como determina a constituição politica, faça proceder á eleição de novo regente na fórma por ella estabelecida. Rogo a V. Ex. queira dar publicidade a este officio e ao manifesto incluso.

"P. S. — Accresce achar-me, actualmente, gravemente enfermo."

MANIFESTO

"Brazileiros! — Por vós recebi a primeira magistratura do imperio, por vós desço hoje deste eminente posto.

Ha muito conheço os homens e as cousas. Eu estava convencido da impossibilidade de obter-se medidas legislativas adequadas ás nossas circumstancias; mas forçoso era pagar tributo á gratidão e fazer-vos conhecer pela experiencia que não estava em meu poder acudir ás necessidades publicas, nem remediar os males que tanto o affligem.

Não devo por mais tempo conservar-me na regencia; cumpre que lanceis mão de outro cidadão que, mais habil ou mais feliz, mereça as sympathias dos outros poderes politicos.

Eu poderia narrar-vos as invenciveis difficuldades que previ e experimentei; mas para que?

Tenho justificado o acto da minha espontanea demissão, declarando ingenuamente que eu não posso sastifazer o que de mim desejaes.

Entrego-vos o poder que generosamente me confiaste; não querendo por mais tempo ficar na expectação de bens de que tendes necessidade, mas que não posso fazer-vos, confessando o meu reconhecimento e gratidão á confiança que vos mereci; tenho feito tudo quanto está da minha parte. Qualquer, porém, que fôr a sorte que a Providencia me depare, eu sou um cidadão brazileiro, prestarei o que devo á patria.

Rio, 19 de Setembro de 1837. — *Diogo Antonio Feijó.*"

Desgostoso e desilludido abandonou a vida politica, retirando-se para um canto de sua provincia natal, onde, fóra do tumulto dos odios e das intrigas, procurava repousar tranquillo na vida domestica, como declarou no officio de 21 de Setembro, que dirigiu ao ministro do imperio, em que resignava o cargo de bispo de Marianna, para que fôra apresentado pela regencia anterior.

Foi habitar na cidade de S. Paulo, fugindo do convivio dos politicos que elle já detestava, passando os dias encerrado em sua casa, sahindo á tarde para fazer um curto passeio. A sua fibra de patriota, porém, não o deixou muito tempo nesta apathia, e attendendo ás solicitações dos amigos e ás instigações de sua natureza de combatente, deixou a tenda de descanso onde esperava, como velho guerreiro, a morte sem o peso das armas; e veiu tomar assento no senado, que o elegeu seu presidente.

Isso foi em 1839, quando no senado se travou renhido debate politico em que elle deixou por varias vezes a cadeira presidencial para occupar a tribuna, afim de combater as

doutrinas anarchicas e perturbadoras que trouxeram como consequencia o golpe de Estado de 23 de Julho de 1840.

Clamou com insistencia por uma reforma constitucional, porque, dizia elle, o poder moderador estabelecido pela constituição mascarava o absolutismo com as vestes da liberdade, dando occasião á absorpção dos demais poderes.

Combateu o governo das maiorias, que é hoje uma idéa vencedora na opinião dos publicistas scientificamente orientados. Vasconcellos e o marquez de Barbacena contrariavam as suas vistas politicas por democraticas tão exageradas, que chegavam a ser demagogicas.

O futuro se encarregou de demonstrar que o grande cidadão tinha razão nas suas apprehensões relativas ás absorpções do poder moderador, que se completaram no segundo reinado.

Todos os seus esforços foram baldados; voltou novamente para seu retiro mais desilludido, d'onde assistiu á proclamação da maioridade do imperador, que golpeou em

cheio a constituição para entregar o paiz a um menino incapaz, que ia governar em nome de uma camarilha de aulicos.

Grave enfermidade já o havia quasi prostrado, quando a provincia de S. Paulo, não podendo mais tolerar o jugo da politica imperial, deu o grito de revolta; mas elle ainda encontrou forças no seu minado organismo para acompanhar os seus patricios ao campo da honra em defeza das liberdades publicas. Vencida a revolta, foi o padre Feijó deportado e tratado de modo cruel, sem attenções ao seu estado enfermo, valutidinario e á alta posição que occupava.

Vendo o leão prostrado, os miseraveis que ainda guardavam-lhe odio atiraram-se a elle com a voracidade de abutres.

Na defeza que offereceu ao senado no processo que lhe foi instaurado elle diz:

"Já eu, embora sem culpa formada, embora senador, fui preso, deportado e degradado, contra a lettra expressa da constituição; enfermo como sou e todos reconhecem, fui lançado nas praias da Victoria, sem que, nem ao menos se me prestassem os

alimentos na viagem, e sem que lá me proporcionassem meios de conservar a vida; fui assim conservado no degredo muito depois de finda as suspensões de garantias, a pretexto de violencias praticadas, regressando a esta cidade depois de tantos incommodos, e quasi moribundo, como vedes, e nem ao menos se quiz conhecer desses attentados contra mim praticados, que são igualmente contra a constituição; e o senado antes honrou com a presidencia delle a esse mesmo que tinha praticado a mór parte dessas violencias."

Foi assim que o *magnanimo* Sr. D. Pedro II tratou a um homem da estatura moral do padre Feijó!!

A 9 de Novembro de 1843, aquelle grande espirito rompeu o seu envolucro e partiu para a immortalidade, deixando a sua vida objectiva cercado do respeito dos concidadãos, que viam nelle o consolidador da nossa nacionalidade.

O feretro que levava os seus despojos passou entre alas de povo formadas desde a casa mortuaria até á igreja dos Terceiros

do Carmo, na cidade de S. Paulo, onde repousa o grande batalhador.

Quantos não pisam o seu tumulo indifferentemente, ao entrar naquella igreja?

O Brazil está em divida com a memoria do padre Feijó, não elevando na cidade do seu nascimento uma estatua, onde deve mandar gravar estas palavras:

"Foi ministro dictatorial, regente do imperio e senador; e para não morrer de fome foi preciso estender a mão á caridade do Estado."

Sim, esse homem, que dispoz dos cofres da nação, que occupou o mais alto cargo do Brazil, estando paralytico, impedido de ir ao senado para ter direito ao subsidio, teve de acceitar uma pensão de quatro contos annuaes para prover á sua subsistencia.

No dia em que deixou a regencia não tinha o dinheiro preciso para voltar a S. Paulo, sendo necessario tomal-o de emprestimo.

Simples padre entrou na vida publica, simples padre morreu; no seu habito de sacerdote não houve logar para uma condeco-

S. Paulo, que se honra de ser a pátria [illegible]
Andradas, deve ter maior orgulho de ser o berço do padre Feijó.

APPENDICE

O ANTIGO REGIMEN

(DO *O PAIZ.*)

Sob esta epigraphe começaremos a publicar amanhã uns interessantes artigos sobre homens e coisas do imperio, devidos á penna indiscreta de um conhecido homem de lettras que viveu na intimidade das rodas politicas daquelle tempo e sabe historias de encher um volume.

Suetonio pretende escrever umas notas anecdoticas, politicas, sobre personalidades e costumes, no genero hoje tão explorado em França por Pierre Lano e outros e que, apezar da superfluidade apparente, constituem um valioso subsidio para a historia.

E' de crer que os artigos desagradem a muita gente, porque o seu autor não é homem de papas na lingua e tem mesmo o gostinho do escandalo. Quando se pretende crear uma legenda em torno do imperio, é bom mostral-o de *robe de chambre*, e o leitor verá que *Suetonio* tem para isso um geitinho especial.

Escusado é dizer que tudo o que elle disser corre por conta propria. Demos-lhe liberdade ampla de escrever como entendesse, mesmo porque sem isso era muito homem de ficar calado e lá se perdiam as [illegible] elle

com tanto cuidado reuniu sobre os grandes vultos e as grandes coisas do periodo dos papos de tucano.

O Sr. Prado é que com certeza não ha de ver com bons olhos essa irreverencia de pôr a monarchia em menores, mas no fundo ha de achar de vez em quando que o homem conhece a coisa e ha de rir-se de certos sujeitos que elle esboça e de certos costumes que elle pinta.

E até amanhã.

CARTA DO DR. DEIRÓ AO "O PAIZ"

Os artigos publicados sob este titulo estão provocando uma especie de *quebra-cabeça*, a respeito de qual seja o seu autor, escondido á curiosidade indagadora pelo pseudonymo de *Suetonio*.

Entre outros compatriotas e escriptores, a quem se têm attribuido taes artigos, figura o Sr. Dr. Eunapio Deiró, que nos enviou o seu protesto por meio da seguinte carta, embora reconheça, como diz, a importancia dos escriptos que *O Paiz* está inserindo.

Publicando a carta do Sr. Dr. Deiró, praticamos um acto de culto á verdade, porque S. S. é em absoluto estranho aos artigos alludidos.

Eis agora o que diz o Sr. Dr. Deiró:

" Tenho me visto, algumas vezes, obrigado a contestar e recusar a autoria, que arbitrariamente se me attribue de certos artigos.

Recorri, ha pouco tempo, á gentileza da redacção da *Noticia* para declarar que não eram meus os artigos intitulados — *Reminiscencias politicas*.

Hoje venho pedir-vos igual declaração no tocante aos notaveis escriptos, assignados por *Suetonio*.

Varias pessoas manifestam-me applausos e louvore por taes escriptos, e aqui o digo em honra do verdadeiro autor.

Comprehende-se que essa presumida autoria é uma especie de tortura — não só porque me condemna a ouvir encomios dos enthusiasmos e da benevolencia de uns, mas ainda ás criticas severas de outros, e carregar com a responsabilidade do que não fiz.

Alguns de meus amigos, que se presumem grandes e sagazes conhecedores de estylo, na seductora vaidade de ostentarem esse *talento peregrino*, a mim me affirmam a autoria, que nego.

Resta-me, pois, appellar para o juizo competente neste pleito, que não tem outra importancia senão a de um insignificante interesse pessoal — o de deixarem-me na santa paz do silencio e da obscuridade.

Suetonius — que, na antiga Roma, se denominava — Tranquillus — sendo um espirito irrequieto, sendo aquillo que entre nós se costuma chamar — má lingua — esmerilhou as torpezas dos tyrannos, e contou a maneira pela qual os grammaticos e rhetoricos se notabilisaram ensinando a mocidade; bisbilhoteiro e tagarella, a ninguem poupou: é direito do critico, cujas limitações não me interessa discutir neste momento.

Algumas apreciações do *Suetonius* d'*O Paiz* poderiam ser apuradas; eu tomaria o trabalho de fazel-o, se pudesse, e se não tivesse (ha alguns annos passados) escripto um longo e minucioso estudo de politica parlamentar a respeito do visconde de Jequitinhonha, com *quem tive a fo*[illegible] de manter amigaveis relações.

Em geral *Suetonius* d'*O Paiz* refere uns factos com exactidão e imagina outros.

O episodio dos retratos das duas consortes, eu mesmo assisti; não sei se fiquei commovido, ou se pude rir de uma scena, que naturalmente foi representada n'outra conjectura e diante de outros espectadores.

Não são exactas as palavras do marquez de Paraná, presidente do ministerio de 6 de Setembro, por occasião de se discutir, no senado, a pensão concedida á viscondessa de Laguna, viuva do general Lecor, pensão que Jequitinhonha pretendia combater, e na qual — se dizia — o imperador tinha vivo empenho.

No momento em que o visconde se ergueu na tribuna, esfregou as mãos, passeou, cruzou os braços, e lançou um olhar fulminante aos ministros, o marquez, approximando-se do orador, disse-lhe em tom familiar de antigos collegas: Xico, olha que nomeei teu genro para o posto que indicaste, e a teu filho para secretario de legação.

Retorquiu-lhe: — Honorio, isto é pilheria?

— Não; digo-te mais: sacca, que respondo de prompto...

— Obrigado, Honorio.

Paraná, voltando á sua curul, disse aos que o cercavam: — Aquella féra quer carne fresca todos os dias; ella só se aluga, não se vende.

O visconde defendeu e sustentou a pensão de um modo brilhante, esquecendo o chuveiro de insultos que lhe havia atirado a viscondessa de Laguna, e apezar do prazer de contrariar o imperador.

A despeito destas ninharias, que o poeta Lucrecio collocaria *post scenâs vitæ*, havia no visconde de Jequitinhonha uma esplendida realeza intellectual, todas as magnificencias de uma palavra inspirada e inflammada nos impetos fulmineos da eloquencia — que a rhetorica jámais póde gerar no espirito, que não sente o *Deus in nobis, agitante, calecimus illo.*— Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1895."

RESPOSTA DE "SUETONIO" Á CARTA DO DR. DEIRÓ.

— Amigo Deiró — Não imaginas como fiquei lisonjeado com a tua carta á redacção d'*O Paiz*, por ver que os meus modestos escriptos foram confundidos com os do mestre, que com mais benevolencia que justiça os chama de notaveis.

Sinto profundamente ter concorrido para perturbar a santa paz em que vives no retiro, tambem santo, do convento de Santo Antonio, fazendo penitencias e vias sacras com os nossos bons amigos frei Antonio e frei João. Mas a culpa não é minha, porém tua, de teres talento especial para este genero de trabalho.

Tu és o nosso *Timon;* e d'ahi o te darem sempre a paternidade de todos os escriptos sobre os homens que figuraram na nossa patria.

Tu me chamas de má lingua e pensas, talvez, que me escapas. Deixa estar que ha de chegar a tua vez, pois tens direito a um logar nesta galeria como litterato brilhante, parlamentar eloquente, advogado notavel, e por outras *cositas mais*.

Peço-te absolvição pelo que te tenho feito sofrer,

com as censuras e louvores dos taes *peregrinos talentos* de que falas.

Agora, vamos á rectificação que fazes, relativa ás palavras do marquez de Paraná, a respeito do Montezuma:

Teu fim foi *clarear* e não *esclarecer* o episodio narrado por mim. A versão que chegou até mim foi: Este PRETO *não se vende, aluga-se;* e a tua: *Aquella féra quer carne fresca todos os dias; ella só se aluga, não se vende.* Vê-se, pois, que a controversia existe sómente quanto á palavra *preto.*

Mas parece que a minha versão é a mais acceitavel, pois naquelle tempo não se vendiam nem se alugavam féras, mas pretos; e disso sabia perfeitamente o marquez.

Não te parece, Deiró?

Ja vês que não imagino factos; conto-os como me contaram pessoas de toda confiança e sem suspeição.

Até breve.—Teu do coração—*Suetonio.*"

REACÇÃO SEBASTIANISTA

Afinal appareceu o manifesto á nação de quatro coripheus do antigo regimen e que por tanto tempo foi annunciado. Esse documento politico, antes de vir á luz, soffreu os mais terriveis supplicios ; foi riscado, emendado, raspado... até que, graças a Sganarelo, deram-lhe uma fórma definitiva; fórma de quem tem medo, de quem procura coser-se pelas paredes para não ser visto, afim de fazer uma escalada á noite.

Assim, feito, prompto e acabado, foram em demanda de assignaturas, e sendo sempre repellidos resolveram sómente assignar os seus autores.

Eu, que faço parte do Brazil, a quem é dirigida a declaração, precisava de alguns esclarecimentos.

Antes de tudo preciso saber se querem a monarchia ou não; digam com franqueza. No manifesto isto não está claro, parecendo pela primeira leitura que os signatarios querem prestar serviços á Republica

E' o que se deduz da seguinte passagem :

" Em tão angustiosa conjunctura a patria reclama a actividade de todos os cidadãos, e não devemos recusar-lhe a nossa, desinteressadamente, sem *preoccupações*

partidarias..."; mais abaixo: "da propaganda monarchica não cogitamos"; e termina convidando todas as classes de pessoas, sem distincção de partidos antigos e *novos*, a prestarem o seu apoio individualmente ou por meio de organisações locaes. Neste convite estão incluidos os republicanos, com quem os signatarios do manifesto não podem contar para fazer monarchia.

Onde pois a confissão ou confirmação da idéa restauradora? No periodo em que declaram-se mais firmes em suas crenças politicas?

O paiz sabe que os signatarios serviram ao antigo regimen, mas não sabe se estão dispostos a servir ao novo, como tem acontecido a muitos dos estadistas do imperio; além de que o Sr. Lafayette com este é o segundo que assigna. Se querem adherir não façam cerimonia, venham, serão bem recebidos, deixando, porém, na porta a bagagem.

Outro facto que causou especie a todos que leram esse documento politico foi a reunião dos quatro nomes que o assignam.

O ex-visconde de Ouro Preto foi o chefe da campanha feita contra a honra pessoal do Sr. João Alfredo, quando presidente do gabinete de 10 de Março, dando como socio da commandita *Loyo*, de que fazia parte (segundo affirmava a *Tribuna Liberal*, orgão do mesmo ex-visconde) o Sr. Gonçalves Ferreira, actual ministro do interior, e nesse tempo presidente da então provincia de Minas Geraes, que concedeu um emprestimo a *Loyo*, apezar de ter havido propostas mais favoraveis á *provincia*. Tudo isso foi affirmado na tribuna do senado

[illegible]

[illegible]

[illegible]

arvorou na nossa bandeira o distico de uma doutrina de poucos.

Esta tirada visa o clero com quem conta para as campanhas eleitoraes; é um *engrossamento* aos vigarios.

A igreja catholica recebeu da Republica a sua carta de liberdade, pois vivia sob a mais ferrenha tutela no tempo do imperio. Não podiam os conventos receber aquelles que procuravam o seu retiro, por ter sido prohibido o noviciado; ameaçando assim de morte proxima essas ordens, que foram o brilho do catholicismo. O frade era no imperio considerado como *coisa;* a Republica o fez cidadão. As confrarias, irmandades, ordensterceiras, estavam sob a fiscalisação do juiz de capellas, que embaraçava sua marcha; hoje administram livremente seus bens, sujeitos sómente á lei commum.

A Republica nunca opprimiu a consciencia catholica, forçando-a a receber no gremio da sua fé aquelles que eram relapsos. A Republica não metteu os bispos na cadeia, por não quererem soffrer as imposições do governo, que pretendia forçal-os á apostasia, como fez o antigo regimen; sendo o autor de todas estas violencias o segundo signatario do manifesto, que então era ministro do imperio, no gabinete de 7 de março.

Como se tem a coragem de falsear a historia de modo tão flagrante, com o unico fim de chamar a si o espirito religioso do paiz!

Ao exercito e armada tambem o manifesto *engrossa* e o ex-presidente do ultimo gabinete da monarchia não *se lembra das* perseguições feitas por elle ao exercito,

como, por exemplo, o facto que occorreu com o commandante da guarda do thesouro, e a pequena e miseravel censura feita ao commandante do *Almirante Barroso* nas aguas do Chile, por causa de 4:000$ que elle despendeu para dignamente representar o Brazil.

A questão financeira, que é a arma mais vibrante de que usam os *sebastianistas*, não foi esquecida no manifesto.

O erro financeiro da Republica foi receber a herança do Sr. ex-visconde de Ouro Preto, que tinha inaugurado a jogatina, concedendo grandes favores á casa bancaria do Sr. Figueiredo, organisando bancos, como o Constructor, com tal enthusiasmo que, quando se annunciou a inscripção de acções, tal foi a concurrencia e o furor que houve gente asphyxiada, como contam os jornaes do tempo. Os banqueiros do primeiro ministro da fazenda republicano foram os mesmos do Sr. Affonso Celso.

O regimen financeiro do imperio foi o *deficit*, a ponto de se dizer — o imperio é o *deficit* e o *deficit* é o imperio.

Quanto ao cambio, ninguem sabe melhor que o Sr. Affonso Celso, como o imperio o fazia com as celebres coberturas; e d'entre todas as negociatas para manter o cambio tornou-se celebre a do café, feita pelo mesmo Sr. Affonso Celso. Ouça o que diz a respeito disso o seu collega de manifesto, o Sr. Andrade Figueira, na *Nação*, jornal de que era redactor-chefe, em 5 de Setembro de 1889:

" Pelos documentos officiaes a que damos publici-

dade em seguida, prestados pelo ministerio da fazenda á requisição da camara, em virtude de requerimento de um de seus membros, patenteia-se:

1º O caracter mysterioso que revestiu sempre taes negociações de compra e venda de café, feitas por avisos reservados e confidenciaes por um commissario, cujas contas detalhadas nunca foram levadas ao conhecimento do parlamento nem publicadas, por modo a poder-se apreciar a sua exactidão e moralidade; feitas como por conta de particular, que pagou direitos fiscaes de exportação, e de consulados e capatazias, commissões, transportes por carregadores, sellos e até duplos, furadores, sendo tudo por conta do Estado; em virtude de instrucções que conservaram-se mysteriosas, até mesmo para os altos empregados do thesouro, que tendo de tomar as contas ao commissario responsavel, confessaram ingenuamente não conhecel-as, nem saber se ellas abonavam ou não a commissão de 39:669$182, carregada na conta além das abonadas nas contas parciaes de venda; 2º o prejuizo liquido de 204:519$ que ellas acarretaram ao Estado, pelo prejuizo verificado da venda das carregações de café nos Estados Unidos, Havre, Anvers, Marselha, Londres e Hamburgo, e de 490:555$372 de despsza com que o Estado foi sobrecarregado."

São estas as grandes transacções financeiras que a Republica deve imitar?

Continúa o Sr. Andrade Figueira:

"Se tudo isto era feito no intuito de elevar o *cambio, o publico* não ignora que este mostrou-se re-

belde, oscilando para a baixa no mez de Março de 1880, em que a operação se effectuou nesta praça. Onde a coragem do orgão ministerial conquista toda a nossa admiração é da denegação formal e cathegorica do compromisso tomado pelo ministro da fazenda em 1880, de sobrecarregar o thesouro com os prejuizos das operações cambiaes de um dos bancos desta côrte.

O aviso a tal respeito expedido ao Banco do Brazil deve ainda existir em seus archivos. Em virtude delle liquidaram-se as primeiras operações com prejuizo que foi carregado ao Estado. Aconteceu, porém, que as ultimas operações se liquidaram no tempo em que já não era ministro o actual visconde de Ouro Preto, e sim o illustre conselheiro Saraiva, que recusou-se a satisfazer o prejuizo. que importava em somma superior a 800:000$000."

O que ahi fica é um specimen das finanças do imperio e da capacidade financeira do ultimo ministerio do antigo regimen.

E' com estas operações que pretendem salvar o Brazil?

Sobre a creação do Banco Constructor no tempo do *ensilhamento* do antigo regimen, o mesmo jornal *A Nação*, orgão do Sr. Andrade Figueira, diz em 25 de Setembro de 1889:

"O calor, o enthusiasmo, a febre emfim dos concurrentes, sem numero, ás acções deste novo e predestinado banco, despertaram a nossa curiosidade. O risco de vida dos pretendentes, entalados, sem ar, dentro das paredes do edificio, os accidentes deplorados, os gritos

de anciedade, os estranhos expedientes dos que temiam não ser attendidos, a temeridade com que atiravam ao ar o dinheiro certo em troco de lucros problematicos, desperta a lembrança do famoso escossez Law, no reinado de Luiz XV."

A jogatina da praça, portanto, de que fazem cabedal contra a Republica, é invenção do Sr. ex-visconde de Ouro Preto, como se vê da bellissima descripção que acabamos de transcrever.

Que finanças e que financeiros!!

A recordação do passado os esmaga; cheio de erros, de contradicções, de compromissos, estes homens não podem ser acreditados pelo paiz. E' inutil toda tentativa; ou serão recebidos com a indifferença ou com a historia dos desmandos do antigo regimen.

Se não podem passar sem um senhor ou senhora, soberana ou que melhor nome tenha, façam como o Sr. Carlos Affonso: tomem uma para seu uso; o Brazil é que não precisa disto.

RESPOSTA AO "SENHOR QUE SABE O QUE ESCREVE"

Não tenho a pretenção de que os meus escriptos sejam impeccaveis e as minhas narrativas não mereçam rectificações. N'um paiz como o nosso, em que o abandono é completo dos homens e coisas politicas, não é para admirar que quem escreve o que ouviu e viu commetta algumas incorrecções.

Os que sabem mais do que eu façam as rectificações, que com isto lucrará a historia da nossa politica. Mas façam sem rancor nem prevenções.

No *Jornal do Commercio* um *Senhor que sabe o que escreve*, suppondo me conhecer, diz que eu repito o que ouço em casa, mas com infidelidade: e como prova disso, de tudo quanto tenho contado, observa que o presidente do conselho, no anno em que foi escolhido senador o visconde de Jequitinhonha, era o marquez de Monte Alegre e não o marquez de Paraná.

O que tenho narrado ouvi não só em casa, como na rua e nos desabafos intimos dos politicos do imperio, que quando agastados com D. Pedro não o poupavam.

E' bem possivel que muita coisa eu ouvisse do

o que escreve,

Esse *Senhor*, a quem *Anapurús* chama de *Rectificador*, sabe o que escreve e eu escrevo o que sei. Eis a differença.

Mas em que foi prejudicado o typo de Montezuma em ser presidente do conselho Monte Alegre e não Paraná, na occasião de sua nomeação de senador?

Para mostrar que escrevo o que sei farei o resumo das vezes que o nome de Jequitinhonha fez parte das listas triplices.

1ª vez, em 1836, pela Bahia. A lista era assim composta:

Joaquim Ignacio da Silva Pereira, magistrado	352 votos
Cassiano Esperidião de Mello Mattos, idem	340 „
Francisco Gé de Acayaba Montezuma, advogado	228 „

Foi escolhido Mello Mattos por carta de 25 de Maio de 1836, em substituição ao visconde de Cayrú, fallecido em 1835.

2ª vez, em 1848, pelo Rio de Janeiro:

Paulino José Soares de Souza, magistrado	622 votos
Manoel Felizardo de Souza e Mello	613 „
Francisco Gé de Acayaba Montezuma	447 „

Foi escolhido Manoel Felizardo por carta de 12 de Dezembro de 1848, em substituição de Saturnino de Souza e Oliveira, fallecido a 18 de Abril de 1848.

3ª vez, pela Bahia, em 1851:

Francisco Gé de Acayaba Montezuma...	1511	votos
Innocencio Marques de Araujo Góes....	916	„
Manoel Joaquim Pinto Pacca.....	847	„

Foi escolhido Montezuma por carta de 1 de maio de 1851, em substituição do visconde de Macahé, fallecido em 25 de Abril de 1850.

Assim, portanto, Montezuma nunca entrou em lista com Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos—visconde de Monte-Serrate, não podendo Eusebio de Queiroz ter dito a Moutezuma que o ministerio não auxiliaria a sua candidatura, por preferir a de Pinheiro Vasconcellos, como affirmou o homem que *sabe o que escreve*.

Anapurús, depois de açular o *Rectificador* contra mim, diz que eu tenho dado graves e continuos tropicões em coisas primordiaes, v. g. o visconde de Jequitinhonha não se chamou Francisco José Brandão, como eu declarei, mas Francisco Gomes Brandão.

Pois será coisa primordial a troca de José para Gomes?

O nome luzitano de Montezuma era Francisco José Gomes Brandão.

Em falta de outro tropicão para apontar, *Anapurús* atira-me palavradas e termina em verso francez.

Em francez, Sr. deputado, em francez.... como dizia um orador na camara dos deputados em relação a um representante de Santa Catharina, muito conhecido de *Anapurús*.

Anapurús assistiu impassivel á prisão do imperador, á sua expatriação; não tugiu nem mugiu. Naturalmente estava occupado no *ensilhamento*.

Mas metteram-lhe na cabeça que o Eduardo Prado iria restaurar a monarchia, e o nosso homem, que já havia feito a sua retirada muito semelhante á da Laguna, veiu pressuroso *engrossar*, adherindo antes de tempo. Ha quem venere e lisonjeie, os mortos para adular os vivos.

Anapurús ainda não viu nada e já está tão zangado como ficará quando ler o que eu ouvi do ex-visconde de Taunay sobre as scenas intimas do palacio Isabel!

Ahi é que são ellas. Prepara, *Suetonio*, as costas para o cacete dos *Anapurús* sebastianistas de papo amarello.